



Relatório de Gestão e Sustentabilidade



As melhores vistas da cidade





Relatório de Gestão e Sustentabilidade



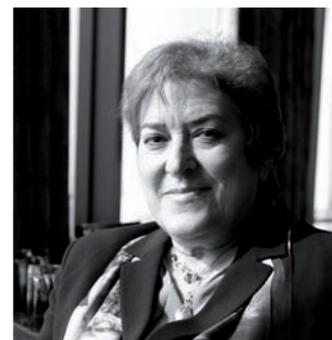
Índice

1	MENSAGEM DA PRESIDENTE	7
2	A STCP EM 2011	10
2.1	PERFIL DO ANO	10
2.2	PRINCIPAIS MARCOS	11
2.3	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	12
2.3.1	Procura	13
2.3.2	Receita do Serviço de Transporte	15
2.3.3	Oferta	17
2.3.4	Os Factos Mais Relevantes	19
3	RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	27
3.1	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO – QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	27
3.2	RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES	29
3.2.1	Serviço Social	29
3.2.2	A Satisfação do Cliente	30
3.2.3	A Comunicação e a Informação	30
3.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL PERANTE OS TRABALHADORES	34
3.3.1	Desenvolvimento Profissional	36
3.3.2	Benefícios Sociais e Segurança e Saúde dos Trabalhadores	38
3.3.3	Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais	41
3.4	RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE	42
3.4.1	Promover a Mobilidade	42
3.4.2	Frota	43
3.4.3	Participar na vida da comunidade	46
3.4.4	Museu do Carro Eléctrico	50
3.4.5	Promover a segurança nos transportes	53
3.4.6	Novos Projetos em Desenvolvimento	54
3.5	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	56
4	GOVERNO DA SOCIEDADE	65
4.1	MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA	65
4.2	OBJECTIVOS E GRAUS DE CUMPRIMENTO	66
4.3	REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	69
4.4	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	70
4.5	INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES	71
4.5.1	Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	71
4.5.2	Universo de transações fora das condições de mercado	71

	4.5.3	Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE's	71
	4.5.4	Contratação Pública	71
	4.5.5	Publicidade Institucional	72
	4.5.6	Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	73
	4.5.7	Pagamento de dívidas a fornecedores	73
4.6		MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	74
	4.6.1	Funções e Responsabilidades	75
	4.6.2	<i>Curricula Vitae</i> dos Membros do Conselho de Administração	80
4.7		REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	83
	4.7.1	Estatuto Remuneratório	83
	4.7.2	Remunerações e outras regalias	84
4.8		ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	87
4.9		AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO (PBG)	88
4.10		CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA	89
4.11		PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	89
4.12		SISTEMA DE CONTROLO	89
4.13		PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE	90
4.14		DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	90
4.15		DECISÕES MAIS RELEVANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	92
4.16		ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS	97
5		RELATÓRIO DE GESTÃO	101
	5.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	101
	5.2	BALANÇO DO ANO	102
	5.3	INVESTIMENTOS	105
	5.4	FINANCIAMENTO	105
		5.4.1 Enquadramento	105
		5.4.2 Conta no Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP)	106
		5.4.3 Operações de Financiamento do Ano	106
		5.4.4 Gestão do Risco Financeiro	109
	5.5	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	111
	5.6	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	114
	5.7	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	115
	5.8	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	115
6		PERSPETIVAS PARA 2012	119



1. MENSAGEM DA PRESIDENTE



Portugal e os portugueses vivem tempos difíceis e 2011 marcou seguramente uma fase transitória entre a desilusão e a incerteza e uma efetiva tomada de consciência da situação com o sentimento de angústia perante o futuro.

Foi o ano da queda antecipada do Governo, da assinatura do memorando com a troika e da série ininterrupta de medidas de crescente austeridade, com a atividade económica em arrefecimento rápido a caminho da recessão, que arrasou a falência de muitas empresas e o crescimento acentuado do número de trabalhadores caídos no desemprego.

O efeito benéfico de uma realidade exterior saudável não existiu, porque a Europa seguiu a mesma caminhada decadente, com a agravante de os seus principais responsáveis não demonstrarem ter disso consciência, obcecados pela soberania que atribuía a culpa exclusiva e restrita ao grupo dos PIGS, realizando cimeiras sobre cimeiras sem o devido caráter de emergência na busca de soluções, com decisões sempre parcelares ou adiadas, numa perda constante do momento certo para atuar. A queda vertiginosa do *rating* de muitos países europeus e de empresas financeiras e a situação de equilíbrio muito instável da banca, transformou os mercados num instrumento refletor das notações das agências de *rating* que se converteram no novo poder instalado.

Atingimos o poço do furacão e podemos por isso afirmar, sem pessimismos, que Portugal e a Europa enfrentam tempos de todos os perigos.

Sendo a STCP, pela sua própria natureza e objeto, uma ao serviço diário da comunidade, imprescindível para a garantia da mobilidade de muitos cidadãos, sente de forma dire-

ta o “estado de alma” daqueles a quem serve: por um lado, torna-se meio de transporte para quem não a usava antes mas que, pela erosão do poder económico, foi obrigado a optar pelo transporte público em detrimento do automóvel particular e, por outro, deixa de ser meio habitual de transporte para aqueles muitos clientes para quem a viagem casa -> trabalho -> casa deixou de ser uma rotina diária pela perda do emprego.

A evolução da procura em 2011 demonstra isso mesmo: registou um crescimento sustentado até , mês a partir do qual influiu, passando a apresentar taxas de queda com significado – quase 8% no mês de novembro face a mês homólogo de 2010 – e continuando a reforçar a transferência de títulos ocasionais para títulos de assinatura, reduzindo assim o custo médio por viagem.

A passagem para 2012 representa pois uma verdadeira encruzilhada no caminho do futuro.

O Plano Estratégico dos Transportes traçou linhas que irão marcar a evolução do setor:

- O cenário das fusões dos operadores públicos de transporte, rodoviário e metro, em Lisboa e no Porto, como ponto final na história centenária quer da STCP quer da CARRIS. No caso da STCP acontece quando se completam 140 anos sobre a 1ª linha de transporte público do país, então sobre carris e com tração animal;
- O objetivo da privatização das empresas ou da concessão das suas carreiras a privados, ao fim-

de mais de 60 anos com enquadramento público. Curiosamente a STCP nasceu da iniciativa privada e a sua concessão foi resgatada pelo município do Porto quando era uma empresa lucrativa, passando para a tutela indireta e depois direta do Estado quando começou, quase trinta anos mais tarde, a acumular prejuízos, que passam a ser agora a razão para o Estado pretender reprivatizá-la.

Apesar de esta prevista evolução ser de algum modo chocante, para quem pertence à STCP ou a ela dedica o seu trabalho há muitos anos, ela constitui simultaneamente uma oportunidade de aprofundar um caminho novo em construção e de refletir sobre tudo o que a Empresa conseguiu evoluir até hoje, apesar das muitas limitações de ordem diversa que a manietaram, impedindo-a de atingir um patamar de equilíbrio que lhe daria um estatuto diferente.

Quem soube adaptar-se ao cumprimento de competências muito alargadas para responder aos tempos da II guerra mundial e soube aproveitar também, correspondentemente, a pressão da evolução tecnológica e as exigências em crescente qualidade do serviço, será capaz seguramente de responder às alterações que vierem a ser definidas pelo Governo, sem pormos de lado o alerta para o risco de destruição da marca STCP, com um valor próprio indesmentível embora dificilmente quantificável, que o seu eventual desmembramento inevitavelmente destruirá.

Neste ponto de viragem, são vários os caminhos e muitos os constrangimentos que tornam difusa uma definição que se desejaria clara e objetiva, coerentemente interligada num projeto global de reconstrução do tecido produtivo, agora fragmentado e agonizante em vários setores.

É precisamente agora que devemos recordar como, neste longo caminho de 140 anos da sua história, a STCP foi sempre a Empresa de referência do transporte público nesta zona e que, tal como nos seus primórdios, se mantém dinâmica, inovadora, solidária e em permanente busca de maior qualidade, não receando ombrear com as suas congéneres.

Não viveu alheia à vida e ao desenvolvimento da área que serve e, da sua cooperação de muitos anos com a Universidade e as Escolas, resultou quer o acolhimento de muitos estagiários das mais diferentes áreas e níveis, que nela deram os primeiros passos da sua vida profissional, quer a sua participação, como empresa piloto, em inúmeros testes de múltiplas inovações tecnológicas dos transportes, tal como agora acontece. É este património imaterial conquistado que a faz justamente merecer um futuro que preserve, respeite e honre o seu passado.

Quem viver, saberá.

janeiro 2012

Fernanda Meneses

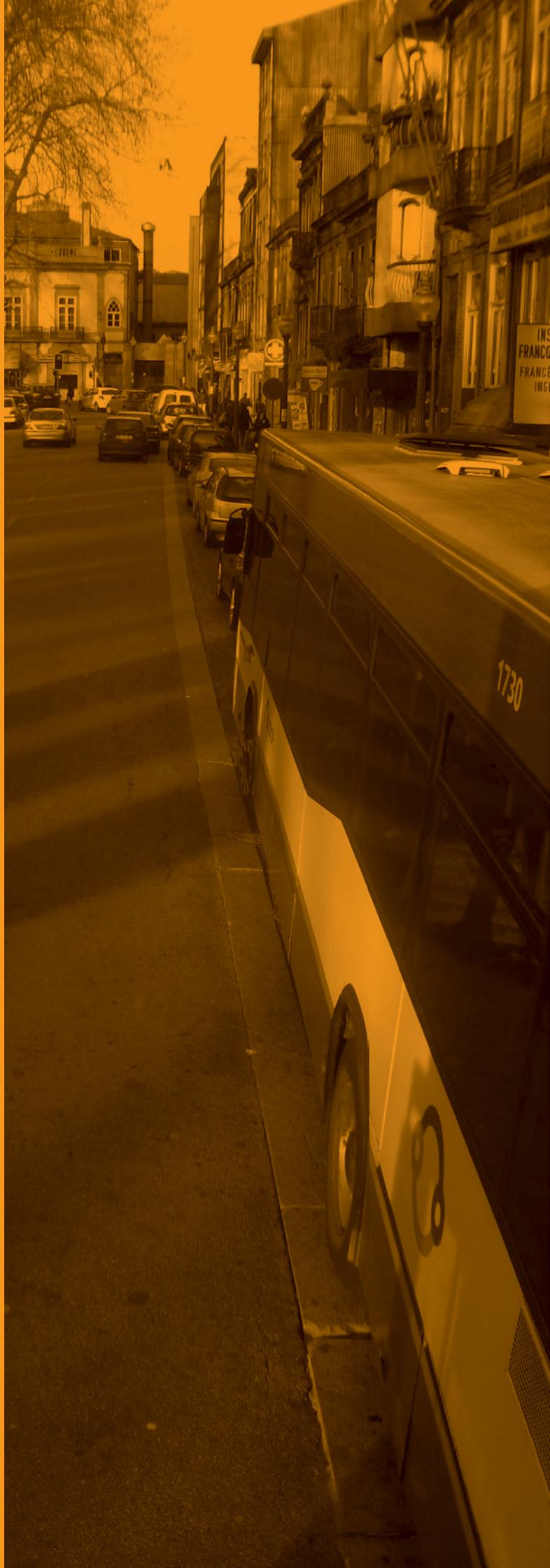
2. A STCP em 2011



2. A STCP em 2011

2.1 Perfil do ano

- 900 mil pessoas servidas, residentes em 51 freguesias de seis concelhos do Grande Porto: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto;
- 81 linhas no final do ano
 - 70 Rede diurna e noturna
 - 11 Rede da madrugada;
- 522 quilómetros de rede com 2.651 paragens
 - 519 quilómetros de autocarro
 - nove quilómetros de carro elétrico;
- Frota de 468 Autocarros e cinco Carros Eléctricos em 31 de dezembro;
- 29 milhões de quilómetros percorridos;
- Efetivo médio de 1.438 trabalhadores, dos quais 937 motoristas de serviço público, com um total de 1.318 trabalhadores em 31 de dezembro;
- 367 mil passageiros transportados por dia útil, gerando um volume de negócios de 54,1 milhões de euros;
- 151 mil clientes de assinatura por mês, mais 2 mil que em 2010;
- 108,4 milhões de deslocações, quebra de 0,8% relativamente a 2010;
- 949 mil euros de investimento;
- EBITDAR positivo de 7,2M€ e resultado operacional negativo de 6,4M€, com uma melhoria de 31% face a 2010;
- Poupança de cerca de 22.500 toneladas de CO₂ por ano, pela utilização do serviço da STCP, evitando a utilização de 200.000 carros ligeiros por dia.



2.2 Principais Marcos

Data	Evento
1 janeiro	Aumento de tarifário de 4,5%
21 fevereiro	Reformulação do Serviço Via Livre
28 fevereiro	Entrada em operação de 15 autocarros de 2 pisos
21 março	Reformulação da localização de paragens no Hospital de S. João
23 março	Ação de sensibilização "Viagem Segura", em parceria com a PSP
28 março	Supressão da linha ZA e reformulação da oferta da linha ZF
31 março	"Há Festa nos Carris": lançamento do novo programa de festas de aniversário no Museu
8 abril	Assembleia Geral Anual da STCP
23 abril	Reformulação da oferta das linhas 901 e 906
15 maio	21º Desfile Anual de Carros Elétricos Históricos
31 maio	Concessão de exploração do parque de estacionamento da Areosa ao Hospital de S. João
31 maio	Encerramento do balcão STCP na Loja do Cidadão
15 junho	Reformulação do Serviço do Carro Elétrico
21 junho	Início da execução da Empreitada Prévia para a construção da Subestação Elétrica de Tração em Massarelos
27 junho	Extinção da linha ZH (cobertura pelo prolongamento da linha ZM à Cordoaria em quatro de julho)
27 junho	Novo percurso da linha 703 e alteração do término da linha 904
27 junho	Alteração de percurso das linhas 305 e 905
28 junho	Reformulação da Rede da Madrugada, com a extinção das linhas 2M e 6M
1 agosto	Aumento tarifário de 15%
1 agosto	Novos termos das linhas 900 e 905 por decisão judicial. Reforço da linha 907
1 setembro	Entrada em vigor da assinatura "Andante Social +"
9 setembro	Alteração do percurso das linhas 900 e 903
22 setembro	Cerimónia de entrega de prémios aos vencedores do concurso "Pinta o Duplex"
26 novembro	Operação de Segurança PSP/STCP para fiscalização das linhas do Eixo de Costa Cabral
12 dezembro	Campanha "Natal em Segurança 2011 - Viagem Segura", com a PSP
14 dezembro	Renovação das Certificações dos Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho pela APCER
15 dezembro	Início do serviço experimental de transporte flexível GATO, integrado no projeto CIVITAS
16 dezembro	Lançamento do livro "Massarelos - Registos de um projeto em curso" sobre a Requalificação do Edifício do Museu Carro Elétrico
21 dezembro	Publicação da página da Empresa no Facebook e Twitter
22 dezembro	Acesso gratuito à internet e TV Digital na linha 207 - fase piloto do projeto SITme
31 dezembro	Extinção da Provedoria do Cliente da STCP

2.3 Evolução da Atividade

Procura e Oferta	UNIDADE	2008	2009	2010	2011	11 / 10
Passageiros	10 ^{^3}	111.254	108.243	109.220	108.389	-0,8%
Passageiros * km	10 ^{^3}	441.425	410.404	388.665	384.609	-1,0%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,97	3,79	3,56	3,55	-0,3%
Viaturas * km	10 ^{^3}	29.535	28.877	29.848	28.663	-4,0%
Lugares * km	10 ^{^3}	2.569.839	2.517.243	2.607.242	2.538.869	-2,6%
Velocidade Média Comercial Autocarros	km/h	16,2	16,2	16,1	15,9	-1,0%
Taxa de Ocupação Autocarros	%	17,2%	16,3%	14,9%	15,1%	1,6%
Rendimentos operacionais sem indemnizações compensatórias (IC)	m€	53.844	52.828	53.733	55.868	4,0%
Indemnizações Compensatórias (IC)	m€	17.812	19.156	18.975	17.871	-5,8%
Gastos operacionais	m€	85.788	87.887	81.963	80.122	-2,2%
Taxa de cobertura	%	83,5%	81,9%	88,7%	92,0%	3,7%
Taxa de cobertura sem IC	%	62,8%	60,1%	65,6%	69,7%	6,4%
Rendimento operacional sem IC por passageiro	€	0,48	0,49	0,49	0,52	4,8%
Rendimento operacional com IC por passageiro	€	0,64	0,67	0,67	0,68	2,2%
Gasto operacional por passageiro	€	0,77	0,81	0,75	0,74	-1,5%
Rendimento operacional sem IC por km percorrido	€	1,82	1,83	1,80	1,95	8,3%
Rendimento operacional com IC por km percorrido	€	2,43	2,49	2,44	2,57	5,6%
Gasto operacional por km percorrido	€	2,90	3,04	2,75	2,80	1,8%
Rendimento operacional sem IC por passageiro * km	€	0,12	0,13	0,14	0,15	5,1%
Rendimento operacional com IC por passageiro * km	€	0,16	0,18	0,19	0,19	2,5%
Gasto operacional por passageiro * km	€	0,19	0,21	0,21	0,21	-1,2%
Rendimento operacional sem IC por lugar * km	€	0,021	0,021	0,021	0,022	6,8%
Rendimento operacional com IC por lugar * km	€	0,028	0,029	0,028	0,029	4,1%
Gasto operacional por lugar * km	€	0,033	0,035	0,031	0,032	0,4%

2.3.1 Procura

Procura 2011

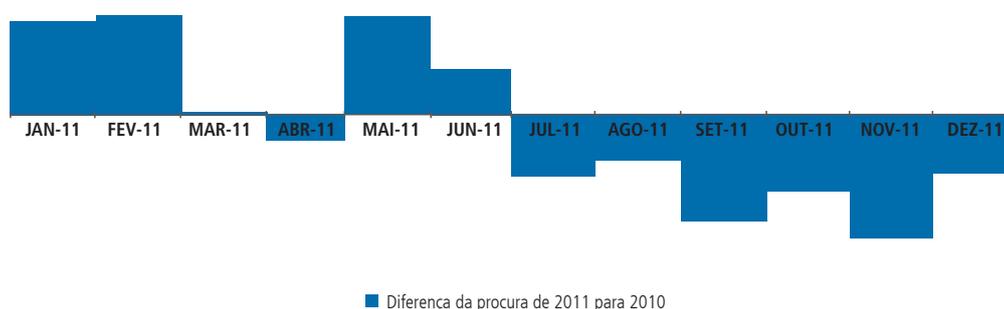
Em 2011 a procura do serviço público registou 108,4 milhões de passageiros, situando-se a um nível ligeiramente superior a 2009 e inferior a 2010 em 0,8%, com uma perda na ordem dos 800 mil passageiros.

Salienta-se que a evolução foi distinta nos dois semestres do ano e, embora o primeiro semestre tenha apresentado um confortável crescimento, na ordem dos 3%, no segundo semestre assistiu-se a uma quebra de 4,8%, tendo o ano terminado com uma redução de procura de 0,8%. Para esta evolução terá contribuído o aumento tarifário de 15% em agosto, o desemprego crescente que se faz sentir na comuni-

dade da Área Metropolitana do Porto (AMP) e, ainda, alguma redução da oferta introduzida pela STCP para uma maior rentabilização dos recursos disponíveis. Um fator adicional terá resultado do crescente número de clientes que utiliza o tarifário intermodal, podendo passar a optar por um modo de transporte alternativo sem penalização tarifária.

O dia de maior procura em 2011 foi 10 de maio, com 404 mil validações, sem considerar as vendas de agente único. Após o aumento tarifário de agosto o dia de maior procura foi 10 de outubro, com 388 mil validações.

Evolução da procura mensal 2011-2010



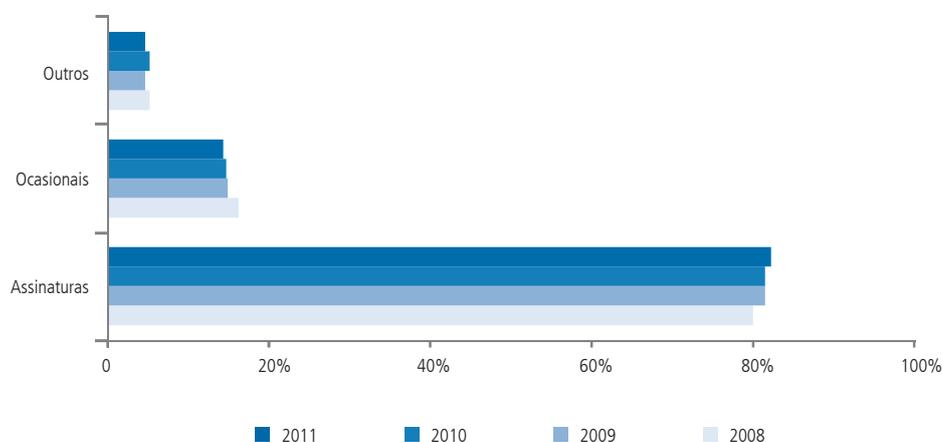
A evolução dos últimos meses do ano indicia uma tendência de quebra de procura que se prevê irá ser substancialmente agravada em 2012 com a já prevista implementação de reduções significativas ao nível da oferta da STCP, tanto ao nível das linhas operadas diretamente pela empresa como pelo cancelamento da maioria das linhas subcontratadas a Operadores Privados.

O modo carro elétrico demarcou-se desta tendência, ao registar um aumento de cerca de 8,3%, com uma subida de 397 mil passageiros em 2010 para 430 mil em 2011, apesar da implementação de um novo tarifário turístico, na

sequência da fusão do atual Serviço Público de carro elétrico histórico, a partir de meados de junho passado, com o Serviço Turístico (*Porto Tram City Tour*) até então operado pela STCP Serviços.

Com apenas 3 linhas de carro elétrico, a Empresa pretende continuar a apostar neste setor na sua vertente turística com o objetivo de atingir o meio milhão de passageiros por ano.

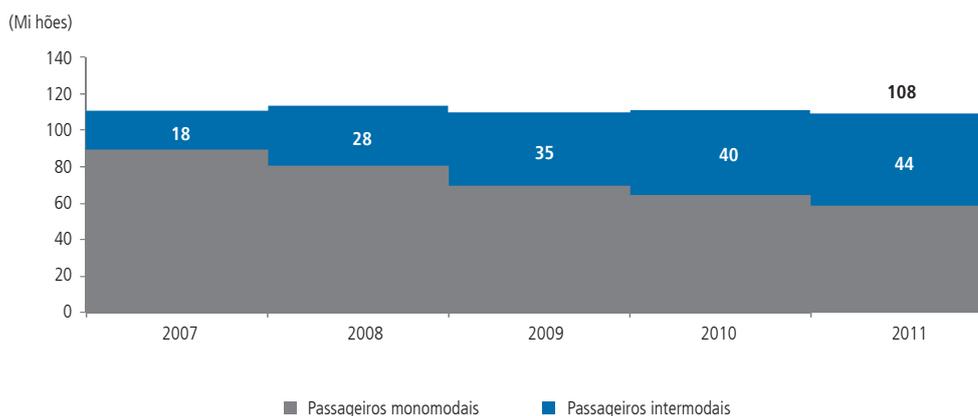
Estrutura da procura por tipo de títulos



A estrutura de títulos de transporte, embora muito semelhante ao longo dos anos, denota a tendência constante e crescente do peso de assinaturas, ultrapassando já os 80% em que se vinham a situar (81% em 2011), face aos títulos ocasionais e ao agente único. Esta opção demonstra uma maior fidelização de clientes, para o que muito contribuíram as políticas de desconto dos títulos de estudante e

também a procura de títulos com menor custo por deslocação, evidenciando também dificuldades na captação de novos clientes ocasionais. O estudo de um novo tarifário, mais atrativo para este tipo de clientes, poderá ser uma solução a equacionar, a par de uma política integrada de divulgação do transporte público e da elevada qualidade do serviço oferecido.

Evolução da repartição de passageiros na STCP



Em 2011, o tarifário Andante manteve a tendência de um peso crescente, assumindo 41% da procura total. Este efeito é explicado pelos tarifários especiais para estudantes, pelo tarifário social+ e pela crescente integração das redes de transporte.

Há a realçar o número crescente de clientes efetivos que utilizam o serviço da STCP. Existem mais clientes, embora com uma menor utilização média de viagens por cliente e por mês, que se traduz na ligeira redução de procura registada.

2.3.2 Receita do Serviço de Transporte

Aumentos tarifários

Registaram-se dois aumentos tarifários em 2011, tanto para os tarifários monomodais como para os intermodais, com aumentos médios de:

- 4,5% em 1 de janeiro
- 15% em 1 de agosto

Assinatura Andante "SOCIAL +"

Para minimizar os efeitos dos aumentos tarifários de 2011 e no sentido de introduzir uma nova política de subsídio dos títulos de transporte, o Governo anunciou, a 29 de agosto, uma nova assinatura destinada a agregados familiares de menores rendimentos - «Assinatura Andante Social+». Este título intermodal assume um desconto de 25% face ao valor do título normal. No dia imediato, 30 de agosto, os postos de venda da STCP iniciaram a venda deste novo título.

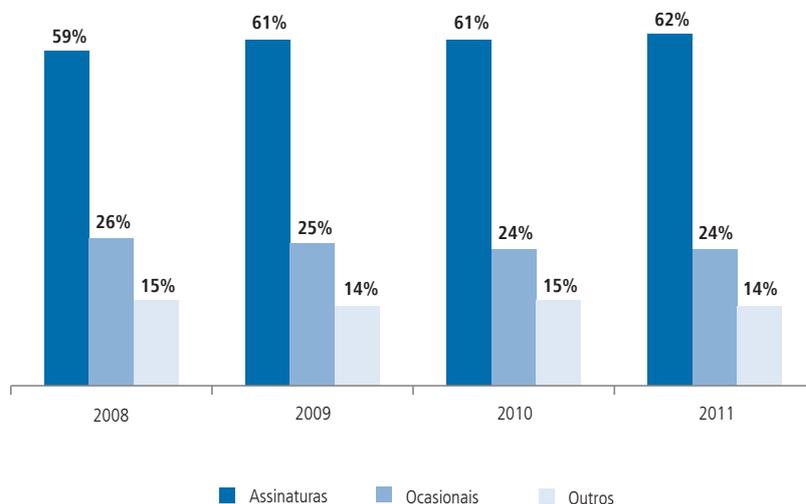
A Receita

A receita da prestação de serviço de transporte de 2011 atingiu o valor de cerca de 50,6 milhões de euros, superior em 3% à registada no ano de 2010, apesar da quebra de 0,8% da procura.

Para esta evolução favorável contribuíram os dois aumentos tarifários verificados em 2011, pese embora a evolução da procura no segundo semestre.

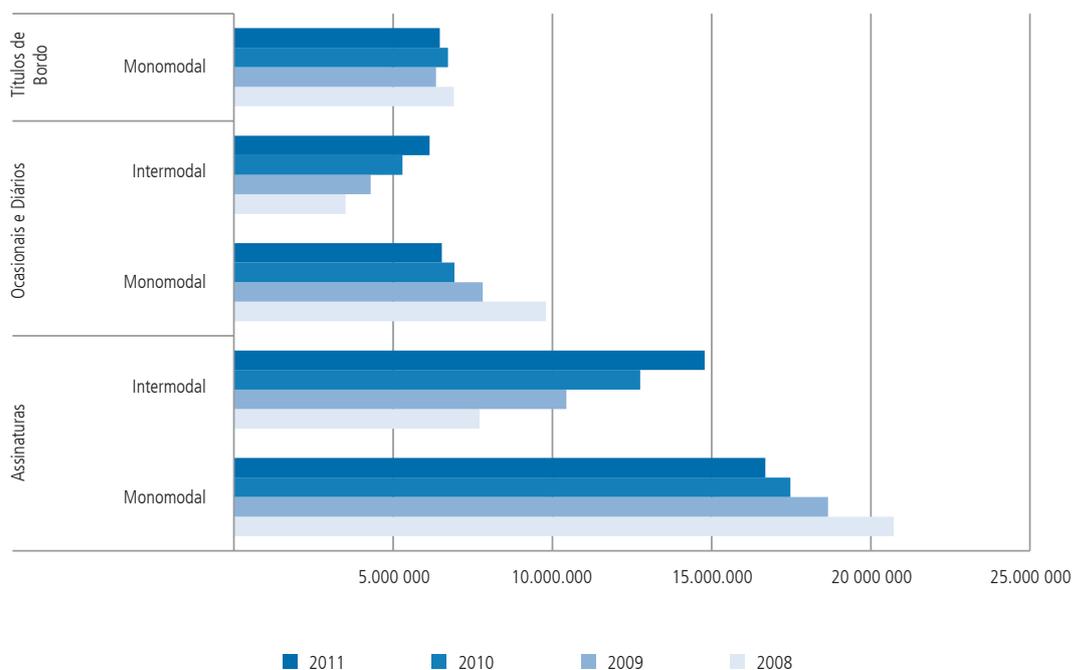
Em sentido inverso, a opção crescente dos clientes pelos títulos de transporte cujo tarifário lhes é economicamente mais favorável geraria uma menor receita média por validação, não fora o aumento tarifário. É disso reflexo a redução de venda dos títulos de bordo – agente único – e o peso crescente da venda de assinaturas.

Distribuição da receita por títulos



À semelhança do comportamento da procura, a receita proveniente dos títulos intermodais tem vindo a aumentar o seu peso na receita total, passando de 37% em 2010 para 41% em 2011.

Receita por grupo de título (em euros)



Rede de Vendas

Em 2011 a STCP disponibilizou aos clientes 821 locais para carregamento dos diversos títulos de transporte, sejam estes monomodais ou intermodais, conseguindo-se um acréscimo de cerca de 5% no número dos pontos de venda disponibilizados face ao ano anterior.

Adicionalmente, é possível a compra a bordo, em qualquer autocarro da STCP, do título de agente único, apenas válido para a viagem em causa, ou ainda do título intermodal TOUR 1 (válido em toda a rede Andante pelo período de 24 horas).

A STCP tem atualmente apenas duas lojas próprias, uma no Bom Sucesso e outra no Hospital S. João, tendo encerrado no final de maio de 2011 o posto de venda da Loja do Cidadão do Porto.

Fiscalização dos Títulos de Transporte

Em 2011 a taxa de fiscalização de viagens foi de 3,8% e a taxa de fiscalização de passageiros de 1,3%, valores ligeiramente superiores aos verificados em 2010 respetivamente em 2,9% e 1,0%.

No número de infrações detetadas, registou-se uma ligeira diminuição de 415, de um total de 5.956 para 5.541.

2.3.3 Oferta

Quilómetros Percorridos e Lugares*Km

A racionalização da oferta da produção interna permitiu uma redução global de 4,0%, possibilitando uma maior alocação de recursos nos horários com maior procura. Em 2011 foram percorridos 29 milhões de quilómetros.

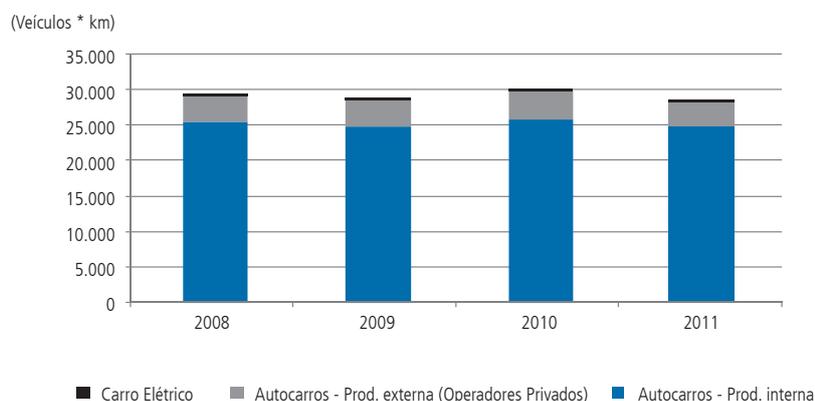
Relativamente aos lugares km e fruto do aumento da lotação média das viaturas, em resultado da aquisição dos autocarros de dois pisos e do abate de 36 viaturas *standard* com mais de 15 anos, a redução cifrou-se nos 2,6%.

Veículos * Km (10 ³)	2008	2009	2010	2011
Autocarros - Prod. interna	25.387	24.770	25.724	24.507
Autocarros - Prod. externa (Operadores Privados)	4.066	4.015	4.016	4.046
Carro Elétrico	83	91	108	110
Total Veículos * km	29.535	28.877	29.848	28.663
var.% n/n-1		-2,2%	3,4%	-4,0%

Lugares * Km (10 ³)	2008	2009	2010	2011
Autocarros - Prod. interna	2.254.910	2.206.567	2.296.833	2.225.859
Autocarros - Prod. externa (Operadores Privados)	311.429	306.863	305.872	308.409
Carro Elétrico	3.500	3.813	4.538	4.602
Total Lugares * km	2.569.839	2.517.243	2.607.242	2.538.869
var.% n/n-1		-2,0%	3,6%	-2,6%

Lotação média	2008	2009	2010	2011
Autocarros - Prod. interna	89	89	89	91
Autocarros - Prod. externa (Operadores Privados)	77	76	76	76
Carro Elétrico	42	42	42	42
TOTAL	87	87	87	89

Evolução Veículos * km (10³)



Taxa de ocupação global

A taxa de ocupação global (Passageiros * km / Lugares * km) foi de 15,1%, superior em 0,2 pontos percentuais à registada em 2010, denotando uma melhoria de eficiência da Empresa.

	2008	2009	2010	2011
Taxa de Ocupação	17,2%	16,3%	14,9%	15,1%

Velocidade Comercial

A velocidade comercial da rede STCP, incluindo todos os modos de transporte, foi de 15,8 km/hora, representando uma ligeira redução de aproximadamente 1%. Esta diminuição

explica-se pela quantidade e duração dos desvios na rede STCP, resultantes de obras na via, e pelo congestionamento de trânsito nas zonas centrais das cidades servidas.

Velocidade Comercial Global (Km/h)	2008	2009	2010	2011	11/10
Autocarros	16,2	16,2	16,1	15,9	-1%
Tração Elétrica	7,4	7,5	7,6	7,1	-6%

Taxa de cumprimento de viagens da produção da frota própria de autocarros

A taxa de cumprimento de viagens em 2011 foi de 99,3%, registando uma forte melhoria face ao ano anterior com uma redução de 40% no número de viagens perdidas.

Mais de metade das viagens perdidas ficou a dever-se a trânsito congestionado (26,9%) e a faltas de motorista (26,7%).

Taxa de acidentes

Registou-se uma taxa de 41 acidentes por cada milhão de quilómetros percorridos. O número global diminuiu 2,7% quando comparado com 2010, com um total de 988 acidentes.

Corredores Bus

A extensão de corredores BUS no final de 2011 é de apenas 23,9 km. A sua localização distribui-se pelos concelhos servidos pela rede da STCP, maioritariamente na cidade do Porto, com 81,2%.

Operação Via Livre

Este serviço é realizado em cooperação com a Polícia Municipal do Porto, com o objetivo de atuar nas situações de estacionamento indevido. O número de multas foi de 5.546, superior a 460 por mês, com um aumento de cerca de 120% face ao ano de 2010. Foram efetuadas 225 remoções de veículos.



2.3.4 Os Factos Mais Relevantes

Melhoria da Eficiência através da racionalização da oferta de transporte

Em 2011 prosseguiu a reestruturação do serviço com vista à melhoria da sua eficiência.

Foi efetuado um detalhado trabalho de análise da procura, linha a linha, viagem a viagem, com aprofundamento até à paragem, para se definir o que deveria ser alterado na oferta da STCP.

A primeira fase desta reformulação da oferta foi implementada ao longo de 2011, havendo a preocupação de a comunicar aos clientes e parceiros sociais de uma forma simples e eficiente, com baixos custos. Foi assim possível concretizar esta implementação de modo tranquilo, tornando perceptíveis para os clientes as razões das alterações efetuadas.

Alterações de linhas, horários e paragens

Linhas 900 (Vilar de Andorinho) e 905 (Vila D'Este)

A um de agosto a STCP introduziu as alterações de percurso às linhas 900 e 905 que resultaram da sentença judicial em ação instaurada em 2006 contra a STCP pelo Operador Privado "Oliveira Fernandes & Ribeiro, Lda." (OFR) e que culminou com a notificação, em abril de 2011, para execução da sentença que condenou a STCP a abster-se de explorar as referidas linhas na parte final dos respetivos percursos.

A STCP efetuou múltiplas reuniões com autarquias, associações de moradores e AMTP para que as populações aceitassem esta substituição do serviço da STCP pela OFR. A STCP cooperou no processo de alteração de modo a minimizar o impacto nos seus clientes.

As linhas 900 e 905 passaram a efetuar os seus terminos respetivamente em Stº Ovídeo e no Monte da Virgem, deixando assim de servir os respetivos percursos até Vilar de Andorinho e Vila d'Este.

Alterações de percurso nas linhas 703, 904, 305 e 905

Em junho, a linha 703 passou a efetuar novo percurso entre o Marquês e a Trindade. Com esta alteração, foi disponibilizada uma nova ligação ao Hospital de Santa Maria e assegurada maior rapidez de percurso. O objetivo principal consistiu em garantir uma nova articulação de horários com a linha 701, permitindo a poupança de recursos utilizados em ambas as linhas, sem penalização dos clientes.

Decorrente desta alteração, o término da linha 904 passou para a Trindade, sendo descontinuado o percurso até ao Marquês, desde então assegurado pela linha 703.

Para conseguir percursos mais rápidos, também as linhas 305 e 904 foram alvo de ajustamentos do percurso na Baixa, a partir de junho.

Prolongamento da linha 705

Em 13 de dezembro a linha 705 passou o término para o Continente de Valongo, sem aumento de tempo de percurso, implicando uma pequena alteração do trajeto próximo da Estação de Valongo. O Continente adquiriu à STCP os direitos de colocação do seu nome no destino da linha e na paragem término.

Linhas Z

Extinção das linhas ZA e ZH

A Linha ZA (Zona Angeiras) que operava na totalidade nesta zona do concelho de Matosinhos foi suprimida a 28 de março face à procura residual que apresentava.

A linha ZH (Zona Histórica), que percorria ruas estreitas da Baixa do Porto, realizou a sua última viagem no dia 26 de junho, passando parte do percurso a ficar provisoriamente integrado numa outra linha (Linha ZM) para avaliação do interesse de uma nova ligação direta para a população de Miragaia e Massarelos.

Redução da oferta da linha ZF

A Linha ZF (Zona Francelos) que opera na totalidade no concelho de Vila Nova de Gaia ficou com a oferta suprimida aos fins de semana, embora tenha sido mantida durante o verão para permitir o acesso às praias.

Prolongamento de percurso da linha ZM

A partir do dia quatro de Julho o percurso da linha ZM foi prolongado à Cordoaria para compensar parcialmente a extinção da linha ZH.

Horários de Verão e Novo Horário Escolar

No dia 27 de junho entraram em vigor os horários de Verão. Em 2011, pela primeira vez, passou a ser divulgada em simultâneo, nas paragens, a oferta que funcionou nas três fases do verão e a nova oferta que vigorou a partir do mês de setembro (horário escolar), facilitando-se o acompanhamento, por parte dos clientes, das transições de horários dos meses de verão.



Novo esforço de racionalização da oferta com implementação do HORÁRIO ESCOLAR 2011/2012

Com a entrada em funcionamento dos horários escolares (antigos horários de Inverno) a partir de 10 de setembro, foi efetuado um esforço adicional de racionalização da oferta. Na prossecução das boas práticas de gestão e de orientação

para o mercado, a STCP adaptou mais uma vez os horários das linhas de serviço público à época escolar, uma vez que os estudantes representam cerca de 20% dos clientes, bem refletidos no aumento dos níveis de oferta no período de aulas. Foi decidido em 2011 abandonar a designação de horário de inverno, nomenclatura associada às estações do ano, e assumir o nome de horário escolar.

Nova Rede da Madrugada e Novos Horários do Serviço Noturno

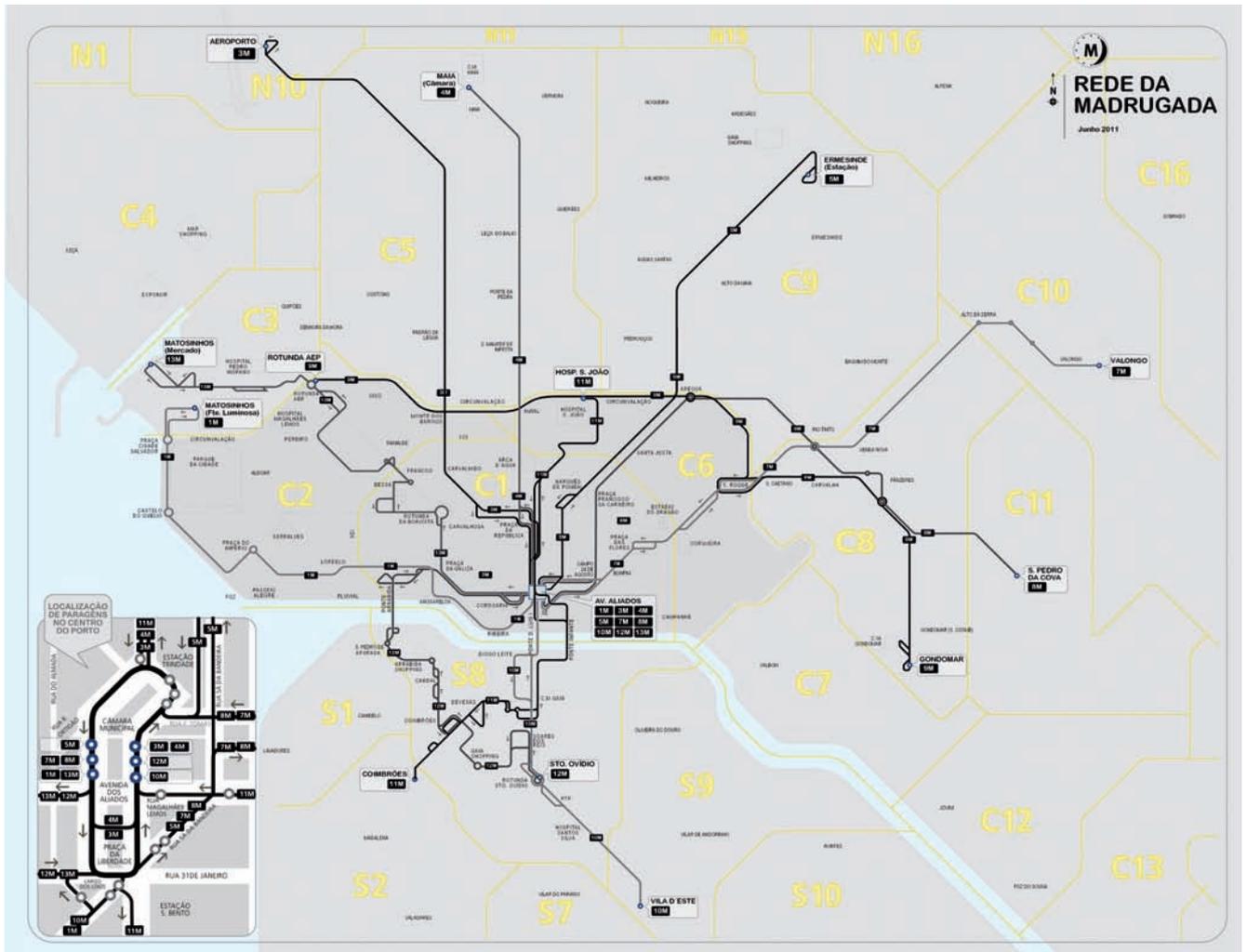
Em junho entrou em operação uma Nova Rede da Madrugada, tendo passado a funcionar das 00:00h até às 5:30h, com um menor número de linhas, que passaram de 13 para 11, visando uma melhor adaptação aos polos de maior procura noturna e garantindo sempre o serviço social nela praticado. A STCP continua a ser o único operador de transporte público do Grande Porto a garantir mobilidade em transporte público coletivo neste período horário.

Salientam-se nas alterações o prolongamento de uma linha ao aeroporto Francisco Sá Carneiro que, pela primeira vez, dispõe de serviço de madrugada (linha 3M).

Também foi revista a tipologia de viaturas afetas a este serviço, permitindo o novo horário introduzido que algumas linhas da madrugada passassem a ser operadas com viaturas minis nos dias úteis.

A implementação desta nova Rede tem sido continuamente monitorizada, com a participação ativa de motoristas, inspetores, sindicatos e comissão de trabalhadores, tendo sido introduzidos ajustamentos pontuais que se consideraram oportunos.

A Rede da Madrugada transportou 545 mil de passageiros, registando uma procura superior em 38 milhares de passageiros à de igual período de 2010 (cerca de mais 100 passageiros por dia), apesar da referida redução do número de linhas de 13 para 11, ocorrida em junho.



Reformulação do Serviço de Carro Elétrico

O serviço de Carro Elétrico Histórico da STCP sofreu uma reestruturação a 15 de junho, com a fusão do Serviço Turístico (*Porto Tram City Tour*) com o Serviço Público (linhas 1, 18 e 22).

Esta reformulação teve como objetivo acentuar o carácter predominantemente turístico deste serviço – decorrente da envolvente dos percursos efetuados e das viaturas emblemáticas utilizadas – e, correspondentemente, reestruturar o tarifário, ajustar horários e frequências e racionalizar os

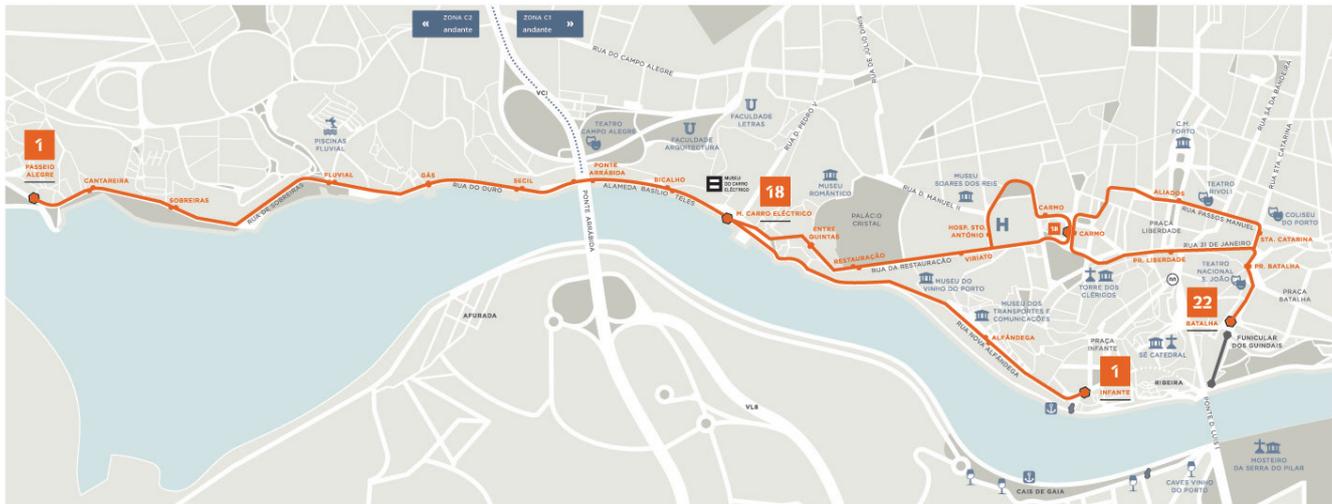
custos de operação, absorvendo o circuito turístico até então operado pela STCP Serviços.

Os novos títulos de transporte, com um design que recupera a imagem dos antigos bilhetes, têm tarifas mais elevadas, alguns com visita integrada ao Museu do Carro Elétrico.

Os passageiros deste modo de transporte registaram um aumento de 8%, tendo a receita aumentado 63%.



Carro Eléctrico	2011	2010	variação	
			abs.	%
Passageiros (10 ^{^3})	430	397	33	8%
Receita (10 ^{^3} €)	364	223	141	63%



Novo serviço experimental – GATO

No âmbito do projeto CIVITAS, a STCP lançou na noite de 15 de dezembro um novo serviço que designou o “Gato”, que começou a circular entre o Hospital de S. João/Pólo universitário da Asprela e a Baixa do Porto, nas noites de quinta, sexta e sábado, entre a 0h30 e as 5h. Este serviço é dirigido à população estudantil e está previsto manter-se experimentalmente até final de abril de 2012, sendo avaliado nas vertentes da eficiência, da rentabilidade e da satisfação dos clientes.

Os pontos mais diferenciadores do GATO são o requisito de marcação prévia, por *Internet* ou telefone, (embora se possa também aceder sem qualquer marcação) e o ambiente que se pretende criar durante a viagem, com música e decoração interior no autocarro.

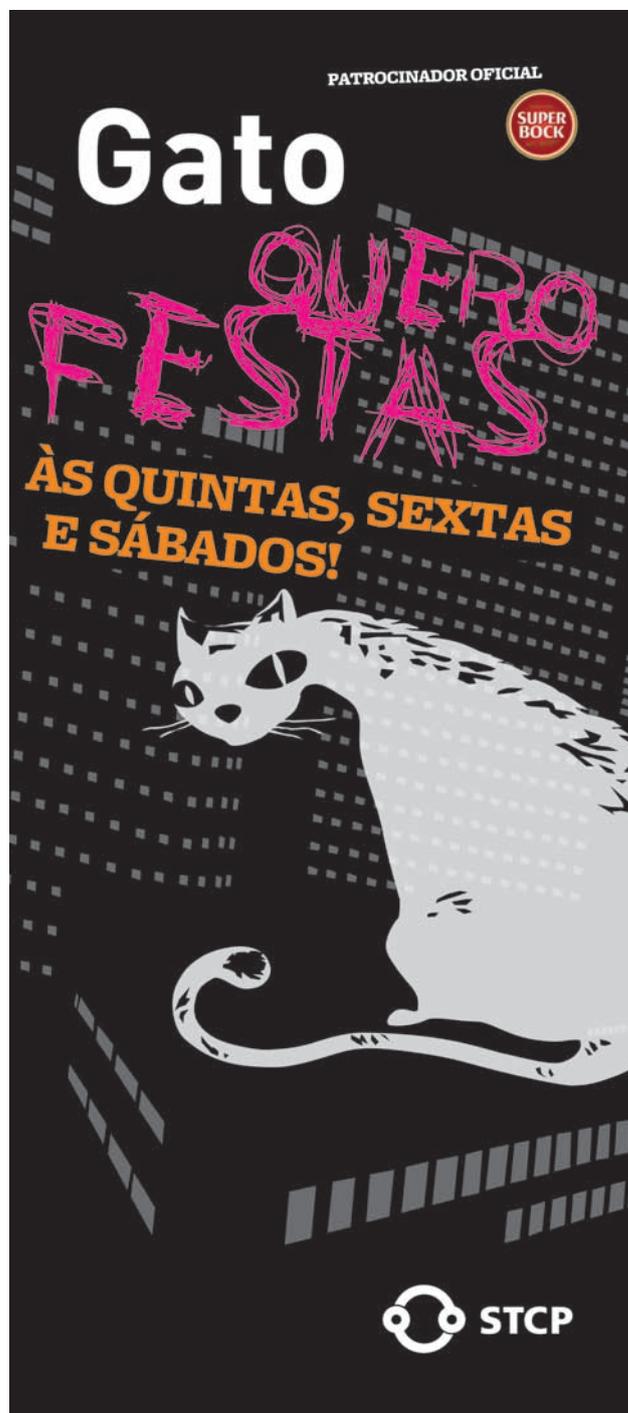
Fontes Complementares de Receita

Publicidade Exterior nos Autocarros

Entrou em vigor, em fevereiro, o novo Contrato de Concessão de Publicidade Exterior nos Autocarros, celebrado entre a STCP e a Multimédia Outdoors Portugal, SA (MOP). Este novo Contrato de Concessão de Publicidade permitirá à STCP a obtenção uma receita total de 1,2 milhões de euros de 2011 a 2013.

Concessão de exploração nas instalações da Areosa para parque de estacionamento

A Administração da STCP e a Administração do Hospital de São João assinaram, em 31 de maio, em resultado de um concurso público, o contrato de adjudicação da concessão de exploração de um Parque de Estacionamento nas instalações da Empresa na Areosa, pelo prazo de três anos, com uma renda mensal de 20 mil euros.





3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável



3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável

A responsabilidade social das empresas consubstancia-se na integração voluntária de preocupações sociais e ambientais na sua atividade e na interação com todas as partes interessadas. As empresas contribuem deste modo para a satisfação das necessidades dos seus clientes, gerindo simultaneamente as expectativas dos trabalhadores, dos fornecedores e da comunidade local.

Na ótica do desenvolvimento sustentável, este relatório tem por objetivo medir, divulgar e prestar contas do desempenho da STCP nos aspetos económicos, ambientais e sociais.



3.1 Sistema Integrado de Gestão

– Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

Desde dezembro de 2008 a STCP tem o seu Sistema Integrado de Gestão certificado simultaneamente nos três referenciais normativos:

NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade
NP EN ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental
OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho

Todas as atividades e instalações da STCP, com exceção do Museu do Carro Elétrico, encontram-se abrangidas pelo âmbito da certificação que se refere à prestação do serviço propriamente dita, envolvendo todas as áreas de atuação desde a manutenção das viaturas até ao atendimento ao cliente.

As certificações vieram proporcionar a integração da Empresa na rede internacional IQNet (*International Certification Network*), distinguindo-a dos demais operadores de transporte.

As certificações foram inicialmente atribuídas por um período de três anos, findo em 2011, tendo sido obtida a sua renovação por um novo período, até dezembro de 2014.

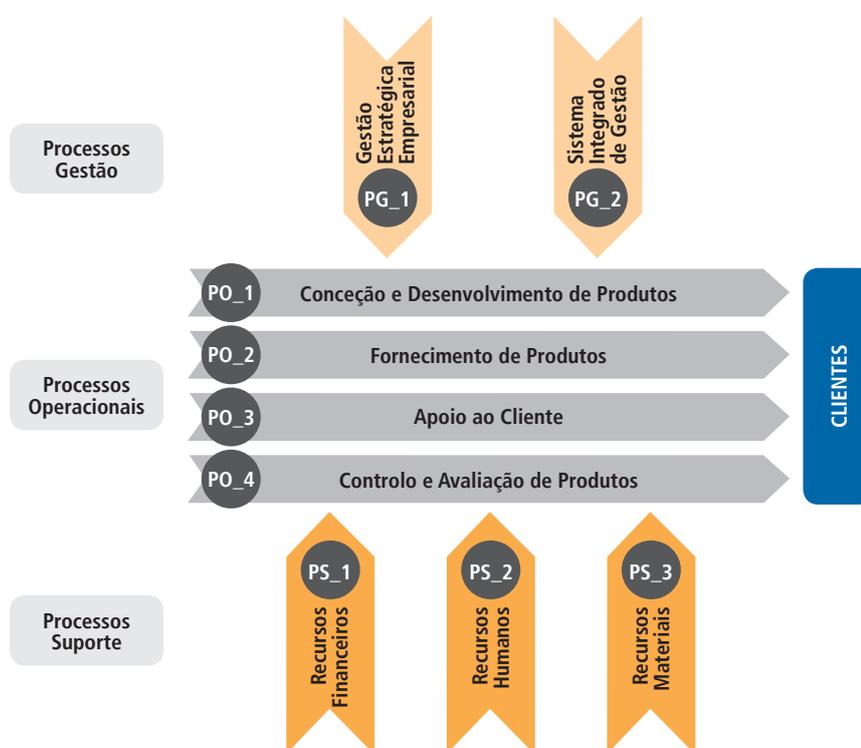
A STCP foi pioneira quando iniciou o seu serviço de transporte público de passageiros em 1872. Hoje, continua a apostar na inovação, seja na comunicação seja no controlo do seu serviço, nas tecnologias ambientalmente sustentáveis – metade da sua frota de autocarros é movida a gás natural – e hoje, é uma empresa que consegue ser centenária e simultaneamente capaz de responder com eficácia aos desafios da integração das melhores práticas da gestão moderna.

Sistema de Gestão da Qualidade

Com um Sistema de Gestão ainda jovem no tocante às filosofias e métodos impostos pelas normas, foi necessário consolidar procedimentos, simplificar e dotar os meios internos de competências acrescidas, nomeadamente através da atribuição de competências explícitas aos Gestores dos Sistemas de Gestão.

O ano de 2011 fica marcado por uma nova etapa ao nível da gestão, patente na implementação de um novo mapa de processos, mais transversal na sua filosofia no que respeita à estrutura hierárquica, e com metade dos processos em vigor à data do início da certificação.

Representação esquemática do mapa de processos



Com este novo mapa de processos, foram revistos todos os indicadores de gestão da Empresa, e a sua forma de acompanhamento.

A nível nacional, a STCP tem contribuído para o desenvolvimento de novas normas de qualidade para o setor dos transportes, através da participação que mantém na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização - CT 148 (Transportes, Logística e Serviços), à qual atualmente preside.

Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho

Os aspetos relacionados com o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.3.2.

Sistema de Gestão Ambiental

Os aspetos relacionados com o Sistema de Gestão Ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.5.

3.2 Responsabilidade Perante os Clientes

A responsabilidade da STCP perante os Clientes afere-se pelo nível da qualidade do serviço prestado pela Empresa, traduzido designadamente na regular adequação dos horários e frequências, na melhoria do cumprimento do serviço programado e na qualidade da informação ao público, bem como na aposta na formação inicial e reciclagem do pessoal.

Para a mais-valia desse desempenho contribui, ainda, a forma e o grau da cooperação da Empresa com *stakeholders* e outras empresas e entidades, pelo conjunto das parcerias que estabelece numa intervenção acrescida de apoio às populações que serve.

3.2.1 Serviço Social

O serviço social que a STCP presta assume cada vez mais um papel essencial por força do agravamento das dificuldades económicas da população.

Apesar da forte racionalização da produção interna, a STCP manteve a preocupação de preservar a oferta de cariz eminentemente social, promovendo a inclusão social através da garantia de mobilidade a zonas e em horários sem interesse comercial para cidadãos dependentes do transporte público, sem qualquer outra alternativa.

Estimativa do custo do Serviço Social:

STCP - Serviço Social	2008	2009	2010	2011
KM Serviço Social (10³)	8.610	8.398	10.058	9.507
% Km Serviço Social	29%	29%	33%	33%
Títulos Sociais Vendidos (10³)	503	471	459	418
% Insuficiência Tarifária	13%	12%	12%	11%
Custo * km Serviço Social (m€)	17.616	18.091	20.388	18.637
Insuficiência Tarifária (m€)	6.225	5.909	5.904	5.645
Custos Serviço Social (m€)	23.841	24.000	26.292	24.281

Foram considerados como quilómetros de serviço social os quilómetros realizados na rede da madrugada, no serviço noturno, aos sábados, domingos e feriados e ainda os quilómetros percorridos pelas linhas Z. O cálculo da insuficiência tarifária foi efetuado considerando o diferencial de preço das assinaturas sociais monomodais disponibilizadas para camadas sociais específicas (crianças, estudantes, reformados e pensionistas e 3ª idade) e para as assinaturas monomodais normais.

3.2.2 A Satisfação do Cliente

Avaliação da Satisfação do Cliente

Em 2011 a STCP não realizou o inquérito de satisfação ao cliente em face da definição de uma periodicidade bianual para estes inquéritos, tendo sido utilizados os resultados do Inquérito de Satisfação ao Cliente de 2010 para a realização de *workshops* internos com os trabalhadores, a fim de discutir formas de melhoria da qualidade de serviço e da satisfação dos clientes. As ideias resultantes foram consolidadas num único documento e apresentadas a toda a Empresa. Parte das sugestões foi implementada ainda em 2011, estando outras previstas para os anos subsequentes.

Redução consolidada das reclamações

Desde a implementação de um sistema organizado de gestão de reclamações e sugestões, em 2007, a STCP tem vindo a receber um número cada vez menor, significando correspondentemente um menor grau de insatisfação dos seus clientes: em 2011 registou cerca de 1.250, com uma queda de 40% em relação ao ano anterior e de 74% relativamente a 2007. A maior descida de reclamações respeita ao cumprimento de horários, tema principal focado pelos clientes, e à informação ao público, correspondendo a áreas onde a STCP implementou significativas melhorias.



Provedor do Cliente da STCP

Após um longo impasse do projeto de criação de um Provedor do Cliente do Sistema de Transportes da Área Metropolitana do Porto e não apenas de um operador e tendo sido obtida a confirmação, pela Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, de que assumirá essa função, foi deliberado extinguir no dia 31 de dezembro a figura do Provedor do Cliente da STCP, passando as reclamações e sugestões a serem tratadas diretamente pela STCP de acordo com o procedimento em vigor.

3.2.3 A Comunicação e a Informação

O Contacto Diário

Call Center

A Linha Azul respondeu a cerca de 38 mil pedidos de informação, valor inferior a 2010, na sua quase totalidade através de contactos telefónicos.

Perdidos e Achados

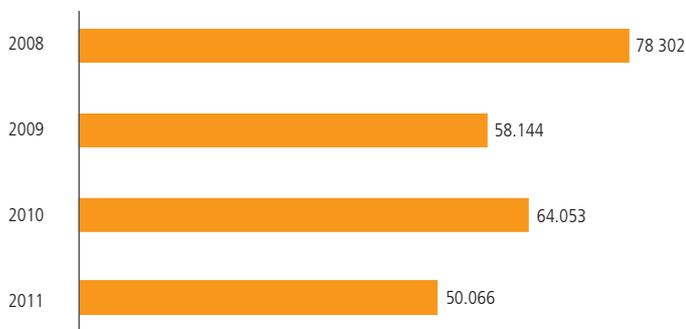
Num total de 1.156 registos, foi possível fazer a entrega direta aos clientes em 88% dos casos, encaminhando os restantes para a Polícia de Segurança Pública.

SMSBUS

As mensagens SMSBUS com receção confirmada atingiram cerca de 600 mil, numa redução de 22% face a 2010.

Esta diminuição reflete, em parte, a disponibilidade de uma informação mais completa à paragem e um melhor grau de cumprimento dos horários.

Pedidos SMSBUS - média mensal



Nova Comunicação

Painéis de Informação ao Público (PIP)

O projeto PIP da STCP consiste na colocação de ecrãs com os horários em tempo real localizados na via pública, junto a paragens, e registou em 2011 a colocação de mais 11 PIP no Concelho de Vila Nova de Gaia, os primeiros instalados neste concelho, e o reforço de mais dois na interface do Hospital de S. João.

No final de 2011, nos seis concelhos servidos pela STCP, estavam em funcionamento 44 PIP, com a seguinte distribuição: 17 no Porto, seis em Matosinhos, seis na Maia, dois em Gondomar, dois em Valongo e 11 em Vila Nova de Gaia.



Guia para uma Boa Viagem na STCP

Novas séries de cartazes "Guia para uma Boa Viagem", complementadas com passagem de mensagens nos *displays* eletrónicos, foram colocadas nos autocarros reforçando a comunicação de regras de utilização do transporte público. A segurança em viagem constituiu o novo tema em destaque.

Spider Maps

O projeto *Spider Maps* – mapa de transportes centrado num conjunto de paragens – ficou concluído no final de 2011, iniciando-se em 2012 a fase de produção.



Adesão às Redes Sociais

A 20 de dezembro a STCP publicou a sua página no *Facebook*, em www.facebook.com/stcpsa. Nos primeiros 11 dias contava já com cerca de 500 fãs.

Está também presente no *Twitter*, @infostcp.

A necessidade da adesão às redes sociais está intimamente ligada com o grau de fidelização que produzem e com a sua crescente utilização em Portugal, pretendendo a STCP deste modo promover uma maior proximidade aos clientes.

Comunicação no Aeroporto

Mantém-se a presença da STCP na área de recolha de bagagens no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, com a colocação de *standups* no meio dos tapetes rolantes, de modo a que os turistas, logo após o desembarque, tomem contacto com a marca e com os serviços da empresa ali disponíveis.

Campanhas de Comunicação

Campanha de divulgação da nova frota

A entrada em operação dos novos autocarros de dois pisos no início do ano mereceu um destaque especial na divulgação a toda a comunidade onde a STCP opera e mesmo ao nível do setor dos transportes nacional e europeu.

A campanha foi baseada no conceito “Duplex”, sendo os autocarros apresentados como um espaço de vida amplo e

com vistas panorâmicas. Teve por objetivo promover a imagem e marca da STCP e do transporte público, colocando o cliente no centro das suas preocupações, pela disponibilização de autocarros de grande conforto face ao elevado número de lugares sentados. Teve ainda o objetivo de evidenciar o investimento realizado pelas vantagens de conforto e ambientais, garantindo uma melhor resposta para a procura em horas de ponta para quem efetua percursos longos.

A apresentação pública, designada por Duplex Tour, contou com a adesão de mais de 2.000 pessoas, oriundas dos seis concelhos servidos, que participaram nas primeiras viagens dos 15 autocarros de dois pisos, com partida dos cinco concelhos limítrofes do Porto e posterior cortejo pela Marginal, entre o Castelo do Queijo e a Avenida dos Aliados.



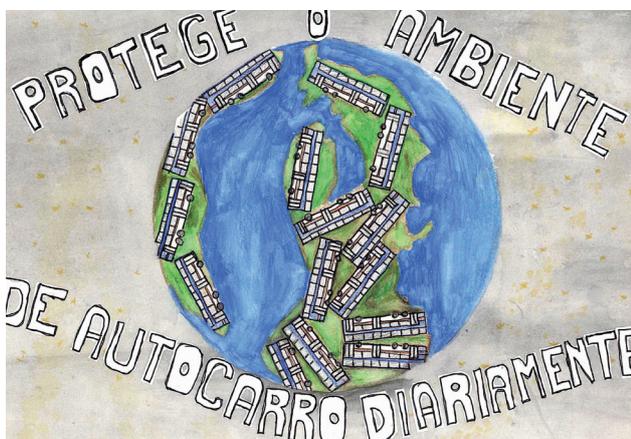
Concurso "Pinta o Duplex"

A STCP promoveu o concurso escolar "Pinta o Duplex", dando a conhecer a existência dos novos autocarros de dois pisos através da elaboração de trabalhos de desenho e pintura. O concurso dirigiu-se às escolas do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico dos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia, com a especificação das temáticas a utilizar nos desenhos, e registou grande participação, tendo recebido 336 inscrições. As propostas vencedoras foram adaptadas e aplicadas a diversos suportes de comunicação. Todos os trabalhos foram colocados no site da STCP e estiveram expostos no Museu do Carro Elétrico.

1º ciclo - Um dos trabalhos vencedores



2º ciclo - Um dos trabalhos vencedores



Campanha TV Wi-Fi

Para marcar o posicionamento da STCP enquanto Empresa ligada à inovação e empenhada no serviço ao cliente, foi feita uma pequena campanha de divulgação do serviço experimental de internet a bordo e TV digital nos autocarros da linha 207, cuja procura assenta na população universitária.



Campanha "GATO"

A campanha foi dirigida ao público académico e jovem, divulgando informação sobre este novo serviço flexível a testar na cidade do Porto na zona da Asprela, financiado por fundos comunitários através do projeto CIVITAS, com a operação da responsabilidade da STCP.



3.3 Responsabilidade Social Perante os Trabalhadores

“A motivação e a valorização dos colaboradores determinam o sucesso de uma Organização.”

Efetivo

Com um efetivo médio de 1.438 trabalhadores, a STCP garantiu, em 31 de dezembro, 1.318 empregos diretos, com uma diminuição líquida de 178 efetivos, dos quais 98 motoristas de serviço público, face aos 1.496 trabalhadores em 31 de dezembro de 2010.

No ano, registaram-se 189 saídas, 105 por reforma e 56 por cessação do contrato. A Empresa contratou nove trabalhadores e verificaram-se dois regressos ao serviço.

Efetivo a 31 dezembro	2008	2009	2010	2011	2011/2010	
					var abs.	var %
Total sem CA (1)	1.521	1.490	1.496	1.318	- 178	-12%
Pessoal Tripulante (2)	1 008	984	988	891	-97	-10%
% Pessoal Tripulante (2) / (1)	66%	66%	66%	68%	1,6%	2,4%

(2) motoristas + guarda freios

Absentismo

Absentismo (Horas)	2008	2009	2010	2011	2011/2010	
					var abs.	var %
Total	7,8%	8,3%	7,2%	6,8%	-0,4%	-5,8%
Pessoal Tripulante	9,0%	9,1%	7,5%	6,9%	-0,6%	-8,4%

Em 2011, pelo segundo ano consecutivo, as taxas de absentismo global da Empresa e do pessoal tripulante registaram uma diminuição, mais relevante neste último.

Em 2011 registaram-se dois plenários de trabalhadores, nos dias nove de fevereiro e oito de novembro e um dia de greve, no dia 24 de novembro.

Trabalho Suplementar

Em 2011 procedeu-se à alteração da metodologia de cálculo deste indicador, que considerava impropriamente como suplementar o trabalho normal efetuado em dia feriado.

Após a correspondente retificação, os valores do período 2008 a 2011 são os seguintes:

Trabalho Suplementar	2008	2009	2010	2011	2011/2010	
					var abs.	var %
Total (horas)	63.965	79.988	79.188	81.189	2.001	2,5%
Pessoal Tripulante (horas)	55.436	77.542	77.742	80.700	3.058	3,9%
Total (custo em €)	497.891	620.217	596.714	583.490	-13.224	-2,2%
Pessoal Tripulante (custo em €)	415.407	591.559	579.386	579.370	-16	0,0%

Ótica do pagamento: trabalho pago no ano

Como se pode verificar, 99,4% do trabalho suplementar refere-se ao pessoal tripulante, sendo o volume de horas parcialmente decorrente de uma significativa redução de motoristas de serviço público, por saída, durante o ano.

A maioria dos trabalhadores, 90,3%, tem um contrato laboral sem termo.

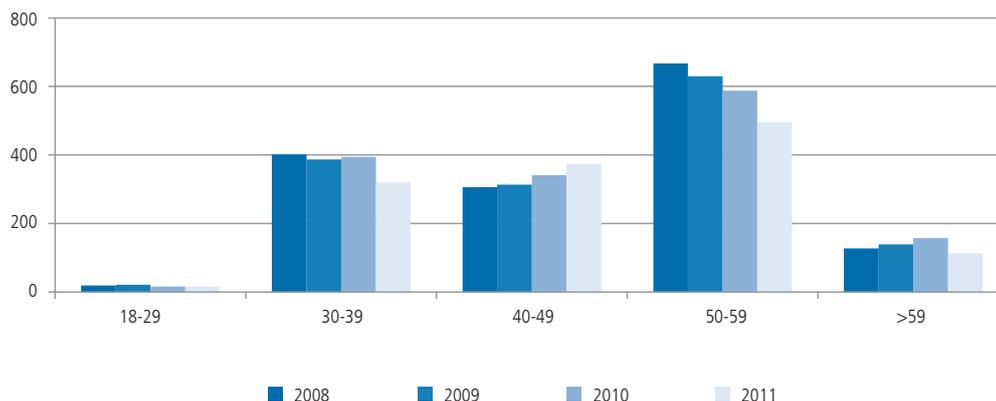
As mulheres representam cerca de 7% da força de trabalho e ocupavam tradicionalmente funções nas áreas de direção,

técnicas e administrativas, mas, mais recentemente, exercem também funções de condução de autocarros e de elétricos, representando cerca de 2% do pessoal tripulante.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 21,8 anos.

A idade média dos trabalhadores situa-se nos 47,3 anos, sendo que 25,4% pertencem a uma faixa etária inferior a 40 anos.

Estrutura etária dos trabalhadores



A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação, promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores.

Os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa estão consagrados no Código de Ética e de Conduta, editado no final de 2008.

Em final de 2009, foi aprovado o “Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, em conformidade com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se publicados no portal, para consulta de todos os trabalhadores.

Evolução dos Indicadores de Produtividade

Produtividade	2008	2009	2010	2011
Veículo * km (10 ³) / Efetivo Médio	18,6	19,2	19,7	19,9
Lugar * km (10 ⁶) / Efetivo Médio	1,6	1,7	1,77	1,8
Passageiro * (10 ³) / Efetivo Médio	69,9	72,1	72,2	75,4
Passageiro * km (10 ⁶) / Efetivo Médio	0,28	0,27	0,26	0,27

3.3.1 Desenvolvimento Profissional

Formação

Em 2011 foram efetuadas 13.472 horas de formação envolvendo 526 trabalhadores sendo 263 pessoal tripulante. As horas de formação do pessoal tripulante foram responsáveis por 64% das horas totais de formação, correspondendo a 8.625 horas.

A Empresa continuou a apoiar os seus trabalhadores, criando condições para a frequência do Programa “Novas Oportunidades”. No ano obtiveram a respetiva certificação 20 trabalhadores, sendo sete para o 9º ano e 13 para o 12º ano.

A Empresa viu aprovada uma candidatura ao POPH, apresentada ao eixo 3.2. A ANTROP foi a entidade escolhida para orientar estas ações de formação, dirigidas ao pessoal tripulante, oficial, de enquadramento e administrativo. A candidatura proposta para o ano de 2012 foi também já aprovada.

A formação para a obtenção do Certificado de Aptidão para Motoristas (CAM) foi seguida por 232 motoristas. Decorreu também nas oficinas da empresa formação no âmbito das novas viaturas. Foi ainda realizada formação de natureza ambiental e de segurança, informática e em informação turística.

Prémios

No ano de 2011 não foram atribuídos quaisquer prémios, em consequência das medidas de austeridade impostas.

Avaliação de Desempenho

Não foi concretizada em 2011 qualquer progressão com base na avaliação de desempenho, em consequência das medidas de austeridade impostas.

Festa dos 25 ANOS STCP

Anualmente é comemorada a antiguidade de 25 anos na Empresa pelos trabalhadores que a atingem nesse ano, com uma cerimónia de entrega de uma lembrança, como reconhecimento do tempo de fidelização à STCP.

Em 2011 a festa teve lugar no dia 14 de dezembro, distinguindo 38 trabalhadores.



Oportunidade aos Jovens - Estágios

No total, em 2011, foram acolhidos 19 estagiários que desenvolveram a sua atividade nas seguintes áreas: atendimento e animação turística, design gráfico, segurança, oficinas e administrativas.

Participação em Grupos de Trabalho, Congressos e Seminários Técnicos

59º Congresso Mundial UITP (Dubai)

A STCP esteve representada no congresso deste ano, tendo o Administrador, Senhor Prof. Jorge Freire apresentado uma comunicação ao Congresso sob o tema "GesBus, uma plataforma de apoio à gestão de autocarros e à sua afetação para a provisão de serviço público".



Conferência ISEP

No âmbito da 4ª Semana Internacional do ISEP, sob o tema Engineering Mobility Solutions, foram apresentados pela STCP os mais recentes projetos ao nível da informação ao público – SMSBUS, GoBus, IMS (LCD informativos) e *Spider Maps*.

Comissão Técnica Portuguesa de Normalização Transportes, Logística e Serviços (CT 148)

O representante da STCP detém a presidência desta Comissão, no triénio 2010-2013. Órgão técnico do Instituto Português de Qualidade (IPQ), a CT148 tem como objetivo a elaboração de normas portuguesas e a emissão de pareceres normativos no domínio dos transportes de passageiros e de mercadorias, da logística e dos parques de estacionamento.

Projeto CIVITAS

Integradas na agenda da reunião do consórcio CIVITAS-ELAN, do qual a empresa faz parte desde o início, decorreram na STCP, em Francos, diversas reuniões de avaliação dos projetos em curso e acompanhamento da respetiva execução.

Seminários

A STCP promoveu ao longo do ano de 2011, nas suas instalações, a realização de diversas palestras, destinadas aos seus quadros e subordinadas ao tema “Evolução de Sistemas de Transportes”. As sessões foram apresentadas por especialistas da área dos transportes e versaram os seguintes temas: Modelos Dinâmicos de comunicação entre veículos em ambiente urbano – Prof. João Barros; Sistemas de Transportes Públicos Flexíveis e sua avaliação – Prof. Jorge Pinho de Sousa; Impacto dos modelos urbanos na gestão da mobilidade – Prof. Paulo Pinho; Soluções Inovadoras de transporte público urbano – Prof. José Manuel Viegas.

3.3.2 Benefícios Sociais e Segurança e Saúde dos Trabalhadores

Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política ativa de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adotando medidas concretas nomeadamente através do apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP. Trata-se de uma estrutura dirigida por trabalhadores da empresa que, de forma voluntária, organizam atividades várias, desportivas e culturais, e realizam designadamente a Festa de Natal dedicada aos filhos de todos os trabalhadores e, também, a época balnear durante uma quinzena no período de verão.

A STCP continua ainda a atribuir aos seus trabalhadores, bem como a alguns familiares e a uma parcela dos seus reformados, a assinatura monomodal rede geral.

Aos trabalhadores que manifestaram interesse foi possível, através de contrato da STCP com o TIP, o acesso à assinatura Andante com redução, para si e para familiares diretos.

É assegurada assistência medicamentosa, em complemento da parte não subsidiada pela Segurança Social ao trabalhador, bem como a assistência médica curativa através de posto clínico próprio e é disponibilizado um refeitório nas instalações da empresa em Francos, com serviço de refeições pelo custo do fornecimento, dispondo ainda, em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

Aos trabalhadores com filhos a frequentarem infantários, a empresa atribui uma comparticipação de valor fixo. Por morte do trabalhador é atribuído um subsídio de funeral, para apoio financeiro à família.

Fundo de Pensões

A empresa garante aos trabalhadores reformados um complemento de pensão de reforma, para assegurar um mínimo de rendimento de subsistência. Esse complemento é calculado com base numa fórmula que determina o diferencial entre o montante da pensão atribuída pela Segurança Social e o limite de €650, conforme atualização de 2007, mas não podendo ultrapassar o montante da retribuição do trabalhador aquando da passagem à situação de reforma.

Os encargos com o complemento de reforma estão cobertos por um Fundo de Pensões constituído em 2002, em situação única de cobertura deste tipo de responsabilidades entre as empresas de transportes do setor público.

De acordo com o Relatório Atuarial do BPI Pensões, o valor do fundo previsional para 31 de dezembro era de €1.783.390 sendo que foram efetuados dois reforços, o primeiro no final de 2011 no montante de €338.713,00 e o segundo já no início de 2012 no montante adicional de €11.521,00.

Segurança e Saúde dos Trabalhadores

Com a Certificação do Sistema Integrado em Gestão nas vertentes da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, a monitorização das condições Ambientais e de Higiene e Segurança no Trabalho passou a ser efetuada de uma forma muito mais abrangente e metódica.

Na constante avaliação das condições de trabalho na empresa, e da melhoria destas, detetou-se que aquando do abastecimento de alguns dos autocarros a gás natural, era produzido um nível de ruído anormalmente elevado, obrigando à utilização de proteções auriculares por parte dos trabalhadores afetos a esta função.

Esta situação de emissão de ruído só se verificava nos autocarros MAN da 4ª série e nos articulados, abrangendo um total de 78 viaturas numa frota de 255 a gás natural.

Na sequência dos contactos que a STCP desenvolveu junto do fabricante dos autocarros, este assumiu os custos de substituição das válvulas de enchimento das garrafas de gás natural. Desenvolveu-se uma campanha de substituição das válvulas de enchimento ao longo de todo o ano 2011, de forma a não afetar a operação de serviço público.

Com a substituição por outro tipo de válvulas, o nível de ruído passou para valores perfeitamente aceitáveis do ponto de vista do conforto do trabalhador e idêntico ao que se verifica para as restantes viaturas da frota a gás natural.



Consulta aos trabalhadores sobre as condições de trabalho
Com o recibo do mês de outubro foi distribuído a todos os trabalhadores um inquérito sobre as condições de trabalho na vertente da Segurança e Saúde no Trabalho, o que permitirá à empresa identificar oportunidades de melhoria. As respostas encontram-se em fase de tratamento.

Saúde dos Trabalhadores

O Posto Clínico da STCP manteve um elevado nível de prestação de cuidados de saúde tendo sido efetuadas 3.498 consultas de clínica geral e 1.724 consultas de especialidade, para além dos cuidados de enfermagem, também prestados no posto de enfermagem na Via Norte.

A **Medicina do Trabalho** realizou 2.061 exames. Foram ainda realizados 2.268 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

A **Medicina do Trabalho** realizou 2.061 exames. Foram ainda realizados 2.268 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

Rastreio Visual – Foi efetuada a 260 trabalhadores, nas instalações da STCP, uma ação para a deteção precoce de anomalias visuais, bem como glaucoma ou degenerescência macular, visando a melhoria da qualidade de vida em contexto de trabalho.

Radiorrastreio pulmonar – A STCP disponibilizou, nas suas instalações, o radiorrastreio no equipamento do SLAT, relevando-se a importância no despiste e prevenção da doença. Foram efetuadas 1.004 microrradiografias.

Segurança dos Trabalhadores

O Controlo de alcoolemia, integrado na Medicina do Trabalho, realizou 2.075 testes não se tendo verificado qualquer teste positivo no pessoal tripulante.

Para testar a capacidade da STCP a situações de emergência foi executado o plano de simulacros de 2011 através dos três exercícios seguintes: simulacro de incêndio na oficina de manutenção de autocarros da estação de recolha de Francos; iminência de derrocada da parede de meiação das naves 3 e 4 da estação de Massarelos; acidente rodoviário dentro da Estação de Recolha da Via Norte.

Os ensinamentos recolhidos serão vertidos na revisão dos planos de emergência.



Indicadores de Acidentes de Trabalho em 2011

		2008	2009	2010	2011
Taxa de Frequência (Tf)	= $(\text{N}^\circ \text{ de acidentes de trabalho com baixa} / \text{N}^\circ \text{ horas efetivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	50,7	52,1	49,8	39,9
Taxa de Gravidade (Tg)	= $(\text{N}^\circ \text{ de dias perdidos} / \text{N}^\circ \text{ horas efetivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	1.434,9	1.181,8	1.565,0	1.195,8
Taxa de Incidência (TIT)	= $(\text{N}^\circ \text{ Acidentes Totais} / \text{N}^\circ \text{ total de trabalhadores}) \times 1.000$	115,9	111,5	100,5	78,3

Verifica-se uma melhoria nos três indicadores face ao ano de 2010.

3.3.3 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais

A intranet é o instrumento estruturante da comunicação interna da STCP. Através de um portal acessível aos colaboradores, a empresa disponibiliza um acesso imediato e eficaz aos processos fundamentais de comunicação, de forma transversal à organização. Através deste meio é feita a divulgação da informação diária corrente e de novidades, mas também é disponibilizada a consulta a bases de dados, a manuais e a funcionalidades relevantes para os colaboradores, como a marcação de férias ou a consulta do recibo de vencimento, garantindo assim um acesso frequente ao portal e a sua importância na comunicação interna. Complementarmente, a STCP edita uma Folha Informativa mensal, que sucintamente indica os principais acontecimentos e estatísticas relevantes sobre a atividade da empresa no respetivo mês.

A newsletter ITINERARIUM STCP – lançada no início de 2008 – continua a ser enviada a trabalhadores e *stakeholders*. A distribuição a clientes foi dinamizada em 2011, através da sua colocação nos autocarros de dois pisos e da divulgação nos *displays* dos autocarros de cada nova edição, e da oferta da revista nos postos de atendimento da STCP.

Para garantir um conhecimento atualizado a todos os trabalhadores, foi distribuída em agosto uma edição atualizada do Manual da Rede inicialmente divulgada após as mudanças profundas ocorridas com a Nova Rede em 2007.

3.4 Responsabilidade Perante a Comunidade

3.4.1 Promover a Mobilidade

140 anos de instalação da primeira linha de Carro Elétrico no Porto

A STCP assinalou em 2011 os 140 anos do início das obras de instalação da primeira linha de carros americanos na cidade do Porto, a 30 de junho de 1871, tornando-os tema da 15ª edição da *newsletter Itinerarium STCP*.

Esta primeira linha ligaria a Rua dos Ingleses a Matosinhos com a construção a partir do Cais da Paixão e Massarelos sob a direção do Engenheiro Evaristo Pinto. Cerca de uma semana depois, a nove de 1871, o Comércio do Porto noticiava que “Continua a dar-se toda a possível atividade aos trabalhos do caminho-de-ferro americano d’esta cidade à Foz, e segundo nos informam, tendo já vindo ordem do ministério da guerra para se poderem encetar os trabalhos junto do castelo da Foz, deu-se-lhes principio n’aquele sítio, como se havia dado em Massarelos.”

No entanto, a linha demorou a entrar em funcionamento porque os carros, entretanto adquiridos em Inglaterra, demoravam e nem sempre todas as peças chegavam ao mesmo tempo. Os primeiros veículos chegaram em setembro de 1871 mas as respetivas rodas viriam apenas em outubro, originando que o primeiro ensaio fosse efetuado a 10 de outubro de 1871. O primeiro ensaio com o veículo correu bem, mas o segundo veículo iria descarrilar três vezes. Os ensaios multiplicaram-se mas os descarrilamentos prosseguiram, provocando mesmo acidentes graves. Como noticiava o Comércio do Porto de 17 de outubro de 1871 “em consequência das experiências que se têm feito não terem dado o melhor resultado, sendo necessário remediar não só a linha mas também alguns defeitos da construção dos carros que vieram há tempos.” Houve necessidade de mandar fundir novas rodas e, com as chuvas de dezembro e o trânsito de carros de tração animal nos carris, alguns troços da linha ficaram deteriorados e foi necessário arranjá-los.



© Carlos Relvas. Foz do Douro (1871-1875) @ Casa Estúdio Carlos Relvas

3.4.2 Frota

Após 20 anos os autocarros de dois pisos regressam ao Porto

Este é um dos marcos importantes da vida da Empresa quer pela qualidade dos veículos e pelo impacto da sua dimensão no cenário urbano, quer ainda pelo aumento do conforto que proporcionam nas viagens mais longas e pelas recordações que muitos dos nossos clientes lhes têm associadas.

Os 15 novos autocarros da STCP têm capacidade para 91 lugares sentados e 35 lugares em pé, o que assegura o transporte dos clientes em ótimas condições de conforto nas linhas

em que é necessária uma melhor cobertura em picos de maior procura. Tal facto permite que os clientes possam viajar sentados nas linhas longas, evitando assim o desconforto de uma viagem em pé.

Os novos autocarros de dois pisos e três eixos dispõem de três portas duplas, duas para entrada e uma para saída de passageiros, duas escadas de acesso ao piso superior onde só existem lugares sentados (os lugares em pé são permitidos apenas no piso inferior), encontrando-se os locais para passageiros especiais no piso inferior, onde estão devidamente assinalados.





CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

Comprimento – 13,73 metros

Altura – 4,06 metros

Lotação sentada – 91 lugares

Nº eixos – 3 eixos

Potência do motor – 235 KW (320 CV)

Norma emissão poluentes – EEV

Fabricante chassis- MAN

Fabricante carroçaria – MAN

Nº de portas – 3

Nº de escadas de acesso ao 2º piso – 2

Ao longo do ano, foram vários os pedidos recebidos da parte dos clientes, para que fossem colocados nas mais diversas linhas, como forma de aumentar a qualidade de serviço nas mesmas. Devido às suas características, estes autocarros circularam nas linhas 701, 702 e 800.



Características da Frota

No final de 2011 a frota total da STCP é de 473 veículos – 468 autocarros e cinco carros elétricos históricos.

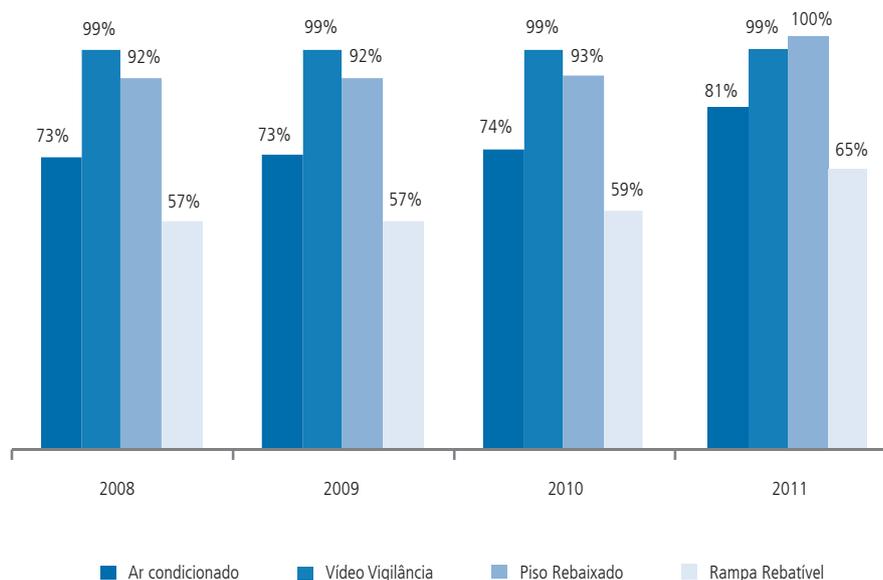
A idade média da frota é de 9,2 anos para os autocarros e 73,6 anos para os carros elétricos.

COMPOSIÇÃO DA FROTA AC	2008	2009	2010	2011	Peso 2011
Viaturas a Gasóleo	218	217	234	213	46%
Standard	213	212	209	173	37%
Articulados	0	0	20	20	4%
Minis	5	5	5	5	1%
2 Pisos				15	3%
Viaturas a Gás Natural	255	255	255	255	54%
Standard	225	225	225	225	48%
Articulados	30	30	30	30	6%
Frota Autocarros	473	472	489	468	100%

É de destacar que 25% da frota já está enquadrada nas normas EURO V e EEV, as mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

Em 2011 a STCP atingiu os 100% da frota de autocarros com piso rebaixado.

Características da Frota Autocarro



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 7,4%, tendo registado uma diminuição de 0,5 pontos percentuais face ao ano de 2010.

A quantidade de avarias da frota de autocarros foi de 11,5, por cada 10.000 km percorridos, apresentando uma redução de aproximadamente 3% relativamente ao ano anterior.

Rede de Acesso Fácil

A rede de Acesso Fácil é um ícone da STCP e uma referência nacional premiada. Em 2011, esta rede alcançou 100% das linhas operadas pela STCP, ficando agora excluídas apenas as linhas de elétricos históricos e as operadas em regime de subcontrato.



3.4.3 Participar na vida da comunidade

Apoio no transporte de centenas de alunos no Dia Mundial da Criança

No dia um de junho, a STCP prestou o habitual acompanhamento das viagens de várias turmas de crianças a caminho das suas atividades, responsabilizando-se por aconselhar os melhores itinerários, distribuir os grupos de acordo com os horários pretendidos e assegurar que a sua entrada era feita em segurança.

Serviços reforçados na noite de São João

A STCP garantiu a mobilidade para os grandes festejos da noite de S. João no Porto. Na noite de 23 de junho e madrugada de 24 o serviço foi reforçado em mais de 20 linhas. Os terminos da Baixa sofreram alterações devido às restrições de circulação.



Queima das Fitas

O contrato entre a Federação Académica do Porto e a STCP renovou-se este ano, sendo disponibilizado um serviço especial gratuito para os estudantes durante a semana da Queima das Fitas que garantiu ligações diretas ao Queimódromo. O objetivo principal desta parceria é incentivar os estudantes a utilizarem os Transportes Públicos durante a semana dos festejos da Queima das Fitas, garantindo assim mobilidade em segurança.

Alugueres especiais

Destacam-se os seguintes serviços realizados em 2011:

Porto Bike Tour

Os cerca de 6.000 participantes foram transportados pela STCP, renovando uma parceria que se mantém desde que a iniciativa se realiza no Porto.

Nova Era Beach Party

Em julho, a STCP voltou a assegurar o transporte dos participantes desta festa de Verão que teve lugar na praia do Aterro, em Leça da Palmeira.

Transporte de noivos e convidados

Por ser invulgar, é de referir um aluguer realizado com um autocarro de dois pisos e um elétrico para transporte dos noivos e convidados na festa de um casamento.

Transporte de Passageiros no Porto de Leixões

A STCP foi a empresa seleccionada em concurso, pela APDL, para efetuar durante o ano de 2011, o transporte dos passageiros de cruzeiros que desembarcam no Porto de Leixões, desde o cais até ao portão de saída.



Serralves em Festa

A STCP renovou o serviço especial “Serralves em Festa” no fim-de-semana de 28 e 29 de maio. O vaivém Queimódromo – Serralves foi contratado em regime de aluguer, enquanto o vaivém Casa da Música – Serralves foi explorado como reforço à linha 203. A STCP apoia o “Serralves em Festa” desde 2006 e tem registado uma crescente preferência do público para o acesso a este e outros grandes eventos.



Serviços alternativos ao metro

A STCP continuou a assegurar a gestão dos serviços alternativos de acordo com o contrato estabelecido com a Metro do Porto. Em agosto procedeu-se à reformulação total dos horários para garantir a articulação com os horários do metro.

Projeto Escolas

A empresa mantém o apoio a visitas de estudo que se realizem dentro da cidade do Porto em viagens normais de serviço público, assegurando um acompanhamento direto.

Tunas animam viagens

Na tarde do dia 23 de novembro as Tunas Feminina e Masculina do ISCAP animaram as viagens nas linhas 702 e 500.



Universidade Júnior

A STCP tem apoiado o projeto Universidade Júnior desde 2005, o maior programa nacional para jovens do ensino básico e secundário, que tem como principal finalidade a promoção do gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as Ciências, as Engenharias, as Letras, as Belas-Artes e o Desporto. A intervenção da STCP traduziu-se essencialmente pelo apoio na aquisição dos títulos intermodais adequados, com desconto, e pela divulgação do projeto.

Kit Caloiro

A STCP voltou a associar-se à iniciativa anual do TIP e operadores associados, denominada Kit Caloiro, com entrega de informação sobre os transportes públicos aos caloiros da Universidade do Porto, do Instituto Politécnico do Porto e de diversas universidades privadas.

Viagem com Paragem pela Leitura

Em colaboração com o Programa Ler + do Plano Nacional de Leitura, no dia 25 de janeiro, foram oferecidos cerca de 400 livros na linha 204, no percurso Casa da Música – Foz – Casa da Música, proporcionando assim aos clientes uma viagem com paragens pela leitura.

Exposição “A Evolução de Darwin”

A Empresa celebrou um acordo de parceria com a Universidade do Porto, no contexto da Exposição “A Evolução de Darwin”, que decorreu entre um de fevereiro e 17 de julho, na Casa Andersen, no Jardim Botânico do Porto, obtendo descontos nas entradas para os clientes da STCP e também para os trabalhadores desta Empresa e seus familiares.

Parceria com a Antena 1

Mantém-se a parceria com a Antena 1 para a divulgação das alterações de percurso dos autocarros da STCP no programa matinal, no ar, de 2ª a 6ª, entre as 5h e as 7h, destinado a todos os que estão em atividade durante a noite ou começam o dia muito cedo.

Apoios à Divulgação

Em 2011 a STCP estabeleceu uma nova política de divulgação e publicidade através de meios próprios, tendo passado a explorar de forma comercial, nomeadamente, espaços no interior dos autocarros. Em face deste novo enquadramento, e porque o apoio à divulgação de entidades parceiras e sem fins lucrativos se traduz, para certos meios, em custos adicionais, passou a ser cobrada uma taxa de divulgação, muito inferior aos preços da tabela de publicidade. Durante o ano de 2011 a STCP disponibilizou espaços e meios de divulgação para 40 ações.



Protocolos com a Câmara do Porto

Em setembro, a STCP celebrou dois protocolos com a Câmara Municipal do Porto (CMP) para a cedência gratuita de dois autocarros recentemente abatidos à sua frota de serviço público. Esta cedência gratuita teve como objetivos a renovação do apoio da STCP ao projeto **Bibliocarro** e também garantir apoio a um novo projeto da CMP, **Cultura Sobre Rodas**.

No projeto **Bibliocarro**, apoiado pela STCP desde o ano 2000, a CMP facilita aos alunos das escolas do Porto o acesso a uma biblioteca itinerante que percorre todos os dias diversas escolas que não dispõem de biblioteca própria, permitindo assim o acesso dos alunos a livros em condições semelhantes ao funcionamento de uma qualquer biblioteca.

No projeto **Cultura Sobre Rodas**, a CMP irá percorrer várias instituições e colocará o autocarro em alguns locais da cidade para proporcionar ao público o acesso a diversos eventos culturais.



Visitas de Trabalho

A STCP tem sido visitada por representantes de empresas do setor, o que permite transmitir um conjunto de boas práticas da empresa e publicitar algumas soluções de referência desenvolvidas. Em 2011 recebeu a visita de uma delegação da Empresa Central do Rio de Janeiro que gere o sistema de carro elétrico dessa cidade. Tratou-se de uma visita de trabalho relacionada com o projecto de requalificação de toda a linha e frota do Bonde de Santa Teresa. Recebeu ainda a visita de um grupo de gestores do setor dos transportes de Angola, que visitaram, na Estação de Recolha de Francos, as instalações de abastecimento de gás natural e o Centro de Diagnóstico e, no edifício sede, o SAEI e o Centro de Controlo.



3.4.4 Museu do Carro Eléctrico

O Museu do Carro Eléctrico fundado em 1992, constitui um projeto museológico e museográfico de características únicas e diferenciadoras, composto por uma vasta coleção de carros elétricos e outros artefactos que caracterizam a história e memórias dos transportes públicos na cidade do Porto.

Encontra-se em curso a musealização da antiga Sala das Máquinas da Central Termoelétrica de Massarelos, que constitui um exemplo raro de preservação do património industrial dos inícios do século XX, e cujos trabalhos conducentes à sua abertura ao público estão a ser desenvolvidos ao abrigo de financiamento concedido pelo QREN ON2 – Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial – Património Cultural.

Ao longo dos últimos anos o Museu tem assumido diferentes vertentes de dinamização de novas áreas de negócio e de captação de novos públicos numa perspetiva de sustentabilidade do projeto e de complementaridade deste com a rede de carros elétricos históricos que se tem vindo a afirmar como um produto de características vincadamente turísticas e culturais.

No ano de 2011, o Museu do Carro Eléctrico foi visitado por cerca de 36 mil pessoas, o que representa um aumento de 6% relativamente ao ano anterior. Os alunos em visita escolar continuam a ser o público mais representativo do Museu, num total de aproximadamente 17 mil alunos, correspondendo no entanto a um decréscimo de cerca de 3% relativamente a 2010. Cerca de 18% dos visitantes são estrangeiros.

A introdução de novos bilhetes de entrada no Museu, totalmente integrados com o serviço de carros elétricos da STCP, veio contribuir decisivamente para um aumento de 7% no número de visitantes individuais e um aumento de 22% no número de entradas pagas, face a 2010.

A vertente mais turística da atividade do Museu – o serviço de aluguer de carros elétricos históricos para percursos pela cidade – registou um aumento de 21% relativamente ao ano de 2010, tendo sido celebrados 232 contratos de aluguer com consequentes reflexos positivos na receita, que obteve um aumento de 12%.



© Olívia da Silva (2011) @ Arquivo Fotográfico do Museu do Carro Eléctrico

Eventos em destaque

Desfile Anual de Carros Elétricos

Tiveram lugar no Museu do Carro Elétrico, ou foram por ele organizados, vários eventos com destaque para o Desfile Anual de Carros Elétricos Históricos que teve lugar no dia 15 de maio de 2011.



O 21º Desfile Anual de Carros Elétricos Históricos teve início, como habitualmente, em frente ao Museu do Carro Elétrico com 10 veículos da coleção do Museu (nove de transporte de passageiros e um carro de trabalho, com tração elétrica e um atrelado) que percorreram a Linha da Marginal entre Massarelos/Passeio Alegre/Infante/Massarelos.

O público aderiu em grande número a este evento, após aquisição de um bilhete específico para o efeito, que incluía o direito a uma visita ao Museu.

Noite Internacional dos Museus e Dia Internacional dos Museus

O Museu participou também nos eventos Noite Internacional dos Museus e Dia Internacional dos Museus que se realizaram a 14 e 18 de maio respetivamente.



Para o Dia Internacional dos Museus, foi desenvolvido um roteiro temático, em parceria com a Fundação Marques da Silva, denominado "Redescobrir a arquitetura de Marques da Silva na baixa portuense ao ritmo do carro elétrico", constituído por folhetos bilingues (Português/Inglês) a disponibilizar em vários pontos da cidade e nos carros elétricos, através dos quais os visitantes da cidade poderiam obter informações sobre um conjunto de 8 edifícios emblemáticos da obra de Marques da Silva que se encontram situados nas imediações da Linha 22.

Lançamento do livro “Massarelos – A Requalificação do edifício da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos – Registos de um projecto em curso”

Em 16 de dezembro foi apresentado no Museu do Carro Eléctrico o livro “Massarelos - A requalificação do edifício da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos – Registos de um projecto em curso”.

Esta edição pretende registar os projetos classificados nos três primeiros lugares do concurso de arquitetura para a requalificação do edifício da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos, com destaque para o projeto vencedor, de Thomas Kröger, apresentado nas suas diferentes fases, desde o estudo prévio ao projeto de execução.

A edição contempla ainda capítulos dedicados aos projetos classificados em 2º e 3º lugar da autoria, respetivamente, do gabinete de arquitetura Pedra Líquida, Lda. e da dupla de arquitetos Pedro Tiago Pimentel/Camilo Rebelo. O livro inclui ainda textos de Rui Tavares e de José Manuel Gigante assim como fotografias de Olívia da Silva.



3.4.5 Promover a segurança nos transportes

Juntos pela Mobilidade

O estacionamento indevido é um fator preocupante de inibição da mobilidade na cidade do Porto que prejudica diariamente os utilizadores dos transportes públicos. No âmbito de uma parceria entre a STCP e a Polícia Municipal do Porto (PM), o serviço Via Livre foi reestruturado e relançado no dia 21 de fevereiro, sob o lema 'Juntos pela Mobilidade'. O serviço Via Livre utiliza duas viaturas com fiscais da PM e elementos da STCP, resultante da cooperação entre as duas entidades no sentido de uma atuação concertada para o combate ao estacionamento indevido ou abusivo na cidade.

De destacar ainda que, em resultado destas e de outras ações decorrentes da operação normal, em 2011 a STCP deu início a 244 processos relacionados com impedimentos de trânsito, que representam mais do dobro dos registados em 2010.

Campanhas de Prevenção com a PSP

Foram realizadas ações de sensibilização sobre segurança, junto dos clientes, em parceria com a PSP, em locais de maior movimento.

No primeiro trimestre, junto à Estação da Trindade, integrada na campanha "Viagem Segura", que teve como objetivo a adoção de comportamentos preventivos. No dia 12 de dezembro, no âmbito da campanha "Natal em Segurança 2011", foi promovida uma nova ação.

Durante a campanha, que se realizou a bordo dos autocarros e elétricos da STCP, foram apresentadas algumas recomendações pelos agentes da PSP, nomeadamente, evitar mostrar elevadas quantias de dinheiro em público, segurar bem a mala à frente do corpo e levar a carteira em bolsos do casaco ou das calças (nunca em mochilas), entre outras recomendações.

No dia 26 de novembro, foi levada a cabo uma operação de fiscalização nas primeiras viagens da manhã nas linhas que servem o eixo da rua de Costa Cabral, com o objetivo de detetar e corrigir situações de transgressão.



3.4.6 Novos Projetos em Desenvolvimento

Clientes STCP com Internet e TV Digital grátis

O projeto-piloto iniciou-se no dia 22 de dezembro em 11 autocarros da linha 207. Designado SITMe, tem como base um equipamento desenvolvido por um consórcio entre a Xarrevision, o INESC TEC e a Universidade do Porto e, até maio de 2012, levará Internet de banda larga e televisão digital a milhares de utilizadores da linha 207 da STCP.

Neste consórcio, o INESC TEC e a FEUP desenvolveram um equipamento de comunicações para transportes públicos capaz de usar e comutar de forma inteligente e cognitiva várias tecnologias de redes sem fios, tais como 3G, Wi-Fi ou WiMax, garantindo continuidade do serviço e largura de banda máxima ao longo do percurso. Este sistema de comunicações pode ainda ser usado pelos operadores de transportes na implementação de serviços, como videovigilância ou serviços de apoio ao condutor do veículo, contribuindo assim para a gestão mais segura e eficiente da rede de transportes públicos.

A arquitetura de comunicações desenvolvida está preparada para ser alargada a metros e táxis, permitindo que os passageiros usem o serviço de forma contínua durante uma viagem que inclua diferentes tipos de transporte, adequando-se, portanto, a cenários de intermodalidade.



A Faculdade de Economia da Universidade do Porto tem vindo a fazer estudos para aferir o potencial de mercado e de comercialização dos sistemas desenvolvidos, dos quais resultará um modelo de negócio que viabilize e assegure a boa receção pelo mercado.

O projeto, cofinanciado pelo QREN, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (PO Norte), através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objetivo a criação de um produto e modelo de negócio inovadores, com capacidade exportadora.

Projeto de montagem de novos Computadores de Bordo

A STCP está a levar a cabo a alteração dos computadores de bordo das viaturas. A concretização do projeto teve duas fases de ensaios em linha. A terceira fase – ou campanha de instalação em todas as viaturas – está a decorrer e prolongar-se-á durante cerca de meio ano após a certificação dos testes com os protótipos.



Trabalhos de conservação e restauro do painel Central da antiga Sala das Máquinas da Central Termoeléctrica de Massarelos

No âmbito do projeto de musealização da Sala das Máquinas da antiga Central Termoeléctrica de Massarelos, projeto cofinanciado no âmbito do QREN e do ON2 – O Novo Norte, iniciaram-se em 2011 os trabalhos de conservação e restauro

do quadro elétrico central. Os trabalhos desenvolvidos consistiram fundamentalmente na limpeza e consolidação de todo o painel, limpeza esta que veio a revelar uma estrutura integralmente decorada que, ao longo dos anos, foi sendo encoberta pelo escurecimento geral das superfícies devido ao envelhecimento e degradação dos materiais.



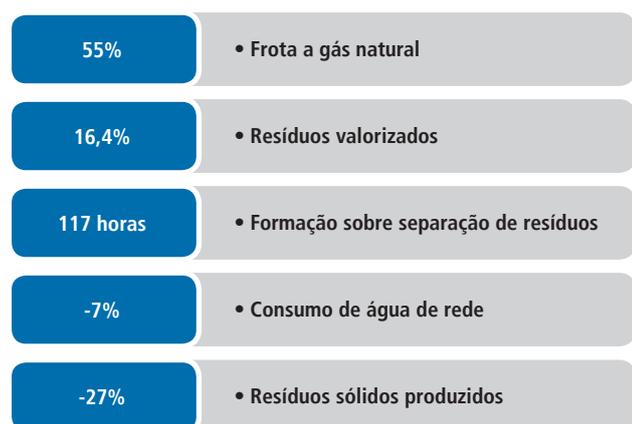
Pormenor do painel elétrico central em processo de limpeza e consolidação

3.5 Responsabilidade Ambiental

Enquanto empresa de transporte coletivo rodoviário, a STCP assume um papel importante na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua. O compromisso de contribuir para um futuro melhor, mais saudável, leva a empresa a apostar na melhoria contínua, procurando sempre as soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de menos impactos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental.

A gestão eficiente da energia, dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos produzidos, como consequência das atividades realizadas nas diferentes instalações e serviços, são os vetores orientadores da política de gestão ambiental.

Em 2011:



Desenvolvimento de competências

A Empresa investiu na aquisição de competências na área ambiental através da participação de alguns dos seus colaboradores em diversas ações de formação, das quais se destacam: Curso de "Gestão Ambiental de Resíduos"; Curso de "Resíduos Hospitalares"; VII Encontro de Educação Ambiental - Desafios Contemporâneos; Seminário "Políticas de Eficiência Energética". Cerca de 30 motoristas participaram ainda nas ações de Condução Económica e Defensiva.

A otimização obtida no âmbito dos sistemas de gestão de efluentes de águas residuais e de resíduos sólidos foi conseguida com a colaboração de um assessor ambiental, que contribuiu para a adoção de competências técnicas internas, permitindo uma maior eficácia na racionalização dos recursos ambientais.

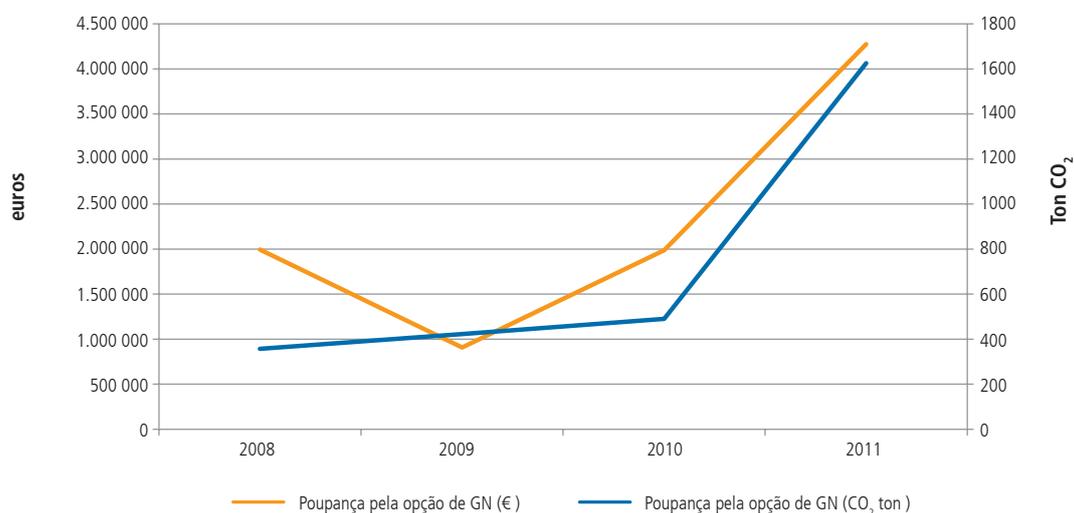
Frota

A Empresa tem vindo a implementar múltiplas ações para reduzir o volume de emissões poluentes dos veículos, de que são exemplo: a diversificação de combustíveis usados na frota, com a utilização atual de 54,5% de autocarros a gás natural, e a renovação da frota com autocarros com um comportamento ecológico progressivamente mais eficiente.

Com a entrada em operação de 15 viaturas de dois pisos e o abate de 36 viaturas a diesel, a frota de autocarros ficou repartida da seguinte forma, de acordo com as fontes energéticas: 54,5% de viaturas (255) a gás natural e 46,5% de viaturas (213) a gasóleo.

A opção pela frota a gás natural permitiu a redução das emissões de CO₂ em 1.626 toneladas e a poupança de cerca de 4,3 milhões de euros em 2011. Desde 2001, ano de início da utilização das viaturas a gás natural, a poupança pela diversificação energética – utilização de gás em vez de gasóleo – foi de cerca de 18 milhões de euros.

Poupança com Gás Natural



Emissões de Poluentes Atmosféricos

O aumento na emissão de CO₂ por quilómetro percorrido resultou da combinação de dois fatores: o abate de viaturas *standard*, ocorrido em junho, e a introdução de viaturas de alta capacidade, que apresentam consumos mais elevados. Com efeito, a frota da STCP foi reforçada em de 2010 com 20 autocarros articulados e em fevereiro de 2011, conforme já referido, com 15 autocarros de dois pisos. Estas 35 viaturas, com consumos médios de 78l/ 100km, substituíram 36 viaturas com consumos médios de 48l/ 100km.

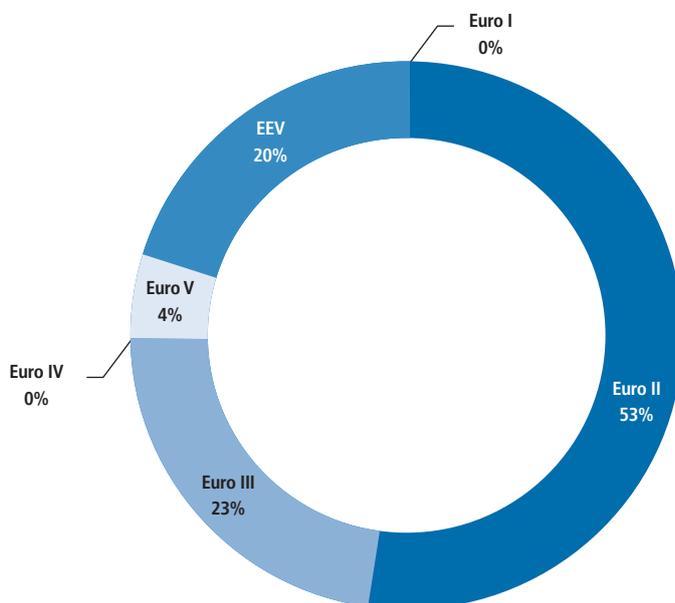
Aparentemente, a introdução destas viaturas veio penalizar as emissões de CO₂. No entanto, analisando o valor do indicador com base nos lugares oferecidos, o impacto da substituição foi neutro, obtendo-se o mesmo valor da emissão por lugar*quilómetro oferecido, ou seja, 1420 gramas.



Emissões de CO ₂	2008	2009	2010	2011	11/10
Consumo de gasóleo (litros)	5.647.060	5.793.505	6.154.613	5.838.263	-5%
Consumo de gás natural (m ³)	10.461.226	9.875.031	10.184.235	9.844.229	-3%
Emissões de CO₂ (t) - gasóleo	14.840	15.225	16.174	15.343	-5%
Emissões de CO₂ (t) - gás natural	20.577	19.424	20.032	19.364	-3%
Total de emissões de CO₂	35.418	34.650	36.207	34.707	-4%
Emissões de CO₂ (Kg)/ Km percorrido	1,40	1,40	1,41	1,42	1%

Convém igualmente referir que foram substituídos veículos que cumpriam a norma EURO I por veículos que cumprem as normas EURO V e EEV. Cerca de 25% da frota já cumpre estas normas, as mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia. Estas normas impõem limites às

emissões de óxidos de azoto (NO_x), hidrocarbonetos não queimados (HC) e partículas (PT), que são emissões intrínsecas à tecnologia dos motores. Estas emissões são medidas em g/kWh, estando por isso diretamente ligadas ao trabalho solicitado ao motor e à eficiência da combustão do mesmo.



Energia

Foi elaborado um plano de racionalização de consumo de energia elétrica, implementado no ano em curso, com o objetivo de adaptar os consumos às necessidades efetivas das atividades da empresa. Neste âmbito procedeu-se à revisão de toda a rede oficial de ar comprimido, de modo a eliminar fugas e de a adaptar às reduções de efetivo e de atividade oficial, que têm vindo a ocorrer. Instalaram-se também temporizadores, que permitem o corte da alimentação dos compressores fora

das horas de laboração normal. Foram ainda instalados contadores e disjuntores acionados por interruptores horários para regulação da iluminação dos parques de estacionamento das estações de recolha. Deste modo, entre as 2h00 e as 5h00, a iluminação das duas paradas foi reduzida em cerca de 60%. Foi ainda corrigido o fator de potência da Estação de Recolha de S. Roque. Todas estas medidas contribuíram para a redução de 4% nos consumos de energia elétrica nas instalações fixas.

Consumo de Energia	2008	2009	2010	2011	11/10
Eletricidade Carro Elétrico					
Kwh	253.089	286.732	297.652	323.693	9%
Kwh/100km	295	297	271	288	6%
Tep	73	83	86	94	9%
Eletricidade Instalações Fixas					
Kwh	5.020.939	4.800.421	4.940.201	4.724.391	-4%
Tep	1.456	1.392	1.433	1.370	-4%
Gasóleo					
Litros	5.647.060	5.793.505	6.154.613	5.838.263	-5%
litros/100km	52,04	52,27	52,78	54,90	4%
Tep	4.927	5.055	5.370	5.094	-5%
Gás Natural					
Metros cúbicos	10.461.226	9.875.031	10.184.235	9.844.229	-3%
m ³ /100km	68,35	68,35	68,61	67,66	-1%
Tep	8.578	8.098	8.351	8.072	-3%
Total Tep	15.035	14.628	15.240	14.631	-4%

Tep - toneladas equivalentes de petróleo

Cálculo efetuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março

Excetuando o consumo de energia do Carro Elétrico, que aumentou cerca de 9% pelo acréscimo de quilómetros realizados, os consumos energéticos diminuiram.

A diminuição dos consumos do gasóleo e gás natural resultam, por um lado, da redução da produção (menos quilómetros percorridos) e, por outro lado, das ações de sensibilização junto do pessoal tripulante no sentido das melhores práticas de condução defensiva.

Água

O consumo de água apresentou um aumento de cerca de 1% (+ 520 m³) em consequência do acréscimo do consumo proveniente das captações de água. Não obstante o esforço realizado para a redução no consumo, a frente de obra aberta pela empreitada prévia para a Requalificação do Edifício de Massarelos, que se iniciou este ano, aliada à fuga de água existente numa das cisternas da Unidade Operacional da Via Norte, justificam o aumento global do consumo. O consumo da água da rede diminuiu 7% (- 906 m³) em virtude da adoção de boas práticas.

Água	2008	2009	2010	2011	11/10
Consumo água da rede (m ³)	14.407	9.454	13.042	12.136	-7%
Consumo água captações (m ³) *	22.457	29.814	26.532	27.958	5%
Consumo total de água (m³)	36.864	39.268	39.574	40.094	1%

* Contabilizado a partir de junho de 2008.

Gestão de Resíduos

A responsabilidade ambiental passa pela racionalização do consumo de materiais e pela gestão sustentável dos resíduos produzidos. A STCP faz a recolha seletiva e o encaminhamento de resíduos para o melhor destino, privilegiando sempre que possível a sua valorização.

Com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores para a adoção de boas práticas na separação seletiva de resíduos, ministrou-se uma ação de formação que abrangeu 117 trabalhadores e foram distribuídos mini ecopontos por todas as instalações da empresa.



Resíduos mais significativos

Resíduos Industriais Perigosos	2008	2009	2010	2011	11/10
Óleos usados (litros)	19.400	14.500	18.200	17.400	-4%
Baterias Usadas (uni.)	291	238	185	209	13%
Lâmpadas Fluorescentes (Kg)	358	287	253	293	16%
Resíduos Industriais Não Perigosos	2008	2009	2010	2011	11/10
Madeira (Kg)	27.730	19.940	9.960	6.360	-36%
Resíduos Industriais Banais (Kg)	14.360	10.520	14.160	13.020	-8%
Resíduos Metálicos (Kg)	484.050	103.920	202.740	58.780	-71%
Outros Resíduos	2008	2009	2010	2011	11/10
Papel e Cartão (Kg)	25.611	16.046	12.600	12.105	-4%
Resíduos de Demolição e Construção (Kg)	284.000	77.024	67.580	55.300	-18%
Resíduos Hospitalares Gr. III e IV	n.d.	72,3	71,8	64,9	-10%

Em 2011 registou-se uma diminuição na maioria dos resíduos produzidos, destacando-se a redução dos resíduos metálicos em 71%.

A gestão de resíduos foi alvo de uma profunda reestruturação, no seguimento do trabalho desenvolvido por um colaborador contratado em prestação de serviços durante seis meses. Este ano atingiu-se a valorização de 16,4% dos resíduos produzidos, a diminuição da quantidade produzida em 27% e a otimização dos custos com a seleção adequada e diferenciada de operadores de resíduos devidamente licenciados.

Com a otimização da gestão de resíduos, a política de gestão ambiental da STCP fecha um ciclo que se iniciou com a certificação ambiental, já que todas as vertentes ambientais foram alvo de uma análise pormenorizada, tendo levado à elaboração de um plano de gestão ambiental, revisto anualmente, em contínuo aperfeiçoamento, com a consequente otimização de procedimentos, permitindo atingir resultados que contribuem para uma racionalização económica no âmbito da sustentabilidade.





4. Governo da Sociedade



4. Governo da Sociedade

Em cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que define os **Princípios de Bom Governo (PBG)**, e no disposto do artigo 13-A do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, encontra-se presente neste capítulo toda informação relevante respeitante ao governo societário da STCP durante o exercício de 2011.

Para 2010, a STCP deu cumprimento ao previsto no artigo 13-B do mesmo Decreto-Lei, através do Aviso nº 9744/2010 publicado no Diário da República 2ª série de 28 de abril de 2011.

4.1 Missão, Visão e Política

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, conforme disposto no Decreto-Lei 202/94, de 23 de Julho.

Segundo os seus estatutos, tem por objetivo principal a exploração do transporte público rodoviário de passageiros na área urbana do Grande Porto. Acessoriamente, a sociedade pode explorar transportes coletivos de passageiros de superfície e outras atividades complementares ou subsidiárias do seu objeto principal.

A STCP está empenhada em desenvolver a sua atividade, como principal operador de serviço público da Área Metropolitana do Porto, de uma forma socialmente responsável, colaborando ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve e assegurando a maior quota de prestação de serviço social da sua atividade na sua área de atuação.

Missão

Para o mandato 2009-2011 confirma-se a Missão da STCP de “prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP), em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.”

Visão

A Visão da Empresa expressa-se em “ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.”

Política

Conforme definido na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, a STCP pretende:

- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.

- Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.
- Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.
- Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

4.2 Objetivos e Graus de Cumprimento

Foram definidos os princípios orientadores e orientações estratégicas específicas para o mandato 2009-2011:

Princípios orientadores da gestão da STCP

1. A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;

2. A adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;

3. O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética.

Principais Objetivos 2009-2011:

- Orientar o serviço para o cliente e melhorar os respetivos níveis de qualidade.
- Contribuir para o aumento sustentado de passageiros de transporte público na AMP.
- Contribuir para o aprofundamento da criação de um eficiente e eficaz Sistema de Transportes na AMP, em cooperação com os demais operadores intervenientes, públicos e privados, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e rede de vendas.
- Prosseguir a concretização de ações de inovação que contribuam para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente para a diminuição do nível de emissão de poluentes.
- Conter o agravamento do défice operacional, nomeadamente através do controlo de custos, do reforço da racionalidade económica, perseguindo a diminuição do peso financeiro do SEE, através da melhoria do desempenho da sociedade.
- Preservar a componente social do transporte público.

- Promover um clima de paz social na empresa, estimulando o aumento da produtividade através da partilha de objetivos e responsabilidades com os trabalhadores.
- Formalizar a proposta de contratualização do serviço público a prestar pela STCP.
- Participar ativamente na definição do modelo de financiamento do sistema e da adequada regulamentação do mercado.
- Formalizar a proposta de equilíbrio – económico da empresa.

Em termos gerais foram cumpridos os dois primeiros objetivos pelas crescentes melhorias do serviço prestado aos clientes, através do sistema e meios da informação ao público e da monitorização da evolução da procura por zona e por linha para adequação da oferta, a par com o esforço permanente de um elevado nível de cumprimento do serviço. Como reflexo indiciador de cumprimento neste âmbito pode apontar-se a evolução fortemente favorável do número de reclamações recebidas.

O cumprimento do objetivo de manter a STCP como principal agente dinamizador da intermodalidade e do reforço do sistema integrado de transportes da AMP está igualmente evidenciado no crescimento sustentado do segmento de clientes intermodais a ultrapassar já os 40%.

Quanto à componente social do serviço da STCP é inquestionável o papel determinante da empresa na sua garantia, bem refletido na quantificação feita especificamente sobre o custo e peso do serviço social prestado.

A inexistência de um regime uniforme para todo o SEE e a particularidade negativa de a empresa viver, desde 2005, com dois Acordos de Empresa simultaneamente em vigor para as mesmas categorias profissionais não permitiram salvaguardar a estabilidade desejável do clima laboral, prejudicado por algumas greves.

A STCP manteve uma postura de constante preocupação com os problemas ambientais que a certificação do Sistema de Gestão em Ambiente veio tornar ainda mais exigente e cujo cumprimento se comprova pela renovação da certificação já obtida para o triénio 2012 – 2014. Também continua a ser parceira habitual e frequente de outras empresas e entidades no desenvolvimento de projetos de inovação nos mais diversos âmbitos da sua atividade.

A melhoria do desempenho no sentido da contenção do défice operacional tem vindo a ser objeto de um enorme esforço, com resultados comprovados pelo EBITDAR claramente positivo alcançado em 2011, apesar da redução registada nas Indemnizações Compensatórias, agravando o desfasamento negativo do montante atribuído à STCP e da inviabilidade de ajustamento extraordinário do efetivo por falta de despacho ao requerimento apresentado em junho de 2010.

A proposta de contratualização de serviço público foi apresentada em tempo útil – dezembro de 2009 – e, em simultâneo, uma proposta de reequilíbrio económico-financeiro, sem qualquer decisão até hoje, ocasionando já a perda de dois anos no caminho da recuperação até 2019.

Não houve oportunidade de “Participar ativamente na definição do modelo de financiamento do sistema e da adequada regulamentação do mercado”.

Na base dos objetivos assim definidos foram estabelecidos os seguintes objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas, tendo sido assinados em junho de 2009 os Contratos de Gestão para o triénio 2009 – 2011 entre cada membro do Conselho de Administração e o acionista Estado, representado pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças e pela Secretaria de Estado dos Transportes, com um nível de cumprimento que ultrapassou o objetivo global em cada um dos anos.

Indicadores Contrato Gestão 2011

Indicadores	Unid.	Peso	Objetivo 2011	Real 2011	grau cumprim.
1 Volume de Negócios	10 ³ €	8%	Min. 51.000	54.214	106,3%
2 Margem do EBITDAR	%	12%	Máx. -37%	-22%	141,9%
3 Custos Operacionais	10 ³ €	10%	Máx. 84.600	78.599	107,1%
4 ROACE	%	7%	Máx. -36%	-19%	148,5%
5 Taxa de Ocupação	%	10%	Min. 15,3%	15,1%	99,0%
6 Peso dos Títulos Intermodais	%	10%	Min. 32%	42%	130,8%
7 Emissão de Poluentes	(g CO ₂ /P*km)	10%	Máx. 88	90,2	97,5%
8 Índice de Qualidade da Oferta	%	15%	Min. 106,4%	122,3%	114,9%
8.1 Qualidade Serviço Prestado	%	60%	Min. 106%	130%	122,9%
8.2 Qualidade da Frota	%	40%	Min. 107%	110%	103,2%
9 Indicador de Eficiência	%	12%	Min. 69%	63,8%	92,5%
10 Taxa Cump. Plano Investimentos	%	3%	Min. 100%	23%	22,9%
11 Prazo Médio de Pagamentos	dias	3%	Máx. 54	52,2	103,4%
% de Cumprimento Global		100%			111,5%

Os objetivos fixados para 2011 tiveram uma **taxa de execução de 111,5%**.

Dos onze indicadores que compõem o contrato de gestão, apenas quatro não atingiram os objetivos previstos. Os resultados devem-se a:

Taxa de ocupação (Passageiros * Km / Lugares * Km), 99% em 2011.

Desde o início do ano e até ao mês de este indicador apresentou uma melhoria tendo invertido esta tendência a partir de agosto. As razões prendem-se com a quebra da procura, não tendo os ajustamentos na oferta compensado essa quebra. A partir de setembro houve uma estabilização da taxa de ocupação em 15,1%.

Emissão de Poluentes (Emissões de CO₂ / Passageiros * Km), 97,5% em 2011.

Apesar das emissões de CO₂ por passageiro * km terem ficado ligeiramente acima da meta definida é de registar a diminuição de emissões desde o início do ano.

Indicador de Eficiência (custos do efetivo direto / custo do efetivo total), 92,5% em 2011.

Este indicador foi afetado pelo pagamento de indemnizações por cessações de contrato de trabalho no montante total de 2,8 milhões de euros. Caso se exclua esta verba extraordinária, este indicador passaria a 69,2%, o que corresponderia a um grau de execução do indicador para 100,3%, elevando o grau de cumprimento global do contrato de gestão para 112,4%.

Taxa de cumprimento do Plano de Investimentos, 22,9% em 2011.

O baixo grau de cumprimento deste indicador deve-se essencialmente às restrições financeiras e ao limite do acréscimo do endividamento que conduziram a cortes generalizados nos orçamentos nomeadamente no de investimento, apesar de moderado.

4.3 Regulamentos Internos e Externos

Sendo a STCP uma **sociedade anónima**, rege-se pelo previsto nos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei 202/94, de 23 de Julho, retificados pela Declaração nº 101/94. O Decreto-Lei 379/98, de 27 de novembro, completa e clarifica os estatutos no que se refere às linhas exploradas pela STCP, em modo de troleiarro ou carro elétrico, à data da sua transformação em sociedade anónima, e ainda, pelas normas do Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto de **o acionista único da Sociedade ser o Estado**, está também sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao regime estabelecido para as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), contido no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto e pela Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro.

A STCP cumpre o estabelecido no Despacho nº 14.277/2008 de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças e à Inspeção Geral de Finanças, através dos Sistema de Recolha de informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG).

Merecem ainda destaque, ao nível do enquadramento legislativo do SEE, os seguintes instrumentos legais: RCM 49/2007, de 28 de março, Princípios de Bom Governo e o Decreto – Lei nº 71/2007, de 27 de março, Estatuto do Gestor Público.

Como **empresa do setor do transporte público rodoviário de passageiros**, está sujeita, essencialmente, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

Decreto nº 37272, de 31 de dezembro de 1948, Regulamento de Transportes em Automóveis e alterações posteriormente introduzidas;

Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de janeiro, Regime jurídico de acesso à atividade de transportes rodoviário de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares;

Decreto-lei nº 114/94, de três de maio, Código da Estrada e alterações posteriores,

Lei 28/2006, de quatro de julho, Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre **regimes específicos**:

Decreto-Lei nº 18/2008 de julho, 29 de janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito;

Em matéria laboral a empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos emitidos pelos responsáveis das várias áreas da Empresa. Subsidiariamente, aplicam-se nestas matérias as normas constantes do Código do Trabalho, Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação.

Em tudo o mais, a empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A Empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos. Rege-se ainda pelo Código de Ética e de Conduta e pelo Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

4.4 Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas		
(Valores em euros e com IVA incluído)		
Entidade	Descrição	Montante (*)
STCP SERVIÇOS-Transportes Urbanos Cons.Part.Unipessoal		48.367,00
	Outros trabalhos especializados	47.072,10
	Prestação de serviços e débitos diversos	1.294,90
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		1.511.628,99
	Comissão de venda do tarifário monomodal pela PAYSHOP	649.263,59
	Comissão de venda sobre o tarifário intermodal STCP	577.052,12
	Aquisição Título Euro, Andante Tour e Andante Gold	225.379,97
	Contrato de fornecimento assinaturas anuais a Trabalhadores e familiares da STCP	42.019,09
	Prestação de serviços e débitos diversos	17.914,22
OPT-Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.		148.574,38
	Manutenção de software	104.108,65
	Produção e alterações a softwares	44.465,73
Venda de bens e serviços a entidades relacionadas		
(Valores em euros e com IVA incluído)		
Entidade	Descrição	Montante (*)
Metro do Porto, S.A.		333.775,76
	Arrendamento de frações na Torre das Antas	234.554,83
	Gestão do serviço de transporte alternativos Linha Maia/Trofa	40.590,00
	Débito de remunerações de órgãos sociais	48.966,60
	Prestação de serviços e débitos diversos	9.664,33
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		43.832.051,18
	Receita do tarifário monomodal STCP	24.273.415,12
	Receita tarifário intermodal	19.189.006,14
	Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	163.954,12
	Arrendamento de frações na Torre das Antas	85.617,06
	Débito de remunerações de órgãos sociais	65.866,50
	Cedência de trabalhadores	31.046,28
	Prestação de serviços e débitos diversos	23.145,96
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Partic. Unipessoais, Lda.		220.710,00
	Manutenção, gasóleo e limpeza dos autocarros do circuito PORTO VINTAGE	178.971,70
	Arrendamento de frações na Torre das Antas e Massarelos	11.346,88
	Prestação de serviços jurídicos, administrativos, informáticos e outros	8.374,24
	Quota parte bilhetes Porto Tram City Tour, Vip Passport, Vintage City Tour	9.970,85
	Prestação de serviços e débitos diversos	12.046,33

4.5 Informação sobre outras transações

4.5.1 Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

As aquisições de bens e serviços são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto.

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, sempre que a lei o determine procede-se a concursos públicos para os quais o Conselho de Administração decide a abertura, aprova as peças concursais e nomeia um júri.

As compras de bens de investimento, após consulta ao mercado, são obrigatoriamente autorizadas por um membro do Conselho de Administração desde que se trate de investimentos incluídos no orçamento anual aprovado, ou deliberadas pelo Conselho de Administração se tal não ocorrer.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na sua matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho.

4.5.2 Universo de transações fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

4.5.3 Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

5% FSE 2011 = 32.622.194,86 € * 5%			1.631.109,74 €
(Valores em euros e com IVA incluído)			
Nome	Localidade	Morada	Montante (*)
MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPessoal LDA	ALGÉS	ALAMEDA FERNÃO LOPES, 16 9º PISO	7.953.093,00
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, SA	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	7.960.594,00
GALP GÁS NATURAL, S.A.	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	4.406.440,00
BANCO BPI, S.A.	PORTO	RUA TENENTE VALADIM	1.795.790,26
VALPI BUS - ALBERTO PINTO E FILHOS, TRANSP. RODOVIÁRIOS SA.	PAREDES	AV. JOAQUIM RIBEIRO DA MOTA, 256	3.251.449,00
EMPRESA DE TRANSPORTES GONDOMARENSE, LDA	FÂNZERES	RUA MONTEZELO, 815	3.395.754,00
Total			28.763.120,26

4.5.4 Contratação Pública

Em 2011 foram lançados e adjudicados os seguintes concursos públicos:

Nº 1/2011 – **Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Combustíveis e Lubrificantes**, adjudicado pelo ponto 8.2 da ata nº 24 da reunião do Conselho de Administração de 31 de maio de 2011.

Nº 2/2011 – **Concurso Público Internacional para a Concessão do Espaço para a Exploração de Parque de Estacionamento da Estação de Recolha da Areosa**, adjudicado pelo ponto 4 da ata nº 16 da reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2011.

Nº 3/2011 – **Concurso Público Internacional para o Fornecimento e Instalação de uma Subestação Elétrica de Tração, de um Posto de Seccionamento e de um Posto de Transformação**, adjudicado pelo ponto 12 da ata nº 34 da reunião do Conselho de Administração de dois de agosto de 2011.

4.5.5 Publicidade Institucional

Nos termos do nº 10 da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho, a STCP inclui neste ponto do relatório de gestão uma informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional no ano de 2011, de acordo com o Anexo 1 constante do Despacho nº 1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, publicada na 2ª série do Diário da República de 14 de janeiro, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública nº 1297/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho.

O Relatório e Contas da Empresa e a Newsletter interna "Itinerarium" não foram incluídos neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional incluída no ponto 2 da RCM nº 47/2010, de 25 de junho.

Síntese das ações de publicidade institucional desenvolvidas em 2011

1) Montantes anuais gastos em Publicidade, discriminados por trimestres

(Valores em euros)

1T2011	2T2011	3T2011	4T2011	2011
1.610	257	10.234	248	12.349

Notas

Considerado o protocolo com a FAP, como em 2010.
Considerado o valor de publicações obrigatórias por lei.

2) No ano de 2011 nenhuma ação de valor superior a 15m€.

3) Montante anual global por órgão de comunicação social

(Valores em euros)

Jornal de Notícias	1.149
Diário da República	971
Boletim de Cotações Euronext	122
Instituto de Registo de Notariado	108
Total por órgão de Comunicação Social	2.349

Em 2010 o valor total destas ações foi de 59.209€, com conteúdos de produção incluídos no valor de 15.580€, relacionados com o patrocínio ao programa "Viagens na Minha Terra", emitido no Porto Canal.

Como se pode observar, o total de redução de 2010 para 2011 desta rubrica foi de cerca de 47m€, cerca de 80%.

4.5.6 Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009, foi a seguinte:

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	75	73	65	54	49	40	43	52

4.5.7 Pagamento de dívidas a fornecedores

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

(Valores em euros)

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Combustível	10.312				
Conservação e reparação	35.200	23.940	8.191	327	17.115
Energia	2.572				
Higiene e Limpeza	3.569				
Consumíveis informáticos	655				
Honorários	984				
Licenciamento de software	27.083				
Meios complementares de diagnóstico e tratamento	2.462				
Outros bens e serviços	396.754	11.823	62.947	7.259	54.104
Outros trabalhos especializados	12.400	271	19.196	7.283	13.251
Rendas e alugueres	31		2.381		
Seguros	9.721				
Serviços de voz e dados fixos e móveis	27.770		3.251		
Total	529.513	36.035	95.966	14.869	84.471

Notas Explicativas:

1. No total das dívidas superiores a 90 dias e inferiores a 360 dias, no montante de 147 m€, cerca de 46m€ (31%) aguarda regularização por parte dos fornecedores, que são simultaneamente devedores à STCP; 42m€ (29%) aguardam regularização de compensação tarifária Andante e 16m€ (5%) aguardam notas de crédito dos fornecedores para regularização de faturas.

2. Do montante das dívidas superiores a 360 dias, de 84 m€, cerca de 49m€ (58%), aguardam regularização da compensação tarifária Andante; 16m€ (19%) aguardam regularização por parte do fornecedor; 16m€ (19%) aguardam notas de crédito dos fornecedores para conferência de faturas.

4.6 Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O Estado Português é o acionista único da STCP.

A função acionista do Estado Português é desempenhada pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e as funções de tutela financeira e setorial encontram-se atribuídas ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Economia e do Emprego, respetivamente.

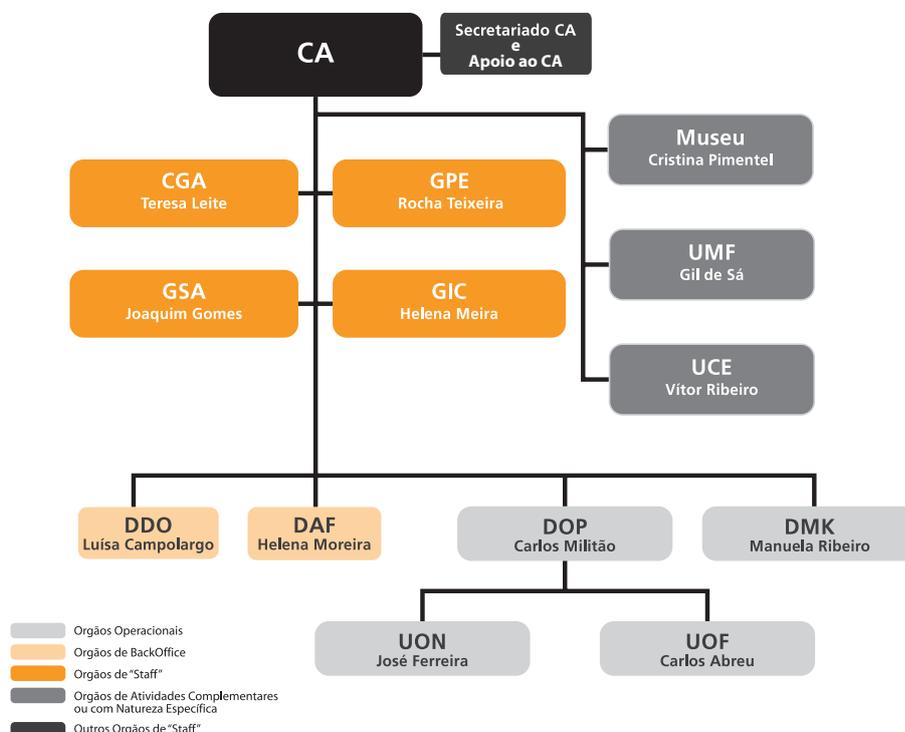
Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira	06-04-2009	3 anos
Vice- Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-04-2009	3 anos
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-04-2009	3 anos
Conselho de Administração			
Presidente	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	06-04-2009	3 anos
Vogal	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	06-04-2009	3 anos
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	06-04-2009	3 anos
Vogal	António Paulo da Costa Moreira de Sá	06-04-2009	3 anos
Vogal	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	06-04-2009	3 anos
Conselho Fiscal			
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-04-2009	3 anos
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Fiipe Freitas	06-04-2009	3 anos
Vogal Efetivo	Maria Manuela Marques Lima	06-04-2009	3 anos
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-04-2009	3 anos
Revisor Oficial de Contas			
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09-09-2009	3 anos

Todos os membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e nenhum auferirá qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

A Comissão de Fixação de Remunerações é composta por Sara Alexandra Duarte Ambrósio, da DGTF, que preside, e pelos vogais, Rita Maria Pereira da Silva, da Inspeção Geral de Finanças (IGF), e Cristina Freire, da DGTF.

Macroestrutura a 31 dezembro 2011



4.6.1 Funções e Responsabilidades

Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral da sociedade encontram-se definidas no Artigo 8º dos Estatutos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA:

1 - A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia Geral:

a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;

d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;

e) Deliberar sobre os projectos de expansão das linhas exploradas pela empresa;

f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de Investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;

g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;

h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.

Conselho de Administração

Ao Conselho de Administração cumpre a gestão da empresa nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da sociedade:

1 - *Compete ao Conselho de Administração:*

- a) *Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;*
- b) *Elaborar o relatório anual;*
- c) *Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;*
- d) *Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;*
- e) *Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;*
- f) *Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;*
- g) *Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia geral.*

2 - *O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.*

Quanto às atribuições específicas de cada membro:

Presidente

Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes

Exerce funções executivas, sendo responsável por dirigir a atividade do Conselho de Administração e pelo poder disciplinar. É ainda responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e de Apoio ao CA, das Atividades Jurídicas, integradas em DAF e da Comunicação e Relações Institucionais, incluídas na área de DMK.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE: Presidente do Conselho de Administração

Metro do Porto, SA: Vogal não Executivo do Conselho de Administração

AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal

Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa

Exerce funções executivas, assegura a substituição da Presidente do Conselho de Administração e é responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações e do Departamento de Desenvolvimento Organizacional.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda: Gerente

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE: Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP

Vogal

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento Administrativo e Financeiro, do Gabinete de Projectos e Estratégia e da STCP Serviços.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA: Vogal do Conselho de Administração

AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal

António Paulo da Costa Moreira de Sá

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, da Unidade de Manutenção da Frota e do Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria.

Exerce os seguintes cargos nas empresas participadas:

TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA:
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE: Vogal do Conselho de Administração

Vogal

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Gabinete de Segurança e Ambiente, do Gabinete de Informática e Comunicações e da Unidade de Carro Elétrico e do Museu.

Exerce o seguinte cargo na empresa participada:

OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, SA:
Vogal do Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.





4.6.2 *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração

Presidente

Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes

Data de Nascimento:

28 de janeiro de 1941

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em julho de 1963.

Curso de pós-graduação em Ciências Político Económicas pela mesma Faculdade em novembro de 1964.

Certificado de capacidade profissional para transporte rodoviário nacional de passageiros em 2002

Atividade Profissional:

Desde abril 2006 – STCP, SA – Presidente do Conselho de Administração Metro do Porto, SA – Secretária-Geral desde abril 2004 – encontrando-se com funções suspensas desde abril 2006 por requisição para exercício das funções na STCP, SA

Metro do Porto, SA - Consultora - abril 2003 a março 2004

STCP, SA – Vogal do Conselho de Administração – outubro 1994 a março 2003

COELIMA, SA – Vogal não executivo do Conselho de Administração de 1993 a 1994

NORCRÉDITO, SA – Presidente do Conselho de Administração – setembro 1991 a janeiro 1993

PARVIR, SA – Presidente Conselho de Administração – dezembro 1990 a agosto 1991

SOCIFA Investimento, SA – Administradora – fevereiro 1990 a julho 1991

Crédito Predial Português – Diretora – março 1976 a dezembro 1989

Banco da Agricultura – Comissão de Gestão – março a dezembro 1975

Banco Borges & Irmão - Técnica – de agosto 1967 a março 1976

Gabinete de Estudos do Comissariado do Turismo – Técnica – março 1966 a julho 1967

Vogal

Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa

Data de Nascimento:

7 de janeiro de 1956

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade do Porto (1978).

Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (1989).

Doutoramento em Ciências da Engenharia pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1996).

Atividade Profissional:

Desde abril de 2006, Administrador da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Desde 1996, Professor na FEUP, com nomeação definitiva desde 2001. Tem lecionado disciplinas nas áreas de Investigação Operacional, Estatística, Gestão Industrial e Transportes e desenvolvida investigação, com ênfase na área de Apoio à Decisão aplicada ao Planeamento e Gestão de Sistemas de Transportes. Autor ou coautor de mais de cinquenta artigos em Atas de Conferências, livros e revistas científicas. Foi coautor da Proposta de Criação da Área de Doutoramento em Transportes na FEUP, aprovada pelo Plenário do Conselho Científico em maio de 2005. Professor do *Post-Graduation Course on Complex Transport Infrastructure Systems* do MIT Portugal Program nas edições de 2008 e 2009.

Desde 1991, Investigador da UGEI, Unidade de Gestão e Engenharia Industrial, atualmente integrada no INESC TEC Laboratório Associado. Desde 1987, Investigador do INEGI, onde tem participado em projetos de I&D, quer como colaborador quer como coordenador, nomeadamente na área de Transportes, e onde tem realizado vários Estudos de Diagnóstico Global e Análise Estratégica de Empresas. Responsável pela organização e lecionação de Cursos de Especialização e de Curta Duração, nas áreas de Planeamento e Controlo de Projetos e de Apoio à Tomada de Decisão em diversas empresas e associações profissionais. No contexto do Serviço de Educação Contínua e Desenvolvimento da FEUP, tem sido coordenador e formador de Cursos de Gestão de Operações em Transporte Rodoviário de Passageiros.

Tem integrado diversas Comissões Organizadoras e Comissões de Programa de Congressos nacionais e internacionais nas áreas de Investigação Operacional e de Transportes.

Membro da Direção da Associação Portuguesa de Investigação Operacional e do Instituto de Engenharia Mecânica – Polo FEUP, 2005-2006.

Cofundador do Working Group on Decision Support Systems da EURO (Organização Europeia de Investigação Operacional), em 1989; desde 1999, membro do EURO *Working Group on Transportation* e, desde 2002, do EURO *Working Group on Multiple Criteria Decision Aiding*.

Administrador da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., 1998-2002.

Coordenador da Secção de Gestão e Engenharia Industrial do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1997- 1998 e 2003-2005. Ainda no âmbito das atividades de gestão universitária, foi Membro eleito do Conselho Científico da FEUP, Membro do Conselho de Departamento – DEMEGI e Membro da Comissão Científica do Mestrado em Transportes.

Assistente na FEUP, 1987-1996.

Bolseiro do INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986-87.

Engenheiro de Projeto em dois gabinetes de estudos, 1980-85.

Iniciou a sua atividade profissional na indústria, na área de Manutenção em Máquinas Elétricas, 1978-79.

Vogal

Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva

Data de Nascimento:

4 de julho de 1974

Habilitações Académicas:

Conclusão em 1999 do Curso de Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade Católica Portuguesa, no Centro Regional do Porto.

Atividade Profissional:

Desde abril de 2006 é membro do Conselho de Administração da STCP, tendo coordenado diretamente áreas de Marketing, Auditoria Interna, Ambiente Segurança, estando atualmente a coordenar a área Administrativa e Financeira, a área de Projetos e Estratégia e os novos negócios como a Publicidade e o turismo;

Desde abril de 2006 é membro do Conselho de Administração da Transpublicidade, SA, empresa que gere o negócio da publicidade em transportes, por via da participação acionista por parte da STCP,SA.

Frequentou entre outubro de 2006 e maio de 2007 o Seminário 'Economia e Finanças da Descentralização' que teve lugar na Associação Comercial do Porto e é organizado pela Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa;

Publicou e apresentou em outubro de 2011 uma dissertação no 4º Congresso Nacional da Ordem dos Economistas, realizado em Lisboa, intitulada 'Novo Modelo de Financiamento dos Transportes Públicos em Portugal'.

Participou em novembro de 2010, no 4º Congresso Ásia-Pacífico sobre Financiamento dos Transportes Públicos, organizado pela 'UITP – Union International de Transports Publics', que se realizou em Hong Kong.

Publicou e apresentou em 2005 uma dissertação, no 1º Congresso Nacional dos Economistas, organizado pela Ordem dos Economistas, em outubro de 2005, que se realizou no Edifício da Alfândega, na cidade do Porto. A Dissertação abordava a Gestão em Portugal e intitulava-se 'Gestão e Portugal – Propostas para uma União de Facto'.

De 2002 a 2006 – Desempenhou diversas funções na Unicer – Bebidas de Portugal, S.A., desde Gestor de Clientes, passando a coordenador da Área de Desenvolvimento, com a responsabilidade da coordenação nacional do Programa de Excelência;

De 2001 a 2002 – Desempenhou funções como Diretor Comercial na empresa 'Imediata Webssentials – Soluções Integradas de Comunicação, S.A., uma empresa do 'Grupo Imediata, SGPS,SA', unidade de negócio do Grupo Amorim, integrada na 'Amorim Desenvolvimento, SGPS,SA';

De 1999 a 2001 – Desempenhou várias funções na empresa ‘Amadeu Monjardino, Herdeiros, Lda.’ – empresa do Grupo Monjardino, desde Delegado de Vendas a Assistente do Departamento de Marketing, passando a Responsável pelo Departamento de Retalho – Postos de Abastecimento. Foi ainda responsável pela conceção, elaboração e apresentação do projeto de Internet para as várias empresas do Grupo. Integrou grupo responsável pela conceção e implementação do cartão Frota ‘Azoria’.

Em 1998 obteve um Certificado de Mérito conferido pela Universidade Católica Portuguesa pela participação em atividades extracurriculares de cariz académico.

Desempenhou funções em 1998 no ‘Finibanco, S.A.’, ao abrigo do programa ‘PEJENE – Programa de Estágios para Jovens Estudantes universitários Nas Empresas’, promovido pela Fundação da Juventude, tendo estado envolvido na área de banca de retalho dirigido às PME, tendo ainda desempenhado funções na sala de mercados de operações sobre estrangeiros, intervindo na negociação de compra e venda de moeda estrangeira, operações essas importantes para o desenvolvimento de operações de importações e exportações de bens.

É membro efetivo desde 2000 da Ordem dos Economistas, integrado no Colégio de Gestão.

É membro efetivo desde 2000 da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (ex-Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas).

Vogal

António Paulo da Costa Moreira de Sá

Data de Nascimento:

19 de julho de 1974

Habilitações Académicas:

Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Licenciatura em Economia

Atividade Profissional:

Desde abril 2006 – Administrador da STCP, SA

De maio 2001 a abril 2006 – Metro do Porto, SA – Assessoria à Administração, Planeamento Estratégico e Planeamento e Controlo de Gestão

De março 2000 a abril 2001- STCP, SA – Planeamento e Controlo de Gestão.

De junho 1998 a março 2000 – EFACEC Capital, SGPS, SA – Assessoria à Administração; Planeamento Estratégico; Coordenação do Relatório de Contas; Envolvimento no projeto de reestruturação da Empresa.

De abril 1997 a maio 1998 – EFACEC Motores Elétricos, SA - Análise de crédito; Operações de tesouraria e financiamento.

Vogal

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

Data de Nascimento:

29 de julho de 1974

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Química - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1998)

Mestrado em Tecnologia do Ambiente pela Universidade do Minho (2002)

Atividade Profissional:

Administradora da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. desde abril de 2009

Chefe de Gabinete da Governadora Civil do Porto (2008/2009)

Sócia gerente da empresa Diverespaço, atividades lúdicas e pedagógicas, unipessoal Lda. (1997/2009)

Vereadora da Câmara Municipal da Maia (2005/2008)

Consultora/Formadora em Gestão Ambiental e Gestão da Qualidade em diversas empresas do sector de Transportes, do sector Têxtil e Metalomecânico da Região Norte (2003/2006)

Formadora no Curso de Gestão Ambiental, nível V, na AIMinho (2005), na Associação da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (AESBUC) (2003) e no curso de Pós-graduação em Gestão Ambiental no Instituto de Soldadura e Qualidade (2003/2004)

Assessora no domínio de recursos hídricos, tratamento de efluentes líquidos e gasosos no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos (2000/2002)

Projetista na Empresa Goulds Pumps Industrial Products, do grupo Multinacional ITT (1998/2000)

4.7 Remunerações dos membros dos órgãos sociais

4.7.1 Estatuto Remuneratório

Fixado pela Ata nº 1 de 29 de junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

Tendo em atenção o determinado pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração o corte de 5% nas remunerações a partir do mês de junho de 2010 inclusive, mantendo-se em 2011. Em janeiro de 2011 foi aplicada nova redução, de 10% com base na Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

A remuneração variável fixada pelo Contrato de Gestão para o mandato 2009-2011 não foi atribuída por decisão legislativa em nenhum dos anos, apesar de os resultados obtidos terem até excedido os objetivos contratados.

Mesa Assembleia Geral

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 344,14 euros (trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos).

Conselho Administração

Presidente

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.923,26, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Vogais

Remuneração Fixa: remuneração mensal ilíquida de € 6.028,52, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade.
- b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda de 1.000 euros mensais para o Presidente e de 900 euros para os restantes membros. O limite máximo para os encargos médios mensais com combustível foi fixado pelo Conselho de Administração em 250 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração, ata nº 2/11 de 12 de janeiro ponto 4.3, foi reduzido, para os administradores, o gasto médio mensal com combustível em 15%, desde o início de 2011.
- c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo para os encargos médios mensais foi fixado pelo Conselho de Administração em 150 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração, ata nº 2/11 de 12 de janeiro ponto 4.3, foi reduzido, para os administradores, o gasto médio mensal com telemóveis em 15%, desde o início de 2011.

A eventual utilização de cartão de crédito da Sociedade destina-se, exclusivamente, a fazer face a despesas, devidamente comprovadas, inerentes ao exercício das respetivas funções ao serviço da Sociedade.

Conselho Fiscal

Presidente:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais:

Remuneração mensal ilíquida correspondente a 15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração ilíquida fixada foi aplicada desde 21 de abril de 2008, tendo sido considerada como base de incidência até seis de abril de 2009, a remuneração de € 5.675,94 euros.

Com efeitos a janeiro de 2011, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal sofreu uma redução devido ao vencimento dos seus elementos estar indexada ao vencimento da Presidente do Conselho de Administração.

Revisor Oficial de Contas

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011).

4.7.2 Remunerações e outras regalias

Mesa da Assembleia Geral

Valores em €	Presidente	Vice Presidente	Secretário
	Rui Carvalho Araújo Moreira	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Carlos Maria Pinheiro Torres
2011	616	467	334

Conselho Administração

Valores em €	Presidente do Conselho de Administração	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Total
	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	António Paulo da Costa Moreira de Sá	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	
1. Remuneração						
1.1 Remuneração base/fixa (€)	96 926	84 232	84.399	82.390	84.399	432.346
1.2 Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	4.846	4.220	4.220	4.220	4.220	21.726
1.3 Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	9.208	8 001	8 018	7.766	8.018	41.011
1.4 Remuneração anual efetiva (1.1-1.2-1.3)(€)	82 871	72.011	72.161	70.404	72.161	369.609
1.5 Senha de presença (€)						
1.6 Acumulação de funções de gestão (€)						
1.7 Remuneração variável (€)						
1.8 IHT (sub. de isenção horário de trabalho) (€)						
1.9 Outras (identificar detalhadamente) (€)						
2. Outras regalias e compensações						
2.1 Plafond anual em comunicações móveis (€)	1.530	1.530	1.530	1.530	1.530	7.650
2.2 Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	241	675	664	531	895	3.007
2.3 Subsídio de deslocação (€)						
2.4 Subsídio de refeição (€)						
2.5 Outras (identificar detalhadamente) (€)						
3. Encargos com Benefícios Sociais						
3.1 Regime de proteção social (€)	14.297	7.414	14.297	13.934	14.297	64.239
3.2 Seguros de saúde (€)						
3.3 Seguros de Vida (€)						
3.4 Seguro de Acidentes Pessoais (€)	203	175	175	175	175	903
3.5 Outras (identificar detalhadamente) (€)						
4. Parque Automóvel						
4.1 Marca	MERCEDES	LEXUS	SAAB	SAAB	Mercedes	
4.2 Modelo	E250 CDI	IS 220D Base 2.4 FDR	SS 07 VEC	SS 07 V-SP	C 220 CDI	
4.3 Matrícula	54-IE-71	17-IN-77	18-DI-58	18-DI-59	33-IR-57	
4.4 Modalidade de utilização (Aquisição/ALD/Rentig/Leasing)	ALD	ALD	Aquisição	Aquisição	ALD	
4.5 Valor de referência de viatura nova (€)						
4.6 Ano início	2009	2009	2007	2007	2010	
4.7 Ano Termo	2013	2013			2014	
4.8 Nº de prestações (se aplicável)	48	48			48	
4.8 Valor residual (€)						
4.8 Valor da renda / prestação anual da viatura de serviço (€) [2]	10.323	8.785			9.209	28.317
4.8 Combustível gasto com a viatura (€) [3]	1.907,35	2 677,05	3 085,82	2.172,04	2 295,80	12.138,06
4.8 Plafond anual combustível atribuído (€)	2.550	2.550	2.550	2.550	2.550	12.750
4.8 Outros (identificar detalhadamente) (€)						
5. Informações Adicionais						
5.1 Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	
5.2 Remuneração ilíquida anual pelo lugar de origem (€)						
5.3 Regime de proteção social						
5.3.1 Segurança Social (S/N)	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	
5.3.2 Outro (indicar)		CGA				
5.4 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não	Não	Não	
5.5 Outras (identificar detalhadamente)						

[1] ótica da reatização

[2] montante das rendas pagas em 2011 referentes ao contrato de ALD. Não inclui IVA

[3] foi efetuado o pagamento do excesso do consumo de combustível pelos Vogais: Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa, no montante de 127,05€ e Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva, no montante de 535,82€.

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal*	2010			2011		
	Presidente	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo	Presidente	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo
	Pedro Romano Martínez	Ana Alexandra Filipe Freitas	Maria Manuela Marques Lima	Pedro Romano Martínez	Ana Alexandra Filipe Freitas	Maria Manuela Marques Lima
Remuneração Anual Fixa (€)	19.385	14.539	14.539	19.385	14.539	14.539
Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	NA	NA	NA	2.811	2.108	2.108
Remuneração anual efetiva (€)	19.385	14.539	14.539	16.574	12.431	12.431

* A remuneração dos membros do Conselho Fiscal está indexada à da Presidente do Conselho de Administração

Revisor Oficial de Contas

ROC António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Santos, ROC n.º 177	2010	2011**
Remuneração anual oferecida (€)	15.600	14.216

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da lei 55-A/2010 (Lei OE/2011)

Seguro de Caução

Nome Completo	Cargo	Companhia de Seguros	Nº da Apólice	Beneficiário	Cobertura	Capital Seguro
Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Presidente do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	008410053100000	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	00841008753200000	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	00841008753300000	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
António Paulo da Costa Moreira de Sá	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	00841008752700000	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	Vogal do Conselho de Administração da STCP	AXA Portugal	00841008753000000	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Garantia da Actividade de Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	250.000 €

Em cumprimento do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais e do Despacho do Senhor SETF n.º 960/09 de 24 de setembro de 2009
Em cumprimento do Despacho Conjunto do SET e do SETF, relativos à Assembleia Geral da STCP de 2010, constantes do ponto 2 alínea b)
Apólices subscritas e suportadas individualmente por cada um dos Administradores referidos

1.250.000 €

4.8 Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental

Grande parte da informação a referir no presente ponto encontra-se explanada no corpo do relatório de gestão e sustentabilidade, nomeadamente no ponto **2.3 Evolução da Actividade, Capítulo 3 Relatório de Atividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável** e no **Capítulo 5 Relatório de Gestão**, pelo que se fará agora apenas uma breve abordagem desses temas, ou a simples remissão dos mesmos.

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente nos Objetivos e graus de cumprimento.

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A empresa prossegue uma política económica de análise à procura, à produção de transporte, ao mercado que serve, à adaptação da sua rede e dos recursos humanos, com o objetivo de prestação do melhor serviço, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de modo a salvaguardar normas de qualidade.

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente nos **Capítulo 3 Relatório de Atividades na Óptica do Desenvolvimento Sustentável** e no **Capítulo 5 Relatório de Gestão**.

Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

- Inexistência de contratualização de Serviço Público
- Aumento do regime concorrencial
- Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro
- Instabilidade dos mercados financeiros
 - o Agravamento dos custos do endividamento
 - o Redução da liquidez disponível
- Instabilidade dos mercados petrolíferos

A STCP encontra-se exposta aos condicionalismos inerentes à sua atividade:

- Transporte público rodoviário de passageiros na área urbana do Grande Porto,
- Tarifário de carácter social determinado e imposto pelo Regulador,
- Compensação acessória da tutela materializada na atribuição de uma verba anual que se destinaria a remunerar o exercício das imposições de serviço público,
- Dependência direta do volume e ritmo de expansão da rede de metro ligeiro.

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Uma gestão orientada por princípios de **Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável** e de **Serviço Público e de satisfação das necessidades da coletividade**, vem sendo prosseguida na STCP, como está claramente refletido nos seus Relatórios de Gestão, elaborados desde 2006 numa ótica de desenvolvimento sustentável, nas vertentes de racionalidade económica, responsabilidade social interna e externa e responsabilidade ambiental, tendo como guião orientador a estrutura prevista no GRI.

Responsabilidade Social

- Garantia de promoção de igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e pela não discriminação: pontos **3.3 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores** e **3.4 Responsabilidade perante a Comunidade**
- Gestão adequada do capital humano da empresa com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos trabalhadores: ponto **3.3 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores**
- Adoção de práticas ambientalmente corretas: pontos **3.4.2 Frota** e **3.5 Responsabilidade Ambiental**

Desenvolvimento Sustentável

- Criação de valor para o acionista: pontos **2.3 Evolução da Atividade, Capítulo 3 Relatório de Atividades na Ótica do Desenvolvimento Sustentável e Capítulo 5 Relatório de Gestão**
- Promoção da proteção ambiental: pontos **3.4.2 Frota e 3.5 Responsabilidade Ambiental**
- Contribuição para a inclusão social (empregabilidade): ponto **3.3 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores**

Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente nos pontos **2.3 Evolução da Atividade** e **Capítulo 3 Relatório de Atividades na Ótica do Desenvolvimento Sustentável**.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa – investigação, inovação, desenvolvimento, integração de novas tecnologias no processo produtivo
Pontos **2.3 Evolução da Atividade, 3.2 Responsabilidade perante os Clientes e 3.4.6 Novos Projetos em Desenvolvimento**

Planos de Ação para o futuro

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no **Capítulo 6 Perspetivas para 2012**.

4.9 Avaliação de cumprimento dos Princípios de Bom Governo (PBG)

A STCP, empresa detida a 100% pelo Estado Português, desenvolveu a sua atividade ao longo do ano de 2011, em estrito respeito pelos **princípios de bom governo da sociedade**, dando cumprimento à legislação em vigor aplicável e, em particular, ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, como evidenciado no reporte efetuado à Direção Geral do Tesouro e Finanças através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) – grau de cumprimento dos princípios de bom governo.

A STCP está classificada como uma empresa com elevado grau de cumprimento dos PBG no Relatório “Princípios de Bom Governo” datado de julho de 2011, da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O Relatório e Contas 2011 retrata, de forma clara e exaustiva, como foi cumprida a sua política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de cumprimento do serviço público, bem como o seu esforço em inovação e desenvolvimento de novas tecnologias de apoio à sua atividade, nomeadamente no **Capítulo 3 Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável**.

Os elementos mais significativos do cumprimento da sua missão, amplamente divulgados, encontram-se igualmente descritos neste capítulo.

De acordo com a prática habitual na empresa, o Plano de Atividades e Orçamentos do exercício em análise e o Plano de Investimentos foram desenvolvidos na perspetiva dos objetivos estratégicos fixados, tendo em conta os recursos e as fontes de financiamento disponíveis.

Anualmente o Relatório do Conselho Fiscal inclui a avaliação de desempenho dos gestores, também objeto de avaliação nominal pela Tutela, através dos resultados do Contrato de Gestão do mandato.

4.10 Código de Ética e Conduta

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um Código de Ética e de Conduta próprio, que se encontra disponível tanto no *site* da empresa para consulta generalizada como na *Intranet* para consulta dos trabalhadores.

Este Código constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da Empresa, nos diversos níveis que a integram, constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

4.11 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A STCP, consciente de que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições deu cumprimento, em dezembro de 2009, à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção procedendo à elaboração do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

O Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP foi remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que tutelava a empresa. Do mesmo plano foi dado conhecimento a todos os trabalhadores da empresa através da publicação na *intranet* da empresa.

Em 2011 a STCP foi alvo da Auditoria Técnica de Avaliação da Aplicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção – Procº 790/10-AT – realizada pela Inspeção Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC) – aguardando o respetivo relatório.

4.12 Sistema de Controlo

Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da Empresa, de modo a proteger os investimentos e seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa (Ponto 19 RCM 49/2007, de 28 de março)

Em dezembro de 2008 a empresa obteve a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança no Trabalho e Saúde (SIG-QAS), que em 2011 foi renovada na sequência da auditoria efetuada pela APCER, para a renovação das três Certificações.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objetivos globais e departamentais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objeto de reflexão pelo Conselho de Administração e pelos responsáveis de primeira linha da Empresa. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução dos objetivos e dos orçamentos global e sectoriais.

A estrutura de Governo da STCP, com os vários níveis de fiscalização sucessiva, assegura com eficiência a função de supervisão da empresa, definida no ponto 16 da norma em apreço. Prova disso é a existência de um órgão de estrutura interna que garante as funções de auditoria, anualmente reforçada pela auditoria externa de acompanhamento à certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho. Em , foi realizada uma auditoria interna ao Sistema Integrado de Gestão para levantamento de eventuais não conformidades e oportunidades de melhoria a fim de serem promovidas as medidas e ações necessárias pelas áreas a que respeitam. Em outubro foi realizada pela APCER a auditoria externa, acima referida.

4.13 Prevenção de Conflitos de Interesse

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração. A Inspeção Geral de Finanças (IGF), por determinação do Ministro de Estado e das Finanças, efetuou, ao longo de 2011, a monitorização das medidas de contenção da despesa da STCP, no âmbito do acompanhamento e controlo financeiro das empresas públicas.

Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesse (Ponto 22 RCM 49/2007, de 28 de março)

Nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de interesses, nem quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem tão pouco relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

4.14 Divulgação de informação

Prevista na RCM 49/2007, de 28 de março

Informação no portal da empresa

Informação no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	NA	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação Órgãos Sociais	X			
Identificação áreas responsabilidade do CA	X			
Identificação das comissões existentes na sociedade	X			Comissão de Fixação de Remunerações
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética e Conduta	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente	X			Extinção a 31 de dezembro 2011

Informação no site SEE

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	NA	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha Síntese da Empresa	X			
Identificação da Empresa				
Missão, objetivos, políticas, obrigações de serviço público e modelo de financiamento	X			
Modelo de Governo / identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (identificação Órgãos Sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remuneração auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transações	X			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento do PBG	X			
Código de Ética e Conduta	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Instruções
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão:	X			111,5%	
Volume de Negócios	X			106,3%	51 M€
Margem do EBITDAR	X			141,9%	-37%
Custos Operacionais	X			107,1%	84,6 M€
ROACE	X			148,5%	-36%
Taxa de Ocupação		X		99,0%	15,3%
Peso dos títulos intermodais	X			130,8%	32%
Emissão de poluentes		X		97,5%	88
Índice de qualidade de oferta	X			114,9%	106,4%
Indicador de eficiência		X		92,5%	69,0%
Taxa de cumprimento plano investimentos		X		22,9%	100%
Prazo médio pagamentos	X			103,4%	54
Gestão do Risco Financeiro	X				ver ponto 5.4.4.
Evolução do PMP a fornecedores	X			-2 dias	ver ponto 4.5.6
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			760.854 €	ver ponto 4.5.7
Deveres Especiais de Informação	X				Nos termos do Despacho nº 14277/2008 de 23 de maio
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
"O Plano de Actividades e de Investimentos para o exercício de 2011 deverá ser objeto de reformulação, assente na adoção de uma política de otimização da estrutura de custos operacionais, com vista à sua redução em, pelo menos, 15% face aos custos dessa natureza registados em 2009, e em respeito pelos limites ao crescimento do endividamento previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2011 (6%)."			X	% cumprimento da recomendação	Declaração da Senhora Presidente do Conselho de Administração da STCP na Assembleia Geral. (Ponto 5.4 e 5.5)
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			42.395 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			21.726 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010			X	Não aplicável	
Restantes trabalhadores - redução remuneratórios nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			317.640 €	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X			Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas	X			Não aplicável	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X			0% vol. de aquisições objeto de consulta no SNCP	
Limites de Crescimento do Endividamento	X			5,2%	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-9,3%	
Fornecimentos e Serviços Externos			X	3,2%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			0%	Efetuada 6 aplicações financeiras entre 8 de abril e 22 de setembro

4.15 Decisões mais relevantes do Conselho de Administração

No cumprimento da alínea i) do artigo 13º -A do Decreto-Lei nº 300/2007 de 23 de agosto, informa-se que durante o ano de 2011 o Conselho de Administração reuniu periódica e regularmente, ao longo de 57 sessões. Apresentam-se seguidamente as decisões mais relevantes:

Nº de Ata Nº do Ponto	Assunto	Breve descrição do teor da deliberação	Data da reunião
Ata 2/11 - ponto 2	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O SEE	Registo dos diversos diplomas e deliberações que contêm as orientações estratégicas do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) e as orientações específicas para o SEE para o ano de 2011	12.janeiro
Ata 2/11 - ponto 3	PROPOSTA DE REDUÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE CUSTOS OPERACIONAIS	Registo dos documentos "Proposta de Redução Extraordinária de Custos Operacionais 2011" e "Revisão Estratégica da STCP" remetidos às Tutelas na sequência da reunião do CA com as Tutelas sectorial e financeira	12.janeiro
Ata 2/11 - ponto 4.3	LIMITES DE UTILIZAÇÃO DE VIATURAS E TELEFONES	Alteração dos limites fixados para gastos com comunicações e combustíveis das viaturas atribuídas aos membros do CA e das Primeiras linhas, reduzindo-os em 15% para os primeiros e em 10% para os últimos	12.janeiro
Ata 4/11 - ponto 6.1	RESCISÃO CONTRATO COM LOJA DO CIDADÃO	Encerramento do posto de venda STCP na Loja do Cidadão, para racionalização de custos e considerando o volume pouco expressivo das vendas realizadas	25.janeiro
Ata 4/11 - ponto 9	AUTOCARROS ARTICULADOS - PENALIDADES	Comunicação à Auto-Sueco da posição da STCP sobre o montante das penalidades contratuais pelo excesso de peso face ao especificado na proposta	25.janeiro
Ata 5/11 - ponto 4	REFORMULAÇÃO DO SERVIÇO NOTURNO E REDE DA MADRUGADA	Reformulação da Rede da Madrugada com extinção das linhas 2M e 6M	27.janeiro
Ata 6/11 - ponto 2.1	REGULAMENTO DE CONTROLO ALCOOLEMIA	Aprovação do texto da proposta de Regulamento de Controlo de Alcoolemia	08.fevereiro
Ata 6/11 - ponto 4.1	EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA DE 2007	Aprovação do pedido de admissão à cotação em Bolsa, pelo MILLENNIUM BCP, relativo ao empréstimo obrigacionista de 100M euros, emitido em 2007 com o aval do Estado, com conhecimento à Tutela	08.fevereiro
Ata 6/11 - ponto 5.1	FINANCIAMENTO AUTOCARROS DE DOIS PISOS	Aprovação da operação de lease back para cobertura financeira da aquisição dos autocarros de dois pisos, com a entidade financiadora Barclays Bank	08.fevereiro
Ata 6/11 - ponto 6.2	LINHAS Z	Extinção das linhas ZA e ZH e reformulação do serviço da linha ZF	08.fevereiro
Ata 7/11 - ponto 3.2	RESCISÃO CONTRATOS DE TRABALHO COM PRIMEIRAS LINHAS	Aprovação da proposta de cessação, mútuo acordo, com três elementos diretivos, tendo presente a redução dos cargos de chefia previstos pelo PEC	15.fevereiro

Nº de Ata Nº do Ponto	Assunto	Breve descrição do teor da deliberação	Data da reunião
Ata 10/11 - ponto 8	CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO	Registo e aprovação da proposta apresentada pela CGD para contratação de aditamento parcial do valor das Indemnizações Compensatórias	02.março
Ata 11/11 - ponto 4.1	RECURSOS HUMANOS - ADMISSÕES	Aprovação do processo de recrutamento de oito trabalhadores, com contrato a termo por um ano, para UMF e UCE	07.março
Ata 14/11 - ponto 6.1	CERTIFICAÇÃO SIG/QAS REVISÃO DO SISTEMA	Revisão Anual do Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho	30.março
Ata 16/11 - ponto 4	CONCURSOS - CONCESSÃO PARA PARQUE ESTACIONAMENTO	Adjudicação da concessão de espaço para exploração de parque de estacionamento da Areosa ao Hospital de S. João, E.P.E	12.abril
Ata 17/11 - ponto 4.2	ALTERAÇÃO DE PERCURSOS DAS LINHAS 900 E 905	Alteração de terminos das linhas 900 e 905 e reforço da linha 907, na sequência da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	19.abril
Ata 19/11 - ponto 8	AUTOCARROS ARTICULADOS - PENALIDADES	Aceitação do conjunto de contrapartidas em espécie, cuja quantificação de valor satisfaz o previsto no âmbito do contrato celebrado com a Auto-Sueco	04.maio
Ata 19/11 - ponto 9	EMPREITADA PARA CONSTRUÇÃO SUBESTAÇÃO DE TRACÇÃO ELÉTRICA (SET) E POSTO DE TRANSFORMAÇÃO (PT)	Adjudicação à empresa Lúcius Engenharia e Construção da Empreitada Prévia para construção da Subestação de Tracção Eléctrica (SET) e Posto de Transformação (PT)	04 maio
Ata 19/11 - ponto 11	ABATES AUTOCARROS	Abate de trinta e seis autocarros marca Mercedes da terceira série	04 maio
Ata 21/11 - ponto 6.1	REDE STCP - LINHA 701, 703 E 904 - PROPOSTA DE REAJUSTAMENTO DE PERCURSOS	Alteração das linhas 701, 703 e 904, a serem articuladas com a Câmara Municipal do Porto	17 maio
Ata 21/11 - ponto 8	PROJETO PRIMAVERA - IMPLEMENTAÇÃO ERP - ENCERRAMENTO DO PROJETO	Fecho do projeto Primavera com passagem à fase de suporte	17 maio
Ata 24/11 - ponto 2	DESPACHO DO MINISTRO DO ESTADO E DAS FINANÇAS Nº 155/2011 DE 28 DE ABRIL - AUMENTO DE RECEITAS VIA AUMENTO TARIFÁRIO	Aprovação da proposta da STCP no seguimento do Despacho que determina às empresas do SEE da área dos transportes a apresentação de propostas de revisão da estrutura de receitas, incluindo atualizações tarifárias, quando aplicável, e respectivo contributo para o reequilíbrio financeiro da empresa, para o período 2011-2013	31 maio
Ata 24/11 - ponto 8.2	FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO E LUBRIFICANTES - PROPOSTA FINAL	Aceitação das condições expressas na proposta da GALP Energia à contraproposta apresentada pela STCP	31 maio
Ata 24/11 - ponto 15	MACROESTRUTURA DA EMPRESA	Aprovação de alterações à macroestrutura a vigorar a partir do dia 1 de junho de 2011	31 maio
Ata 27/11 - ponto 5.1	PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A PSP	Registo do Protocolo celebrado com a PSP no âmbito da fluidez de trânsito na AMP	21 junho
Ata 28/11 - ponto 3.1	RECURSOS HUMANOS - MANUAL DE ESTRUTURA	Aprovação do Manual de Estrutura com início de vigência a 1 de junho de 2011	28 junho

Nº de Ata Nº do Ponto	Assunto	Breve descrição do teor da deliberação	Data da reunião
Ata 28/11 - ponto 3.2	MOTORISTAS COM TRABALHO A TERMO CERTO	Renovação do contrato a termo de 16 motoristas, por 18 meses, considerando a indefinição sobre o futuro da atividade da empresa	28 junho
Ata 28/11 - ponto 4	DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS	Nova distribuição das áreas pelos membros do Conselho, na sequência da alteração da estrutura orgânica da empresa	28 junho
Ata 30/11 - ponto extra	REUNIÃO COM O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES	Informação pela Senhora Presidente aos restantes membros do Conselho sobre a primeira reunião realizada com o Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Sérgio Silva Monteiro, em 11 de Junho	12 julho
Ata 30/11 - ponto 3	CRITÉRIOS DE INTEGRAÇÃO NO SISTEMA INTERMODAL ANDANTE	Validação dos Protocolos entre a AMTP, os operadores públicos STCP, Metro do Porto e CP-Caminhos de Ferro Portugueses, a ANTROP e o TIP e também a definição dos critérios aplicáveis aos novos pedidos de adesão ao Sistema Intermodal Andante	12 julho
Ata 30/11 - ponto 4	PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO (SIG) - APROVAÇÃO DO MANUAL DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	Aprovação da edição número quatro do Manual do Sistema Integrado de Gestão da STCP	12 julho
Ata 31/11 - ponto 15	CONTRATOS E PROTOCOLOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA - TORRE DAS ANTAS	Adjudicação à Climex - Controlo de Ambiente, do contrato de prestação de serviços de limpeza de instalações administrativas da STCP e da Metro, sitas na Av. Fernão de Magalhães, com repartição de custos entre ambas as empresas, no seguimento da não aceitação de prorrogação do contrato pela ISS Facility Services, nas condições em vigor	19 julho
Ata 34/11 - ponto extra	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO 2011	Registo das cartas remetidas à SETF e SEOPTC sobre as necessidades de financiamento da STCP no corrente ano	02.agosto
Ata 34/11 - ponto 5	PROPOSTA DE AJUSTAMENTO À REDE DA MADRUGADA	Alteração de percurso das linhas 1M, 3M, 7M, 11M e 13M, solicitando uma análise complementar sobre a eventual utilização de maior capacidade nas noites de sexta-feira a domingo	02.agosto
Ata 34/11 - ponto 9	ASSESSORIA DE IMPRENSA	Registo da redução do preço em 10%, a vigorar desde abril, do contrato de assessoria de imprensa e de apoio à preparação e edição da revista trimestral ITINERARIUM STCP	02.agosto
Ata 34/11 - ponto 12	CONCURSO PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA DE TRACÇÃO, DE UM POSTO DE SECCIONAMENTO E DE UM POSTO DE TRANSFORMAÇÃO	Adjudicação do fornecimento e instalação de uma subestação de tração e de um posto de transformação, à empresa EFACEC - Engenharia e Sistemas, S.A.	02.agosto
Ata 36/11 - ponto 4.1	RECURSOS HUMANOS - PLENÁRIO GERAL DE TRABALHADORES	Registo do ofício recebido da Comissão de Trabalhadores a comunicar a convocatória de um Plenário Geral de Trabalhadores para o dia 8 de setembro e registo da informação remetida às Tutelas sobre a oficialização do Plenário e razões invocadas	16.agosto
Ata 36/11 - ponto 12	EDIÇÃO DE LIVRO SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESTAÇÃO TERMOELÉTRICA DE MASSARELOS	Aprovação da edição de um livro dedicado ao projeto de restauro e de musealização do espaço da antiga Central Termoelétrica de Massarelos, englobada no apoio da candidatura ao QREN aprovada	16.agosto
Ata 38/11 - ponto 11	RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO - 1º SEMESTRE 2011	Aprovação do Relatório e Contas Consolidadas do 1º semestre de 2011, a ser remetido à CMVM e demais entidades de reporting obrigatório	24.agosto
Ata 39/11 - ponto 3	INVESTIMENTOS - COMPRA DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES DE BORDO NAS VIATURAS	Aprovação da compra de peças e ferramentas necessárias à instalação de novos computadores de bordo nas viaturas de serviço público	30.agosto

Nº de Ata Nº do Ponto	Assunto	Breve descrição do teor da deliberação	Data da reunião
Ata 39/11 - ponto 8	OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO CIVITAS - SERVIÇO DE MOBILIDADE FLEXÍVEL (DRT)	Aprovação da proposta de operacionalização de um serviço de mobilidade flexível na Asprela (DRT) no contexto da medida 6.4 do Projeto Civitas, e o orçamento para a promoção e desenvolvimento para o site de reservas, com uma ferramenta de cálculo de rotas, tendo sido designada a STCP responsável pela operacionalização do serviço e comunicação externa, dispondo para tal da comparticipação da União Europeia	30.agosto
Ata 40/11 - ponto 2.2	PLENÁRIO GERAL DE TRABALHADORES - ADIAMENTO DA DATA AGENDADA	Registo do ofício recebido da Comissão de Trabalhadores, informando a decisão de adiamento do Plenário Geral de trabalhadores para o dia 29 de setembro, com o mesmo fim	06.setembro
Ata 40/11 - ponto 12	ADMISSÃO DE TRABALHADORES PARA UMF E UCE	Aprovação do processo de recrutamento de sete trabalhadores, por contrato individual de trabalho, a termo certo	06.setembro
Ata 41/11 - ponto 2.1	RECURSOS HUMANOS - PLENÁRIO GERAL DE TRABALHADORES	Autorização de redução de viaturas durante o plenário desde que aceite pela Comissão de Trabalhadores a contenção do período do plenário em limites que salvaguardem as horas de ponta	13.setembro
Ata 41/11 - ponto 3.1	FORNECIMENTO DE AUTOCARROS ARTICULADOS VOLVO - REGULARIZAÇÃO DE PENALIDADES CONTRATUAIS	Registo da carta remetida à Auto Sueco, sobre a aceitação dos termos propostos para a regularização das penalidades contratuais e ainda os termos exigidos pela STCP para o acordo tripartido a subscrever	13.setembro
Ata 42/11 - ponto 10	ASSOCIADAS E PARTICIPADAS - AUTOLOC, ACE	Decisão de proceder à liquidação do ACE, actualmente detido em 90% pela STCP, S.A. e 10% pela STCP Serviços	20 setembro
Ata 43/11 - ponto 2	ORIENTAÇÕES DA SEOPTC PARA O EXERCÍCIO 2012 - PLANO EXTRAORDINÁRIO DE AJUSTAMENTO	Registo do envio do plano extraordinário de ajustamento da atividade para 2012, no seguimento das orientações recebidas da tutela setorial (SEOPTC), na perspectiva do objetivo fixado de resultado com EBITDAR zero, sem atribuição de Indemnizações Compensatórias, mas salvaguardando a quantificação do serviço social mínimo, com custos a suportar pelo Estado ou por quem o Estado definir	27 setembro
Ata 43/11 - ponto 5.1	RECURSOS HUMANOS - EXTINÇÃO DO POSTO DE TRABALHO DOS VIGILANTES	Extinção dos postos de trabalho de vigilância, face à impossibilidade legal de a STCP prestar este serviço, e consequente despedimento por não existirem lugares de enquadramento alternativo disponíveis	27 setembro
Ata 46/11 - ponto 9	REGULAMENTO DE ABATE DE VIATURAS DE SERVIÇO PÚBLICO	Análise e aprovação da minuta de regulamento para abate de viaturas de serviço público	18.outubro
Ata 48/11 - ponto 2.1	RECURSOS HUMANOS - PRÉ-AVISO DE GREVE APRESENTADO PELO SINDICATO NACIONAL DE MOTORISTAS	Registo da ata da reunião na DGERT - Porto, da informação prestada à Tutela e da convocatória do CES e proposta de serviços mínimos da STCP, na sequência do pré-aviso de greve para 8 de novembro	02.novembro
Ata 48/11 - ponto 9	PROJETO CIVITAS - SERVIÇO DE MOBILIDADE FLEXÍVEL NA ZONA DA ASPRELA	Aprovação do processo de contratação, pelo prazo correspondentemente exigido, de um motorista, a enquadrar na experiência de DRT, e dois motoristas para o serviço de vaivém, em apoio ao projeto da FEUP na Asprela, no âmbito do Projeto Civitas	02.novembro
Acta 49/10 - ponto 2.2	MOTORISTAS COM CONTRATO A TERMO CERTO	Tendo por base o desempenho positivo registado por todos os doze motoristas em análise, aprovada e renovação do contrato individual com cada um dos trabalhadores por um novo período de um ano e meio	07.12.2010
Ata 49/11 - ponto 2	REUNIÃO COM O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES	Registo da reunião realizada com o SEOPTC na qual foi designadamente dada, pela Tutela setorial, informação direta sobre medidas do Plano estratégico de Transportes (PET)	11.novembro
Ata 50/11 - ponto 2.1	RECURSOS HUMANOS - PRÉ-AVISO DE GREVE APRESENTADO PELA FECTRANS	Registo de proposta de serviços mínimos a apresentar na reunião da DGERT - Porto, na sequência do pré-aviso de greve para 24 de novembro, na percentagem considerada indispensável dado tratar-se de uma greve geral, bem como da ata dessa reunião e da convocatória do CES para a arbitragem obrigatória e respetiva resposta	15.novembro

Nº de Ata Nº do Ponto	Assunto	Breve descrição do teor da deliberação	Data da reunião
Ata 50/11 - ponto 3.2	PROPOSTA DE REFORÇO DO FUNDO DE PENSÕES	Aprovação do reforço do Fundo de Pensões, considerando os resultados do relatório atuarial e dando assim cumprimento ao nível de 84% de financiamento, conforme determinado pelo Instituto de Seguros de Portugal	15.novembro
Ata 50/11 - ponto 7	PROVEDORIA DO CLIENTE	Deliberação da extinção da Provedoria do Cliente da STCP em 31 de dezembro de 2011, na sequência da reunião realizada com o Presidente da AMTP e considerando que esta detém as competências de regulador do sistema de transportes na AMP, a quem incumbe a fiscalização das regras vigentes no setor, deixando de se justificar a existência de um Provedor do Cliente da STCP	15.novembro
Ata 53/11 - ponto 3	PROPOSTAS DA STCP - RACIONALIZAÇÃO DA OFERTA E TARIFÁRIOS	Registo da carta e documentos anexos remetidos à SEOPTC sobre as propostas da STCP relativas à racionalização da oferta, tratada no Grupo de Trabalho constituído, e à eliminação do tarifário monomodal com exceção de apenas três títulos, considerando que o objetivo da Tutela de EBITDAR zero em 2012 exige um calendário de implementação já inviável para que os efeitos pretendidos se produzam desde o início do próximo ano	06.dezembro
Ata 53/11 - ponto 6	PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2012	Aprovação, na generalidade, do Plano de Formação para 2012, devendo cada acção ser previamente submetida a aprovação do Conselho	06.dezembro
Ata 53/11 - ponto 9.2	CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PNEUS	Prorrogação do contrato de fornecimento de pneus, por mais um ano, e decisão de proceder à elaboração do caderno de encargos para lançamento de um novo concurso público, a lançar no primeiro semestre de 2012	06.dezembro
Ata 54/11 - ponto 4.2	PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES	Prorrogação da adjudicação da prestação de serviços de vigilância de instalações para as portarias de S. Roque, Massarelos, Unidade Operacional de Francos e Unidade Operacional da Via Norte à adjudicatária atual pelo prazo necessário à conclusão do concurso público	13.dezembro
Ata 55/11 - ponto 5.3	CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS AUTOCARROS	Aprovação de minuta de acordo com fixação das regras de controlo e de fiscalização dos serviços de limpeza dos autocarros de serviço público	22.dezembro
Ata 55/11 - ponto 6.2.2	STCP SERVIÇOS	Decisão de preparação imediata do reforço do capital da STCP Serviços através da realização de uma prestação suplementar, a transformar em capital da sua participada, anulando assim a totalidade dos capitais próprios negativos estimados para o final de 2011 e eventuais perdas a registar até à respetiva cessação de atividade	22.dezembro
Ata 55/11 - ponto 6.3	AUTOLOC – DISSOLUÇÃO DO AGRUPAMENTO	Registo e ratificação da acta da assembleia geral do ACE na qual se definem os termos da sua dissolução, em seguimento da anterior de iberação de vinte de setembro	22.dezembro
Ata 56/11 - ponto 3	RECURSOS HUMANOS - RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO	Aprovação das candidaturas ao acordo de rescisão amigável de contrato de trabalho com quarenta e um trabalhadores, nas condições previamente fixadas	27.dezembro
Ata 56/11 - ponto 5	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA DA FROTA DA STCP 2011/2013	Registo do Relatório de Auditoria Energética e aprovação do correspondente Plano de Racionalização Energética da frota da STCP para o período 2011/2013	27.dezembro

4.16 Associações e Parcerias

A STCP é membro da UITP – *Union Internationale des Transports Publics*

A STCP é associada de:

ADEPORTO – Agência de Energia do Porto
ADETURN – Associação de Turismo do Norte de Portugal
AEP – Associação Empresarial de Portugal
AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos-de-Ferro
APH2 – Associação Portuguesa para a promoção do Hidrogénio
ATC – Associação dos Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na região
Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto
Associação “Amigos do Coliseu do Porto”
Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
Associação Comercial do Porto
Associação Porto Histórico
APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural
Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Energiaia
Fundação de Serralves
Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
IEP - Instituto Eletrotécnico Português
ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade



5. Relatório de Gestão



5. Relatório de Gestão

5.1 Enquadramento Macroeconómico

Em 2011 registou-se um ligeiro abrandamento do ritmo do crescimento da economia mundial, embora se tenha verificado um incremento do Produto Interno Bruto global. Os EUA conseguiram crescer um pouco acima do ponto percentual, na sequência dos novos estímulos da Reserva Federal. As economias emergentes mantiveram fortes crescimentos, destacando-se a China, com uma taxa de crescimento a rondar 8 a 9%, seguida da Índia.

Na Zona Euro, o ano de 2011 teve uma evolução muito mais modesta, com um crescimento do PIB à volta de 1,5%, sensivelmente abaixo do de 2010, e diferenciado entre os vários países que a compõem, dos quais se destaca, com o crescimento mais acentuado, a Alemanha, acima dos 2%.

No que diz respeito à economia portuguesa o ano foi marcado por uma contração da atividade económica, registando-se uma diminuição no PIB superior a 1%.

A variação negativa do PIB foi ditada pelo forte contributo negativo da procura interna, tanto pública como privada. As exportações apresentaram um crescimento significativo, que não foi no entanto suficiente para compensar a magnitude do impacto do ajustamento dos níveis da procura interna, na variação do PIB. A formação bruta de capital fixo também sofreu uma acentuada quebra.

A taxa de desemprego situava-se acima dos dois dígitos, no final do ano.

No ano de 2011 verificou-se um aumento do preço do petróleo, agravado pela depreciação do euro face ao dólar americano, elevando o preço do Brent em euros.

Comparação do Preço do Brent USD 2008 a 2011



Evolução da paridade Euro/ Dólar 2008 a 2011



Para a desaceleração da economia contribuíram, entre outros, o esforço de consolidação orçamental que visa levar o défice aos 3% do produto interno bruto em 2012 e o aperto no crédito que condiciona os gastos das famílias e das empresas.

Os persistentes desequilíbrios macroeconómicos e financeiros acumulados ao longo dos anos, conduziram ao avolumar do endividamento público e da dívida externa, refletindo a alavancagem das famílias e das empresas não financeiras portuguesas. Estas debilidades e desequilíbrios vêm sendo evidenciados, no contexto da crise global e europeia, que teve início em 2007.

A perceção de risco da dívida portuguesa agravou-se, levando a uma deterioração das condições de financiamento da economia quer em termos de custo quer em termos de acesso ao crédito, o que conduziu ao pedido de assistência financeira internacional, que se concretizou em abril de 2011, resultando na assinatura, em maio de 2011, do Memorando de Entendimento sobre as condicionalidades da política económica.

O programa de ajustamento da economia portuguesa assenta em três eixos fundamentais: a estabilidade financeira e a continuidade do financiamento da atividade económica em Portugal; a consolidação orçamental visando, a médio prazo, a eliminação do desequilíbrio nas Finanças Públicas e a redução no nível do endividamento e uma agenda de transformação estrutural visando lançar as bases para uma economia aberta e competitiva, capaz de gerar endogenamente crescimento sustentado e criador de emprego.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado com o FMI, o BCE e a Comissão Europeia, contempla o reforço das exigências ao nível da solvabilidade (e liquidez) dos bancos portugueses, num contexto de extrema adversidade no que respeita ao acesso aos mercados internacionais para financiamento e de deterioração generalizada da envolvente macroeconómica.

De facto, o atual contexto é caracterizado por uma elevada incerteza sobre a evolução do cenário internacional, determinado em grande medida pela intensificação da crise da dívida soberana na área do euro, no período mais recente. Em Portugal, a adoção de medidas de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, com forte contração do rendimento disponível, num contexto em que as condições de financiamento se mantiveram restritivas, leva a que a situação específica da economia seja atingida por impactos difíceis de quantificar com precisão no momento presente.

5.2 Balanço do Ano

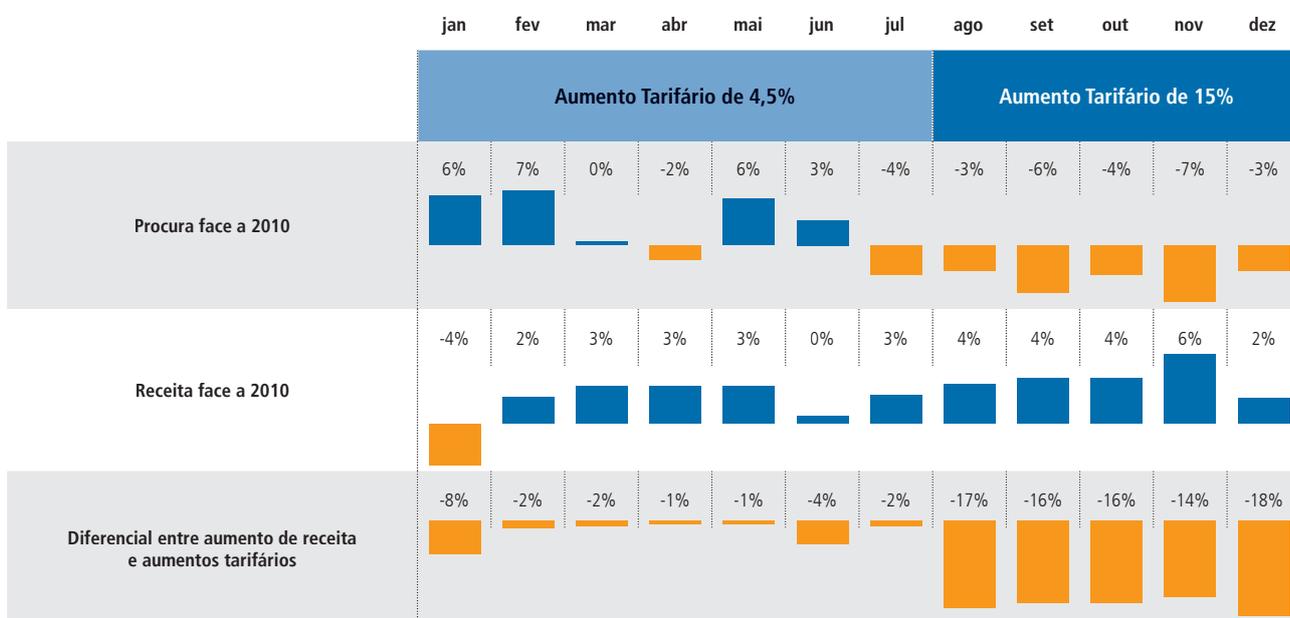
Evolução da Atividade

A STCP é o maior operador de transporte público de passageiros do Grande Porto, assegurando aproximadamente a quota de 60% do mercado da mobilidade urbana coberta pelos operadores públicos.

Em 2011 a procura sofreu uma ligeira quebra, de 0,8%, em virtude da descida no segundo semestre após o crescimento registado no primeiro, tendo a STCP transportado 108,4 milhões de passageiros, menos cerca de 800 mil do que no ano de 2010. Apesar da diminuição do número de passageiros (viagens realizadas), o total de clientes de assinatura (que representam 81% da procura STCP) registou um aumento de cerca de 1,5%, situando-se muito próximo dos 157 mil. Cerca de 27% das assinaturas são utilizadas por jovens e 25% por seniores. As viagens realizadas com títulos intermodais representam 41% da procura.

No ano ocorreram dois aumentos tarifários, o primeiro a um de janeiro, com um aumento médio de 4,5%, e o segundo, a partir de um de agosto, com um aumento médio de 15%. Este aumento de agosto foi diferenciado entre transportes coletivos das empresas públicas e das privadas, estas com uma atualização média de 2,7%.

Para minimizar os efeitos dos elevados aumentos tarifários de 2011 e no sentido de iniciar uma nova política de subsidiação dos títulos de transporte, o Governo criou, a partir de um de setembro, uma assinatura destinada a agregados familiares de menores rendimentos, «Assinatura Andante Social+», que assume um desconto de 25% face ao valor do título normal. Apesar do nível dos aumentos tarifários, a receita da venda de títulos de transporte teve um crescimento de apenas 3%.



A STCP empreendeu, na última década, uma profunda reestruturação interna e da oferta, adaptando-se a um novo contexto concorrencial e enfrentando importantes desafios ao nível do seu posicionamento no mercado de transporte urbano, da re-

solução do seu desequilíbrio financeiro e do desenvolvimento organizacional e da gestão. Ao longo de 2011 foi dada continuidade a essa política.

O ano de 2011 foi caracterizado pela aplicação de várias medidas restritivas e de forte contenção das despesas, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e do Memorando de Entendimento sobre os condicionalismos da política económica:

Plano de Redução dos Custos – Pessoal

Em janeiro de 2011 a empresa aplicou, com base no previsto no Artigo 19º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, a redução remuneratória a todos os trabalhadores que auferem remunerações ilíquidas mensais superiores a 1.500 euros. No âmbito da lei do Orçamento de Estado, as alterações remuneratórias não se cingiram às reduções das remunerações ilíquidas mensais referidas, mas também nomeadamente à proibição de alterações de posicionamento remuneratório, progressões, atribuições de prémios de desempenho ou de gestão, acumulação de pensões com remunerações, bem como à introdução da tributação em IRS do uso de viaturas e de alterações do cálculo dos trabalhos suplementar e noturno.

Em dezembro a empresa respeitou a Lei nº 49/2011, de sete de setembro, aplicando uma sobretaxa extraordinária correspondente a 50 % da parte do valor devido do subsídio de Natal ou da prestação adicional correspondente ao 13.º mês que, depois de deduzidas as retenções previstas no artigo 99.º e as contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para subsistemas legais de saúde, exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida.

Durante o ano de 2011 saíram 189 trabalhadores, dos quais 46 por mútuo acordo e 111 por reforma. Não tendo sido ainda aprovado pelo Governo o plano extraordinário de saída de efetivos, conforme requerimento apresentado em junho de 2010, foram sendo concretizadas as rescisões possíveis de acordo com os números legalmente permitidos.

Em 31 de dezembro, o número de trabalhadores da STCP era de 1.318, menos 12% do que no ano anterior, na mesma data.

Plano Estratégico dos Transportes / Nomeação de Grupo de Trabalho para revisão da Rede de Transportes na Área Metropolitana do Porto

O Plano Estratégico dos Transportes, autorizado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, publicada no Diário da República, 1ª série, nº 216 de 10 de novembro, refere relativamente à STCP o objetivo de redução da oferta até final de 2011 em cerca de 11%, a adoção de um tarifário único – Andante – em 2012, a fusão com a Metro do Porto e a redução de custos e investimentos.

Através do Despacho n.º 13371/2011, de seis de outubro, o Governo criou um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Dr. Pedro Manuel Almeida Gonçalves, e constituído por um elemento de cada um das entidades – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, STCP, Metro do Porto, CP e ANTROP – com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão das redes de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto. O trabalho foi concluído em 30 de novembro.

Reestruturação do serviço de autocarros, nomeadamente nas linhas com menor rentabilidade e com pouca utilização pelos clientes, com melhoria da eficiência

A otimização do nível de oferta é uma atividade contínua na STCP com procedimentos de ajustamento rigorosos desde 2007, após adoção da bilhética sem contacto. Em 2011 concretizaram-se vários ajustamentos de horários e percursos nas linhas de serviço público, tendo-se atingido uma redução de aproximadamente 1,2 milhões de quilómetros produzidos, menos 4% relativamente a 2010.

Redução de Gastos Operacionais

No âmbito do P.E.C. e das medidas de austeridade, os gastos operacionais apresentaram no final de 2011, relativamente a 2010, uma redução de 2,2% em virtude do agravamento dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e CMVC de 0,4%, sobretudo por efeito dos gastos com combustíveis e dos contratos de operação da STCP com Operadores Privados. Se forem excluídas as indemnizações por rescisões de contato, a redução dos gastos operacionais atinge os 4,6%. Os Gastos com Pessoal, com indemnizações por rescisões, registaram uma redução de 7,7% e de 12%, se excluídas estas indemnizações. Na comparação da evolução dos gastos operacionais 2011 / 2009 foi obtida uma redução de 8,8%, essencialmente pela redução em 9,3% dos gastos com pessoal.

5.3 Investimentos

O Investimento realizado em 2011 foi de aproximadamente 950 mil euros.

Num ano de forte contenção de custos e restrições de financiamento, a política de investimentos foi ainda mais criteriosa, cingindo-se praticamente a investimentos de substituição, recuperação de carros elétricos e primeira fase dos projetos de

musealização da antiga estação termoelétrica de Massarelos e requalificação do edifício de Massarelos, com apoios financeiros externos, para rentabilizar os atuais ativos com novas fontes de receita.

Investimentos (m€)	2008	2009	2010	2011
Material Circulante	4.874	163	11.765	116
Infra estruturas	29	381	220	650
Outros	696	962	270	183
Total	5.600	1.506	12.255	949

5.4 Financiamento

A STCP terminou o ano de 2011 com uma dívida total remunerada de 352,97 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 5,2%, face aos 335,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Este acréscimo do endividamento situou-se abaixo do limite de 6% estabelecido pela Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças nº 510/2010, de um de junho.

5.4.1 Enquadramento

O ano foi particularmente adverso no âmbito do financiamento da empresa, do Estado e da economia em geral.

A primeira década de unificação da moeda europeia caracterizou-se pela facilitação de acesso ao crédito nos mercados internacionais, em condições particularmente favoráveis, no pressuposto de que o risco soberano dos diversos países era indiferenciado.

Todavia, o ano de 2011, na senda do final de 2010, colocou os investidores externos em alerta permanente para o risco das diferentes dívidas soberanas dentro dos países da zona Euro. Os receios relativamente à sustentabilidade das finanças públicas decretaram o fim de um mito: os Estados sem risco.

Os perigos do efeito de contágio associados à deterioração da situação na Grécia, a atribuição de *outlook* de risco elevado a Portugal, a cessação abrupta do financiamento externo ao país, colocaram a economia portuguesa próxima de uma situação limite de incumprimento, face aos seus credores, no primeiro trimestre de 2011.

Uma maior concessão de empréstimos à administração pública e empresas do SEE incluídas conduziria ao agravamento da vulnerabilidade do sistema bancário português com implicações no equilíbrio geral para o conjunto da economia.

A ajuda externa

A perda de confiança dos investidores institucionais na economia portuguesa tornou assim incontornável o pedido de assistência financeira internacional ao país, o que veio a acontecer em abril de 2011, através do **Programa de Assistência Económica e Financeira – PAEF** – acordado com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional. A par da exigência de consolidação estrutural e solvabilidade da administração pública, da convergência para o equilíbrio da balança de transações e do esforço para um crescimento económico a longo prazo, surgiram também as obrigações e as restrições para a Banca: reestruturar negócios prosseguindo uma política de financiamento mais restritiva, o que levou a uma quebra no crédito disponível dos bancos à economia real.

5.4.2 Conta no Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP)

Foi solicitado à STCP, pelo Ofício Circular 844 de três de fevereiro de 2011, a abertura de conta junto do Instituto de Gestão do Crédito Público, no estrito cumprimento do previsto no artigo 77º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011 – Princípio da Unidade de Tesouraria. A STCP procedeu à abertura da conta no IGCP a oito de fevereiro de 2011.

Dado o carácter centralizador de gestão integrada de tesouraria e de dívida pública deste Instituto, aí passaram a ser processadas e recebidas todas as participações e outros fundos provenientes de Organismos Públicos. A conta foi pontualmente usada para aplicações financeiras, a seguir detalhadas.

Movimentações da Conta

A STCP assistiu, no primeiro trimestre de 2011, a uma redução crescente dos limites de crédito de curto prazo na banca. Esta situação acarretou uma redução significativa de liquidez da Empresa.

Perante este cenário, e de forma a garantir o habitual cumprimento das suas obrigações correntes (salários, fornecedores, Estado e outras despesas), a empresa optou por uma utilização intensiva das linhas de curto prazo contratadas, aplicando este montante num instrumento de curto prazo junto do IGCP, a uma remuneração que garantia o *break-even* entre utilizações do crédito versus aplicação no IGCP.

Assim, a oito de abril de 2011, a STCP utilizou 25 Milhões de euros de linha de crédito disponíveis na banca, aplicando-os num Instrumento de curto prazo – CEDIC – junto do IGCP.

O montante desta aplicação foi gradualmente reduzido na medida das necessidades de tesouraria a cobrir com termo final em setembro. Os juros auferidos foram significativamente inferiores aos suportados nos créditos das contas correntes.

5.4.3 Operações de Financiamento do Ano

Dívida de Médio Prazo

Foi neste contexto adverso e restritivo que a empresa teve de gerir o normal funcionamento de uma tesouraria deficitária para suprir os resultados de exploração, investir e cumprir o serviço da dívida, sempre dependente das facilidades de crédito.

Após a empresa ter informado a Tutela, em finais de 2010, sobre a necessidade de obtenção de aval para uma operação de financiamento, a concretizar em 2011, para consolidação de endividamento de curto prazo e pagamento do empréstimo *Schuldschein* de 2004, de 55 milhões de euros, com vencimento em setembro, foram efetuadas consultas ao mercado cujas respostas não viabilizaram a operação.

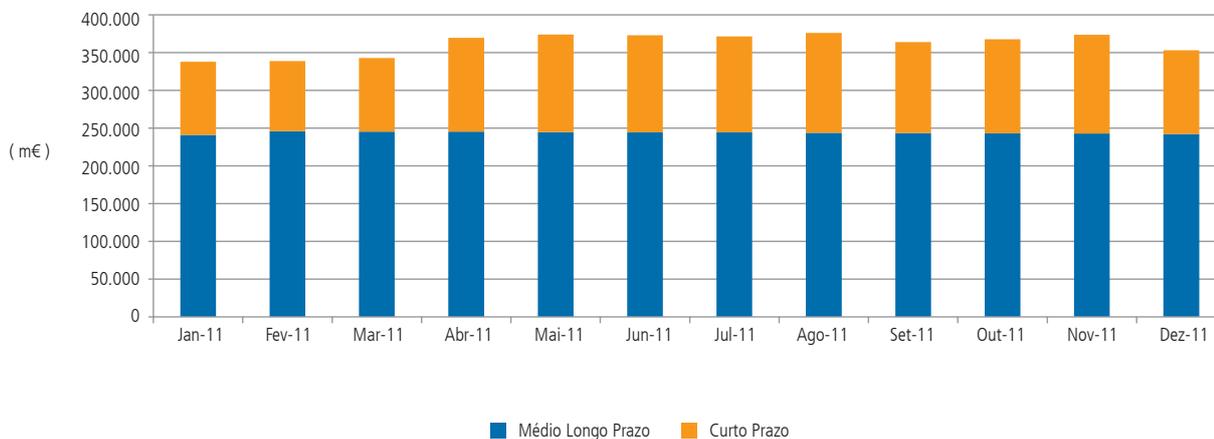
A operação foi liquidada na data prevista através da utilização de apoios de curto prazo.

Dívida de curto prazo

Paralelamente, a empresa foi confrontada com a política das instituições financeiras de redução dos montantes de empréstimos às empresas, diminuindo a exposição da banca ao Setor Público.

Sem linhas de curto prazo disponíveis e sem capacidade de contratar novas linhas, a empresa reporta assiduamente à Tutela a sua posição de Tesouraria, informa sobre as necessidades financeiras previsionais mensais, com um horizonte temporal de vários meses, e vai recebendo, parceladamente, alguns dos montantes necessários, através das instituições bancárias nacionais, que vão participando, na sua quota-parte de mercado, em cada um dos défices mensais de tesouraria.

Evolução e Estrutura da Dívida ao longo do ano (conta 25 Financiamento)



A escalada dos encargos financeiros

Em termos de custos das operações de financiamento, o ano foi dominado pela inversão dos valores de mercado: as taxas EURIBOR são, por definição, as taxas oferecidas no mercado interbancário do euro para a concessão de crédito sem garantias entre o painel de bancos de referência desse mercado. A falta de liquidez e a desconfiança generalizada enviesaram os mecanismos de mercado e as taxas permaneceram estavelmente baixas.

Com as taxas de referência em níveis baixos, o setor bancário promoveu uma série de subidas de *spreads*, ao longo do ano: o custo médio das taxas de crédito de curto prazo triplicou em

2011 apesar da estabilização das taxas de referência. Paralelamente, a introdução de várias comissões contribuíram para o aumento do custo total de financiamento: de imobilização, de acompanhamento e comissões novas como as de "renovação" ou de "alteração de valor". Se, em dezembro de 2010, a STCP tinha uma taxa de custo de financiamento de curto prazo na ordem dos 2,9%, em dezembro de 2011 passou para 8,6%.

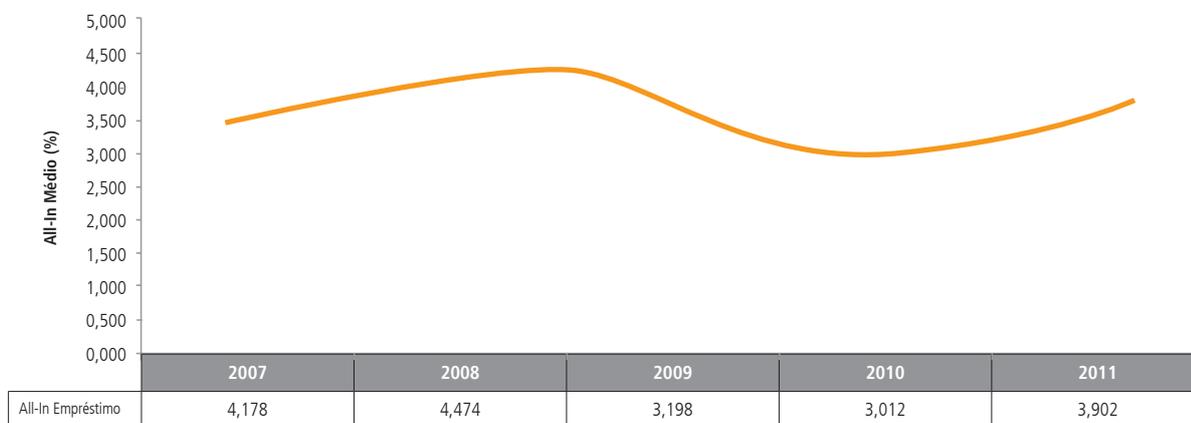
A tabela seguinte e os gráficos que se seguem são testemunho do agravamento dos encargos financeiros.

Juros suportados com o passivo remunerado e outros encargos financeiros

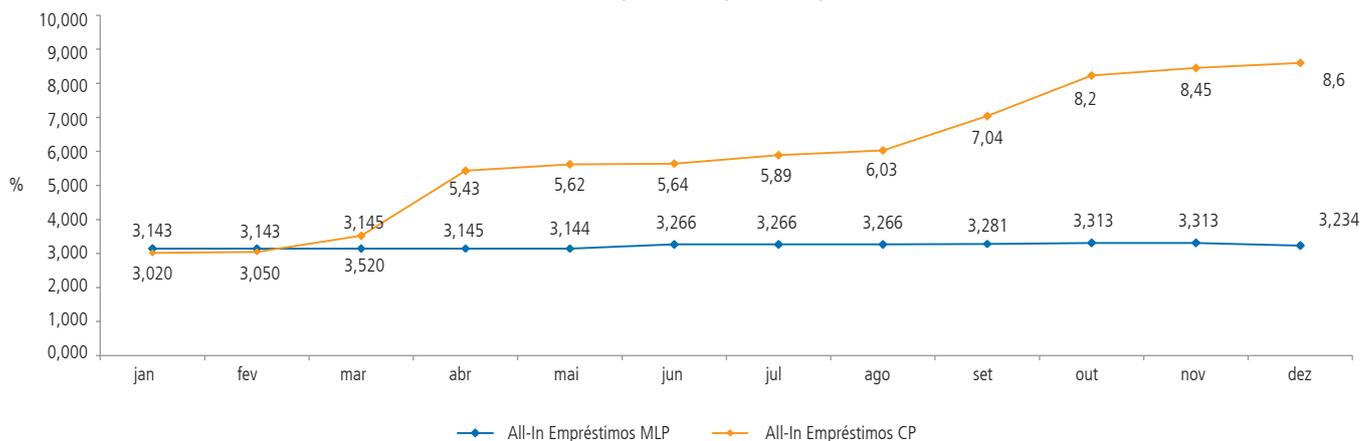
(10 ³ €)	2007	2008	2009	2010	2011
Juros suportados	10.624	14.178	8.326	7.486	13.160
Outros encargos	613	731	889	832	1.278

Evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos cinco anos

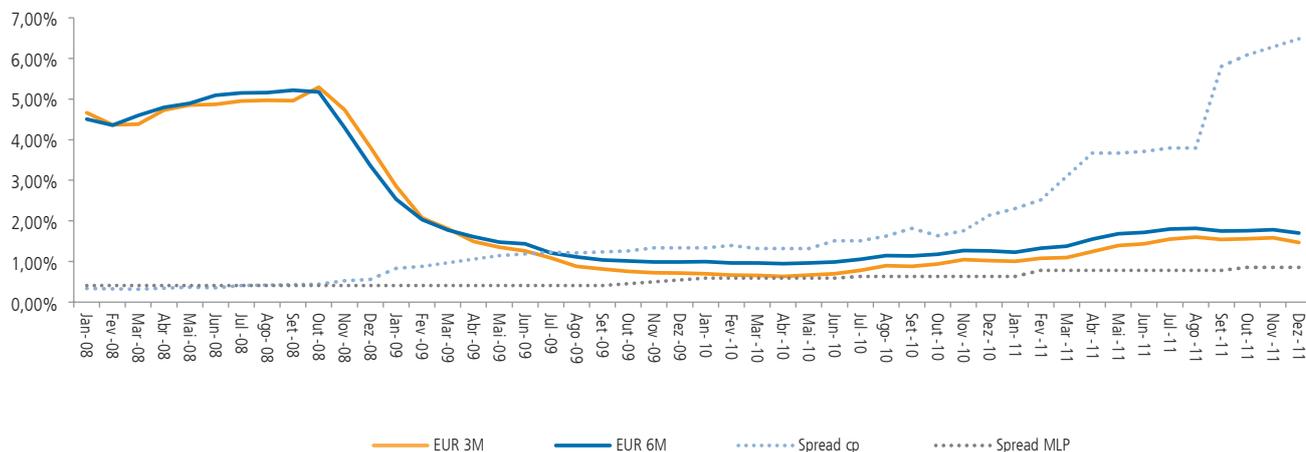
All-Médio Ponderado Anual (%)



All-In mensal ponderado por utilização 2011



Evolução das taxas de juro/ spreads



5.4.4 Gestão do Risco Financeiro

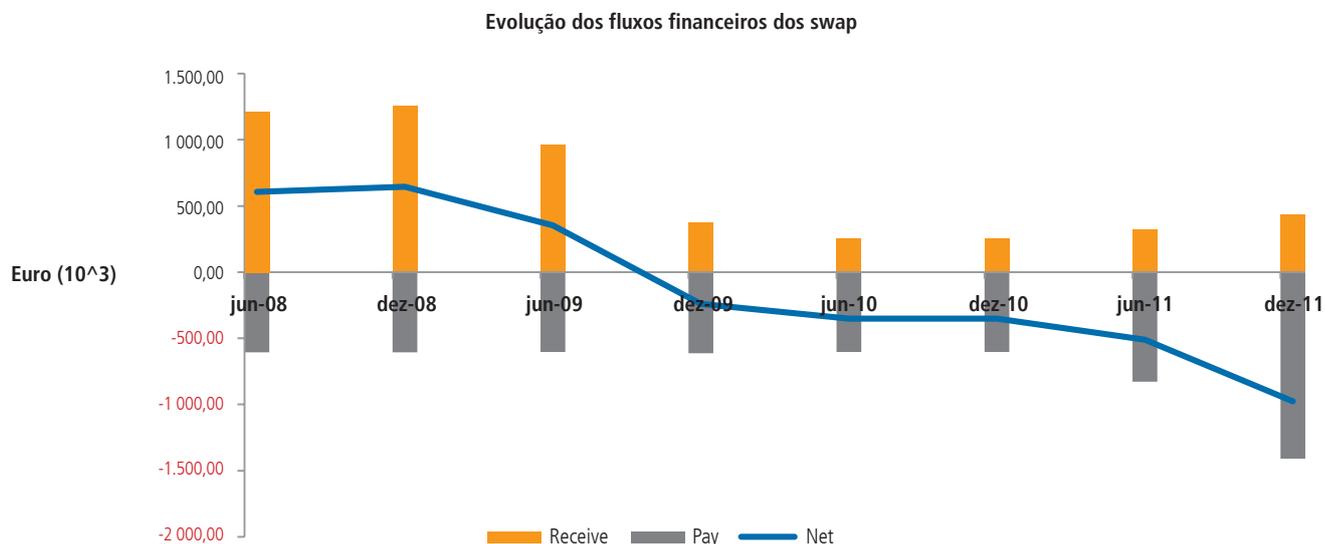
De acordo com o Despacho nº 101/2009 – SETF de 30 de janeiro

Análise da eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro

A Empresa depende essencialmente de capitais alheios para financiar a sua atividade, coordenando as necessidades de financiamento com a receita gerada pela exploração e avaliando os riscos numa perspetiva de continuidade do objeto social.

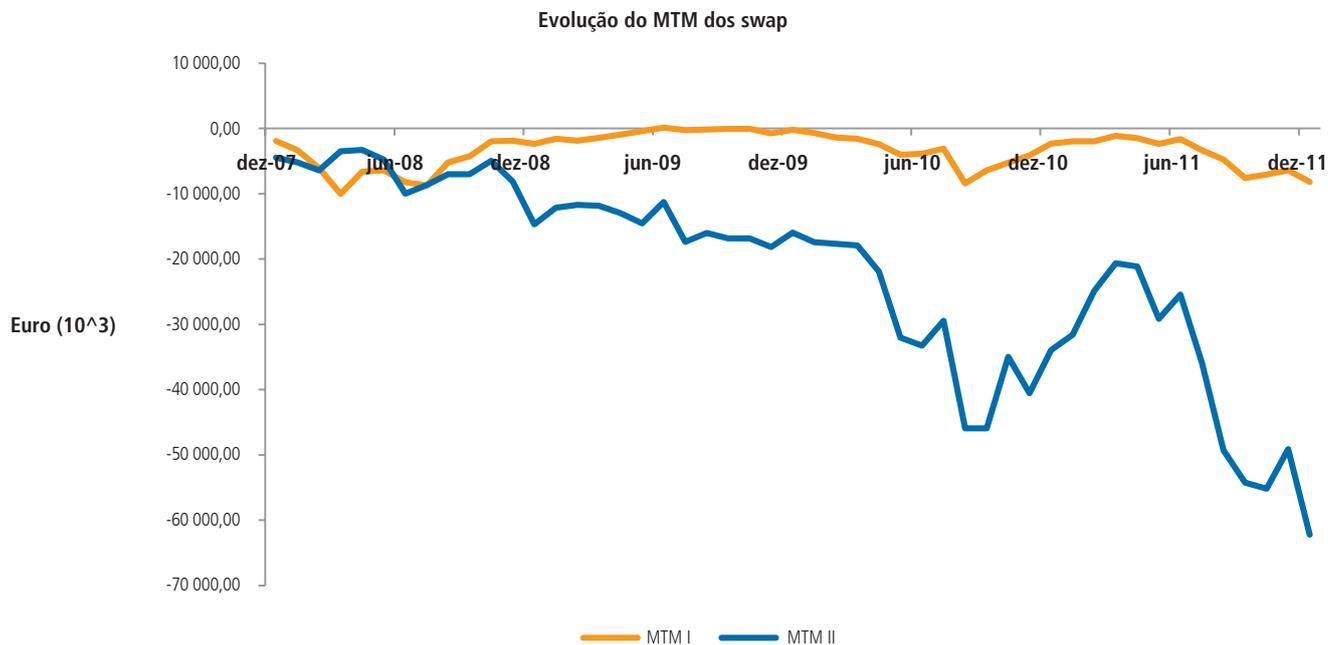
Operações de cobertura de risco de taxa de juro

Em 2011 os instrumentos derivados contratados pela STCP em 2007 para cobertura de risco de taxa de juros tiveram um comportamento bastante penalizador, com o saldo dos fluxos financeiros traduzindo o maior peso da parte pagadora do SWAP em relação à parte recebedora.



Estas operações estão valorizadas ao justo valor e no final do ano o valor de mercado sofreu uma variação negativa de 34 milhões de euros face ao período homólogo de 2010, estando este efeito refletido nas demonstrações financeiras da Empresa. Tendo como base a cobertura de risco da taxa de juro de um empréstimo obrigacionista emitido em 2007, estas estruturas

estão fortemente dependentes da evolução das taxas de juro de mercado, da volatilidade e das expectativas em relação à evolução destas variáveis. A partir do segundo semestre de 2011 observou-se uma deterioração no valor de mercado das estruturas devido à tendência gradual da descida das taxas de juro.



Gestão do Risco Financeiro - Despacho nº 101/09-SETF, de 30-01

Gestão do Risco Financeiro Despacho nº 101/2009-SETF, de 30 janeiro	Cumprido			Descrição
	S	N	NA	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			A empresa escolhe dentro das propostas de mercado e das orientações da Tutela o produto adequado às suas necessidades financeiras
Diversificação das modalidades de taxas de juro disponíveis	X			A empresa decide, sempre que possível, sobre os indexantes a contratar
Diversificação das entidades credoras	X			A empresa dialoga com um leque de contrapartes credíveis e seu suporte financeiro há longos anos
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco em função das condições de mercado	X			A empresa tem cobertura do risco de taxa de juro para 50 milhões do seu passivo, contratada em 2007
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo em condições favoráveis	X			Com reporte a 2011, a empresa não consolidou passivo
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Em 2011 a empresa contratou, por sua iniciativa, apenas 1 operação - antecipação de IC's - sendo as restantes decididas na Tutela
Minimização da prestação de garantias reais	X			A empresa procura que apenas as operações de medio e longo prazo tenham garantias de suporte e negociou no sentido de que não fossem alargadas a apoios de curto prazo
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			A empresa negocia cláusulas contratuais até ao seu limite não deixando de aceitar o standard de mercado
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	Financeiramente insuficiente a empresa investe por recurso a capital alheio
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social / empresarial, beneficiam de FC e CP			X	Face às medidas restritivas impostas o investimento foi quase nulo
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	As receitas de serviço público são insuficientes para a exploração e o desinvestimento é marginal
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			No RC de 2011 constam as taxas médias anuais de financiamento dos últimos 5 anos
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Incluído no RC 2011
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão do risco financeiro	X			Incluído no RC 2011
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			Desde 2009 que o RC é elaborado com esta alteração de política contabilística

Legenda:

FC - Fundos comunitários CP - Capital próprio S - Sim N - Não N. A. - Não aplicável

5.5 Resultados do Exercício

Análise Económica e Financeira

EBITDA e EBITDAR (valores em euros)	2008	2009	2010	2011	11/10
RO antes de amortizações	-6,589,812	-6,066,225	-2,726,315	325,654	112%
Provisões e imparidades	-619,758	-186,370	-15,813	-899,815	5590%
EBITDA	-5,970,054	-5,879,855	-2,710,502	1,225,469	-145%
Rendas <i>leasing</i>	4,786,540	5,782,798	5,963,225	5,981,437	0%
EBITDAR	-1,183,514	-97,057	3,252,723	7,206,906	122%
Indemnizações saídas RH	1,764,867	2,193,075	954,363	2,871,968	201%
EBITDAR s/ Indemnizações saídas RH	581,353	2,096,018	4,207,086	10,078,874	140%

Neste período o resultado operacional sem o efeito da componente investimento, provisões e imparidades (EBITDAR) teve uma evolução claramente favorável, passando de 1,2 milhões de euros negativos para 7,2 milhões de euros positivos.

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais foram de 6,4 milhões de euros negativos, melhorando 31% relativamente a 2010, fruto de uma evolução ligeiramente positiva dos rendimentos – apesar dos dois aumentos tarifários – e de uma redução dos gastos operacionais, inferior à meta esperada em virtude do comportamento negativo dos subcontratos com os operadores privados, do preço do gasóleo e do investimento nas cessações e rescisões.

Rendimentos Operacionais

Rendimentos (10 ³ €)	2008	2009	2010	2011	11/10
Prestação de Serviços	49.589	47.732	49.346	50.783	2,9%
Subsídios à Exploração	18.759	20.138	19.930	18.869	-5,3%
Outros Rendimentos Operacionais	3.308	4.114	3.432	4.087	19,1%
Rendimentos Operacionais	71.656	71.984	72.709	73.738	1,4%

Nota: Até 2008, inclusive, referencial POC

A receita de títulos de transporte aumentou 2,9%, resultado do efeito cruzado de vários fatores: o aumento de procura de 3% no primeiro semestre de 2011, o aumento tarifário de 15% em agosto, que por se contribuiu para a melhoria de receita, mas que paralelamente terá levado a uma retração da procura, potenciada pelo agravamento da crise económica e aumento do desemprego, que diminuiram as necessidades de mobilidade da população.

Os subsídios à exploração registaram uma diminuição de 1,1M€ por redução das Indemnizações Compensatórias.

Os outros rendimentos e ganhos verificaram um ganho marginal de 38 mil euros.

Gastos Operacionais

Gastos (10 ^{^3} €)	2008	2009	2010	2011	11/10
FSE+CMVMC	37.371	33.178	34.032	34.167	0,4%
Subcontratos	6.356	5.858	6.316	6.608	4,6%
Gasóleo	5.475	4.385	5.539	6.373	15,0%
Gastos com Pessoal	38.777	40.731	39.999	36.934	-7,7%
Indemnizações	1.765	2.193	954	2.872	200,9%
Gastos/reversões depreciação amortização e provisões	8.917	8.385	6.531	8.225	25,9%
Outros	724	5.593	1.400	796	-43,2%
Gastos Operacionais	85.788	87.887	81.963	80.122	-2,2%

Nota: até 2008, inclusive, referencial POC

A diminuição de 2,2% correspondendo a uma redução dos gastos operacionais de 1,8M€ deve-se essencialmente à evolução dos gastos com pessoal de 7,7% no montante de aproximadamente 3M€. É de salientar que, nesta rubrica de gastos, está incluído o montante de 2,9M€ referentes a indemnizações com rescisões de contrato.

Um dos fatores que contribuíram para que esta diminuição dos gastos operacionais fosse menos significativa foi o reconhecimento, neste exercício, de uma perda por imparidade em investimentos financeiros, no montante total de 1,5M€, resultante das aplicações efetuadas na participada STCP Serviços ao longo de vários exercícios.

Os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVC) registaram um aumento de 9% face a 2010, no montante de 124m€, fruto da renovação dos fardamentos de pessoal. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) tiveram um acréscimo muito ligeiro. Os efeitos dos aumentos de gastos com combustíveis e com contratos de operação com Operadores Privados não permitiram refletir na evolução do FSE todo o esforço de melhoria de eficiência que foi efetuado ao longo do ano. O impacto da variação dos gastos com combustíveis só não foi mais elevado devido à diversificação das fontes energéticas por parte da STCP, com utilização do gás natural na sua produção de serviço.

Resultados Líquidos

Os resultados financeiros de 2011 registaram um agravamento de 70% face ao ano anterior, correspondendo a um resultado financeiro negativo de 48,1M€. Este foi o fator determinante para os resultados líquidos do exercício negativos de 54,5M€, justificando 88% destes resultados. Dos resultados financeiros é de destacar o mau comportamento das duas operações

financeiras para cobertura de risco de taxa de juro, com uma variação global negativa do justo valor de 34 milhões de euros. Os gastos financeiros efetivamente suportados em 2011 cifraram-se em 14,3 milhões de euros, com um aumento de seis milhões de euros, face aos 8,3 milhões de euros de 2010.

Resultados (10 ³ €)	2008	2009	2010	2011	11/10
Rendimentos Operacionais	71.656	71.984	72.709	73.738	1,4%
Gastos Operacionais	85.788	87.887	81.963	80.122	-2,2%
Resultados Operacionais	-14.132	-15.903	-9.254	-6.383	31%
Rendimentos Financeiros	1.626	2.718	0	341	8489202%
Gastos Financeiros	25.694	10.437	28.383	48.469	71%
Resultados Financeiros	-24.068	-7.719	-28.383	-48.128	-70%
Resultados Extraordinários	-645	NA	NA	NA	-
Imposto do exercício	33	31	40	34	-14%
Resultado Líquido (RL)	-38.879	-23.653	-37.677	-54.545	-45%
RL antes de IC's	-56.691	-42.809	-56.653	-72.416	-28%
RL antes de SWAP Variação Justo Valor	-28.189	-24.625	-17.612	-20.514	-16%

5.6 Evolução Patrimonial

O ativo sofreu uma redução de 4,5% em 2011 face a 2010, resultante da diminuição de investimento pelas limitações financeiras macroeconómicas gerais e, em particular, pelas impostas à empresa através do PEC.

É de salientar a crescente degradação do capital próprio atingindo 330,7M€ negativos em 2011 e o sucessivo aumento do passivo com um acréscimo de 12,8% relativamente a 2010.

Estrutura do Balanço (10 ³ €)	2008	2009	2010	2011	11/10
Ativo	92.151	110.950	114.746	109.617	-4,5%
Não Corrente		96.948	102.624	95.881	-6,6%
Corrente		14.002	12.122	13.735	13,3%
Capital Próprio e Passivo	90.138	110.950	114.746	109.617	-4,5%
Capital Próprio	-201.889	-237.305	-275.747	-330.719	-19,9%
Passivo	339.348	348.254	390.493	440.336	12,8%

Endividamento Remunerado (10³ €)	293.889	309.655	335.403	352.970	5,2%
--	----------------	----------------	----------------	----------------	-------------

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo a Segurança Social.

5.7 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 54.545.474,57 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 21 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Presidente:

(Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes)

Vogais:

(Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa)
(Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva)
(António Paulo da Costa Moreira de Sá)
(Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras)

5.8 Anexo ao Relatório de Gestão

Acionistas em 31 de dezembro de 2011

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Accionista	Número de Acções	% do Capital Social
Estado Português	15 929.800	100%

O Conselho de Administração

Presidente:

(Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes)

Vogais:

(Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa)

(Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva)

(António Paulo da Costa Moreira de Sá)

(Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras)

SAIDA DE EMERGEN
AICA DE EMERGENCIA



6. Perspetivas para 2012

NCIA
DIA2



6. Perspetivas para 2012

A evolução da STCP em 2012 está fortemente dependente das medidas definidas pelo Governo para aplicação na empresa.

Perspetiva-se assim, a par da normal adequação da oferta à procura e do ajustamento do efetivo, o arranque da implementação das medidas previstas no Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 e no Orçamento Geral do Estado 2012, aplicáveis à STCP:

- racionalização extraordinária do efetivo, há muito prevista e proposta, com efeitos estimados para o segundo semestre de 2012;
- implementação das conclusões do Relatório final do Grupo de Trabalho para a racionalização da oferta na Área Metropolitana do Porto, conforme aprovação da Tutela, com efeitos previstos também apenas na segunda metade do ano;
- implementação da alteração dos descontos nos tarifários sociais, exceto o título Social +, a partir de março 2012;
- preparação e campanha de divulgação da eliminação do tarifário monomodal STCP, a ocorrer em 1 de janeiro de 2013.

Em março de 2012 fica concluída a primeira fase da obra de requalificação do Edifício da Antiga Central Termoelétrica de Massarelos, prossequindo os trabalhos de musealização da central, integrados no projeto e apoiados pelo QREN. O montante principal de comparticipação no âmbito desta candidatura respeita à segunda fase da empreitada para reforço e consolidação das naves um e dois do edifício, com início previsto para abril, com o lançamento do concurso.

Não se referem os aspetos muito importantes da contratualização do serviço público e das medidas de consolidação do passivo, que não beneficiaram de condições para serem concretizados após propostas da empresa, por não se encontrarem especificamente contemplados nos documentos estratégicos indicados.

